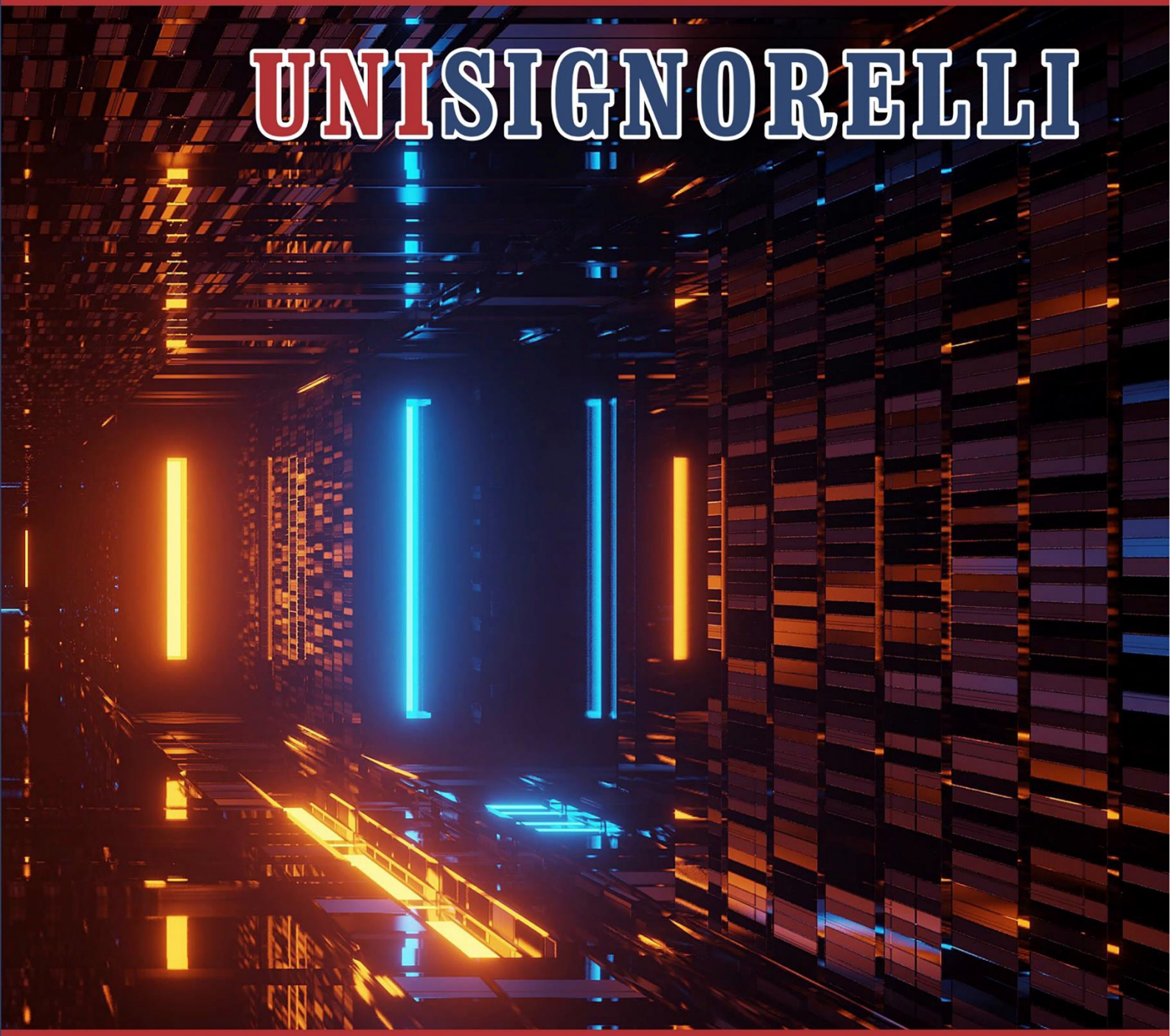
UNISIGNORELLI
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL

Revista Científica Internacional



ISSN: 2965-0054

NOTA MÁXIMA MEC 5 Digital em todo território nacional

Junho/ 2022
Ano 1 - Nº01

Revista Científica Internacional Unisignorelli

Ano 1 – Nº 1

Rodrigo da Silva Salgado (Organizador)

2022

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNISIGNORELLI

Reitor – Professor Doutor Hércules Pereira

GRUPO GESTOR

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa

Prof. Me. Rodrigo da Silva Salgado

Pró-reitora de Graduação

Prof. Me. Carla Verônica Pereira Ferreira

Pró-reitor de Extensão

Prof. Me. Mario Marcio Felix Freitas Filho

Conselho Editorial

Conselheiros Nacionais do Centro Universitário Internacional Unisignorelli

Prof. Dr. Hércules Pereira

Prof. Me. Rodrigo da Silva Salgado

Prof. Me. Mario Marcio Felix Freitas Filho

Prof. Esp. Nathália Xavier

Profª. Me. Letícia Dias Lavor

Prof. Me. Ricardo Akihiro Toda

Prof. Me. Washington Luiz Brum

Prof. Me. Liane Isoldi Linhares

Ficha catalográfica:
SALGADO, Rodrigo da Silva (org.)
Revista Científica Internacional UNISIGNORELLI (Revista eletrônica). Rio de Janeiro: Edições UNISIGNORELLI. 2022. Ano 1, 1ª Ed.
ISSN: 2965-0054
1. Ciência. 2. Educação. 3. Direito. 4. Gestão

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Capa

Esp. Carla Salgado Aguieiras

Editoração

Esp. Carla Salgado Aguieiras

Formatação Pré-Textual

Prof. Me. Rodrigo da Silva Salgado

Projeto Gráfico

Esp. Carla Salgado Aguieiras

SUMÁRIO

➢ EDUCAÇÃO

Página

“O papel da Educação crítica nas instituições escolares”

Autor: Prof. Me. Rodrigo da Silva Salgado.....**7**

“A câmara escura na escola básica: diálogos entre História, Matemática e experimentação”

Autores: Prof. Me. Anderson de Oliveira Melo Silva / Prof. Dra. Christine Sertã Costa.....**22**

“PNL e a Educação”

Autora: Prof. Esp. Júlia Carolina dos Santos Coimbra.....**34**

➢ DIREITO

"A evolução do serviço público digital e suas consequências para o direito do consumidor no Brasil”

Autores: Prof. Me. Telson Pires / Prof. Dr. Plínio Lacerda Martins.....**42**

“A Legislação Penal brasileira voltada à proteção da mulher: aspectos gerais da Lei 11.340/06”

Autora: Prof. Esp. Carla Vera Holtz.....**60**

➢ GESTÃO E MARKETING

“Um estudo sobre os efeitos da pirataria e falsificação de produtos em uma empresa do segmento de vestuário”

Autores: Prof. Me. Ricardo Akihiro Toda / Ana Carolina de Araújo Monteiro.....**73**

“Estudo de caso: Análise da implantação de um laboratório de práticas gerenciais em uma IES no Estado no Rio de Janeiro – UNISIGNORELLI”

Autoras: Prof. Me. Daniela Ferreira da Silva Suarez/ Prof. Me. Letícia Dias Lavor.....**96**

APRESENTAÇÃO

É notório que no Centro Universitário Unisignorelli, a pesquisa e o trabalho acadêmico desempenham papel fulcral na produção intelectual, na consolidação e na difusão do conhecimento. Engendrado como base educativa e científica, o saber acadêmico está presente em todas as etapas dos nossos cursos, estabelecendo uma relação dialógica com a realidade ao almejar não apenas o conhecimento, mas também a articulação dessa produção às necessidades concretas da sociedade.

Nesse sentido, apresentamos à Comunidade Acadêmica a Unisignorelli Revista Científica Internacional Digital, abrindo espaço para os discentes e docentes das graduações e pós-graduações divulgarem seus trabalhos. Acredita-se que o intercâmbio de ideias e experiências é o básico para a construção e consolidação de debates profícuos a uma produção acadêmica sólida.

Nesse âmbito, a presente edição propõe, de forma acadêmica, debates acerca de temas atuais. Tais temáticas proporcionam desafios, perspectivas e reflexões para a construção de competências técnicas, sociais e comportamentais que habilitam o profissional a atuar e se posicionar de maneira crítica e reflexiva diante dos novos desafios contemporâneos da formação docente.

Diante disso, o Unisignorelli parabeniza nossos docentes e discentes pelas elaborações textuais, o que oportunizou reflexões profundas sobre os temas propostos. A nossa instituição convida o leitor a se aprofundar nessas reflexões da sociedade contemporânea e suas profundas modificações no contexto sociocultural, conforme o acompanhamento e adequação das transformações tecnológicas, científicas, culturais, econômicas, religiosas, sociais e políticas, produtoras de novas conjunturas que refletem e indicam desafios nas mais diversas áreas e concepções que se apresentam.

O Unisignorelli deseja uma leitura frutífera e prazerosa a todos.

Professor Me. Rodrigo da Silva Salgado

Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa Unisignorelli

“O PAPEL DA EDUCAÇÃO CRÍTICA NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES”

Prof. Me. Rodrigo da Silva Salgado

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de precarização e desmonte da escola pública brasileira através da aplicação gradual de medidas de austeridades fiscais, características de políticas neoliberais, no escopo das reformas do Estado brasileiro e da Educação iniciadas em meados da década de 1990. Para tanto, por meio de investigações bibliográficas, é necessário interpretar tais medidas a partir da concepção de educação e de escola da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Dessa forma, é mister estudar a rede de ensino pública, em nível de Educação básica, a partir do Neoliberalismo, das reformas econômicas do Estado e da Educação, a precarização do trabalho docente e descaracterização da educação escolar crítica no que diz respeito aos seus fins formam a problemática de uma mesma ideia de educação e de sociedade que a proposta da Pedagogia Histórico-Crítica se propôs a analisar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Neoliberalismo; Poder

ABSTRACT

This article aims to analyze the process of precariousness and dismantling of the Brazilian public school through the gradual application of fiscal austerity measures, characteristic of neoliberal policies, within the scope of the reforms of the Brazilian State and Education initiated in the mid-1990s. Therefore, through bibliographic investigations, it is necessary to interpret such measures from the conception of education and school of Historical-Critical Pedagogy (PHC). In this way, it is necessary to study the public education network, at the level of Basic Education, from Neoliberalism, the economic reforms of the State and Education, the precariousness of teaching work and the mischaracterization of critical school education with regard to its purposes. form the problem of the same idea of education and society that the proposal of Historical-Critical Pedagogy proposed to analyze.

KEYWORDS: Neoliberalism, Power, Education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de precarização e desmonte da escola pública brasileira através da aplicação gradual de medidas de austeridades fiscais, características de políticas neoliberais, no escopo das reformas do Estado brasileiro e da Educação iniciadas em meados da década de 1990. Para tanto, por meio de investigações bibliográficas, é necessário interpretar tais medidas a partir da concepção de educação e de escola da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC).

Dessa forma, é mister estudar a instituição escolar, em nível de Educação básica, a partir do Neoliberalismo. Assim, as reformas econômicas do Estado e da Educação, a precarização do trabalho docente e a descaracterização da educação escolar crítica, no que diz respeito aos seus fins, formam a problemática de uma mesma ideia de educação e de sociedade que a proposta da Pedagogia Histórico-Crítica se propôs a analisar.

Dessa forma, a referida prática pedagógica é diametralmente oposta aos valores e práticas neoliberais, pois se caracteriza como uma corrente preocupada com as demandas educacionais, em especial com problemas que emergem na sociedade brasileira, principalmente a partir da consolidação do neoliberalismo no país.

Sabe-se que a Educação é um fenômeno próprio da espécie humana. Assim, a compreensão da natureza da Educação necessariamente passa pela compreensão da natureza humana. Com efeito, entende-se que, diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem precisa produzir continuamente sua existência.

Para isso, ao invés de se adaptar à natureza, o mesmo adapta a natureza para si, ou seja, transforma a natureza através do trabalho. Diante disso, o que diferencia o homem de outros animais é o trabalho. O mesmo se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Posto isso, infere-se que o trabalho é uma ação adequada a finalidades, uma ação intencional. (SAVIANI, 2019, p. 17)

Dessa forma, a Educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, pois ela é uma exigência do trabalho e também uma finalidade para o trabalho. Assim, dessa ideia, entende-se que, para a existência humana é necessária à produção material de bens e tal prática se dá a partir da antecipação em ideias dos objetivos da ação laboral, manifestando mentalmente e simbolicamente os objetivos reais.

Tal representação se caracteriza como produção do saber, seja sobre a natureza, sobre a cultura e sobre toda a produção humana. É importante ressaltar que a Educação não se encontra na categoria de trabalho não material.

Com o surgimento gradual dessas novas conjunturas políticas no país a partir da redemocratização na década de 1980, a Pedagogia Histórico-Crítica ganha destaque ao criticar as práticas educacionais relacionadas aos interesses do grande Capital, buscando, dessa maneira, a construção de uma prática educacional voltada para a formação de um alunado crítico.

Segundo Paulo Freire:

> "o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão." (FREIRE, 1996, p. 26)

A partir disso, entende-se que uma das tarefas primordiais do professor e educador é trabalhar com seus alunos a rigorosidade metódica com que devem interpretar os objetos estudados de forma inteligível. Tal rigorosidade se caracteriza na leitura analítica e crítica de um assunto abordado e não no discurso meramente formal de transferência conteudista.

Nesse sentido, o ato de ensinar não se esgota na simples transferência do conteúdo ou no tratamento dado ao objeto de estudo, superficialmente feito, mas tal ação se estende para as condições de fazê-lo de forma crítica. Diante disso, estas condições exigem professores e alunos críticos, instigadores, inquietos intelectualmente, curiosos e resilientes. Na verdadeira aprendizagem, os alunos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo dialético de aprendizagem.

Compreende-se por Dialética um método de abordagem que tem como características centrais o uso da discussão, da argumentação, do contraditório, a fim de entender os contrassensos inerentes ao entendimento do mundo. Dessa maneira, o entendimento dialético de mundo numa sociedade capitalista se dá a partir da percepção das contradições do próprio Capitalismo.[1]

Baseado nesse método de análise, o professor Dermeval Saviani propõe uma corrente pedagógica que afronta as demais modalidades tradicionais de modelos educacionais, pois desenvolve uma *práxis* docente preocupada com o processo de ensino-aprendizagem, promovendo a construção do conhecimento crítico e humanizado dos educandos. Dessarte, quebra-se com uma visão que compreende o ensino como uma mera reprodução de comportamentos, gerando um conhecimento tecnicista e alienado. (SAVIANI, 2012)

[1] É importante ressaltar que o paradigma do Materialismo Histórico-dialético, desenvolvido pelo pensador materialista alemão Karl Marx, sustenta a hipótese de que todo movimento histórico se desenvolve a partir das bases materiais de uma sociedade. Em suma, Marx propôs uma dialética materialista, onde as "totalidades" que se sucedem são os "modos de produção".

A referida metodologia sinaliza um divisor de águas na educação brasileira, pois busca uma formação crítica e livre de quaisquer amarras ideológicas ou doutrinárias. Isto posto, o professor Saviani afirma que a pedagogia tradicional é acrítica, a-histórica ou, no máximo, crítica reprodutivista na medida em que tais moldes isolam o aluno em uma zona de passividade e alienação, formando seres humanos submissos, meros reprodutores das formas sociais extremamente arcaicas e desiguais. É justamente contra essa metodologia de ensino que se posiciona o educador. (*Ibidem*)

Desse modo, a Pedagogia Histórico-Crítica mantém o foco na transmissão de conteúdos escolares feita pela instituição de ensino sem se caracterizar apenas como conteudista, esta preocupada em apenas transmitir uma enorme quantidade de conteúdo, sem a preocupação do desenvolvimento intelectual, cultural e de raciocínio crítico do alunado, o que geraria cidadãos alienados e meros reprodutores do sistema.

Em oposição a isso, a Pedagogia Histórico-Crítica tem apreço pelo acesso aos conhecimentos e sua compreensão crítica por parte do aluno para que este tenha plenas capacidades de ser um sujeito transformador e não um mero reprodutor da sociedade.

Assim, a referida teoria se particulariza como uma pedagogia contra-hegemônica, calcada no pensamento marxista e atenta aos problemas sociais e educacionais decorrentes dos interesses capitalistas. Portanto, é uma teoria de orientação socialista, organizada no Brasil a partir da década de 1980 a partir do processo de redemocratização.

Com o advento do capitalismo, o processo laboral foi sendo sistematizado e administrado de forma a aumentar a produtividade, a redução de custos e a consolidação do regime de acumulação do capital. Embora os modos de organizar a produção tenham se modificado ao longo da história, sua meta sempre foi o de acomodar novas tecnologias, as formas de racionalização do trabalho e os requerimentos de qualificação do trabalhador ao processo de valorização do capital.

Dessa maneira, para o sucesso do modo de produção referido, era necessário "inventar" um perfil específico do trabalhador ajustado às atividades laborais. Por conseguinte, a escola no sistema capitalista se adequava às exigências do mundo do trabalho organizando a pedagogia de forma hierarquizada e centralizada, nos moldes fabris, com a finalidade de garantir a disciplina imprescindível à vida social e produtiva.

Com a globalização econômica, na segunda metade do século XX, alteraram-se os paradigmas de competitividade, obrigando uma variação nos padrões de produção e comercialização. Tal transformação do modelo produtivo, conhecida como

Toyotismo[2], forçou as organizações a buscarem uma produção eficaz, enxuta, diversificada e flexível, com menor custo trabalhista e de investimentos, o que tornou mister a readaptação dos sistemas de gestão e organização do mundo laboral.

Por consequência, haja vista que cada padrão produtivo exige específicas capacidades e habilidades por parte da classe trabalhadora, o capitalismo aguarda que, através do modelo educacional, existam acomodados os novos traços de trabalhadores para se adequarem às novas demandas do sistema.

O atual modelo passou a exigir um novo modelo de trabalhador, que possua mais conhecimentos, saiba se comunicar de forma adequada, atue em equipe, adapte-se a novas situações, crie soluções originais e seja capaz de se educar constantemente. Nessa perspectiva, a fim de fortalecer a política capitalista neoliberal e completar as novas demandas impostas pelo capitalismo, o modelo educacional adaptou-se, proporcionando ao aluno uma formação que atenda às exigências de formação postas pelo mercado de trabalho, alijando sua função social, que é o desenvolvimento do senso crítico e potencialidades necessárias à emancipação intelectual.

Em oposição ao modelo exposto, a Pedagogia Histórico-Crítica visa à valorização da educação crítica, tendo como função principal garantir a comunicação dos conteúdos que permitam aos alunos entender e compartilhar da sociedade de forma crítica, superando a alienação e o senso comum. A ideia principal é a socialização do saber sistematizado historicamente e erigido pelo homem. Nesse sentido, o papel das instituições de ensino é oferecer as condições fulcrais para a transmissão e o entendimento desse saber.

Saviani entende que a sociedade atual é injusta, baseada na exploração do trabalho pelo capital, por isso ele acredita que o movimento operário deve se organizar para que não existam mais exploradores e explorados. "Para que essa teoria se desenvolva efetivamente é necessário um outro tipo de organização social e isso é difícil porque nesse caso a nossa sociedade é questionada, mas a ideia é assegurar aos alunos o domínio dos conhecimentos e conquistas humanas para que eles possam agir na sociedade de maneira diferente".[3]

---

[2] Em linhas gerais, o Toyotismo, conhecido também como acumulação flexível, é um paradigma produtivo idealizado por Eiji Toyoda (1913-2013) e propalado mundialmente a partir da década de 1970. Tal modelo é conhecido por sua elasticidade na produção, ou seja, em oposição à premissa básica do sistema anterior, o fordismo, que defendia a máxima acumulação dos estoques, o Toyotismo parte da prerrogativa da adequação da estocagem dos produtos conforme a demanda. Dessa forma, quando a procura por uma determinada mercadoria é grande, a produção aumenta, mas quando essa procura é menor, a produção diminui proporcionalmente. Tal metodologia produtiva também é conhecida pela nomenclatura de Just in time, ou apenas pela sigla JIT.

[3] https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/536125/criador-da-pedagogia-historico-critica-fala-sobre-o-papel-da-escola. Acessado em 20/10/2021.

Segundo Saviani, a pedagogia histórico-crítica pode ser entendida como uma pedagogia dialética. No Brasil, ela firma-se principalmente após 1979. Com o passar dos anos, mais especificamente na década de 1980, Saviani (2012) opta por utilizar o termo histórico-crítica, pois acredita que a palavra dialética vinha revelando-se um tanto quanto genérica.

Para Saviani:

> "a pedagogia histórico-crítica nada mais é que o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo. Portanto, a concepção pressuposta nesta visão da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana. (SAVIANI, 2012, p. 76)

É possível inferir que a pedagogia é histórica, pois nessa perspectiva a educação também intervém sobre a sociedade, colaborando com a sua transformação, ao mesmo tempo em que é crítica, por ter consciência da determinação desempenhada pela sociedade sobre a educação. A Pedagogia Histórico-Crítica nasce, portanto, da necessidade de contrapor a falta de consciência histórico-social das práticas pedagógicas até então conhecidas no Brasil.

Diante desse cenário, é mister entender o papel de uma escola democrática frente às relações do Capital e do próprio Poder na instituição escolar. Para tanto, é de considerável importância o debate teórico acerca do tema a partir da ótica do Poder proposta pelo filósofo francês Michel Foucault e da ação social concebida pelo sociólogo alemão Max Weber.

Para o desenvolvimento analítico das relações de Poder e Cultura organizacional escolar, parte-se do pressuposto que a referida organização é uma instituição disciplinar, ou seja, as relações de poder não são exclusivas das relações de Estado ou Família, elas também se manifestam nas escolas.

Dessa forma, o poder se caracteriza como um elemento disciplinador que, além de produzir saberes, impõe na instituição disciplinar uma relação de docilidade e utilidade, através da formação de "corpos dóceis"[4]. Assim, o ato de "ser vigiado" constantemente é uma forma de controle e de submissão criado para suprimir

[4] Segundo Foucault. "O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil é. Forma-se então, uma política de coerções que consiste num trabalho sobre o corpo, numa manipulação calculada dos seus elementos, dos seus gestos, dos seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, os chamados"corpos dóceis". (FOUCAULT, 1987 p. 119)

individualidades, moldando o indivíduo através do saber e da sociedade. O referido processo não ocorre somente com o alunado, mas também com o corpo docente e todos os indivíduos que compõem a esfera educacional que não se enquadram no sistema socioeconômico vigente.

Segundo Michel Foucault, durante o século XVIII, o corpo é inventado como um princípio muito abundante de poder, enquanto máquina, sistema e disciplina. É concomitantemente dócil e frágil, alguma coisa possível de manipular e de fácil adestramento, enfim, passível de dominação. A disciplina dos séculos XVII e XVII recebe um tratamento diferenciado daquilo que era aplicado anteriormente, fugindo completamente dos princípios de escravização e de domesticidade das épocas passadas, é o uso do corpo para fins predeterminados.

Assim:

> "O poder disciplinar ao contrário, se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, mantém sujeito o indivíduo disciplinado. E o exame é a técnica pela qual o poder, em vez de emitir os sinais de ser o poderio, em vez de impor a sua marca aos seus súditos, capta-os num mecanismo de objetivação" (FOUCAULT, 1987, p. 148)

Dessa maneira, a disciplina fabrica corpos dóceis, servis, especializados e com capacidade de realizar múltiplas tarefas. A disciplina multiplica a força em termos econômicos e aliena ao ponto de impedir qualquer espécie de resistência que o corpo possa vir a oferecer ao poder instituído. Diante disso, o corpo só consegue ser usado como fonte econômica e como força de trabalho útil se, simultaneamente, for produtivo e submisso.

Esta submissão não é obtida somente pela violência ou ideologia, ela pode ser conquistada usando a força contra a força sem, no entanto, ser violenta. A mesma pode ser apreciada, organizada de forma sutil, sem fazer uso da violência física e, contudo, continuar a ser condicionamento corporal. Os procedimentos que possibilitam o domínio das especificidades das operações corpóreas, que realizam a subjugação contínua de suas forças e lhe obrigam uma relação de mansidão são características do próprio conceito de disciplina.

Assim, surge uma nova demanda a que a disciplina precisa atender, ou seja, gerar uma máquina disciplinada, cujo efeito será exposto ao máximo pela articulação combinada das engrenagens elementares de que ela se compõe. Através da disciplina, o corpo se reduz à categoria de objeto, um utensílio constantemente em movimento, sempre a produzir e a trabalhar, utilizado até o limiar da exaustão.

É notório que as relações de poder são enraizadas na sociedade brasileira, assim como no campo da Educação, mais especificamente na gestão educacional, entretanto a forma como essas conexões são configuradas em cada instituição é individual e depende da perspectiva política e do posicionamento de quem detém a primazia do poder ou é responsável pelo mesmo.

Sabe-se que a Globalização trouxe renovados paradigmas de comportamento. Nessa conjuntura, nasce uma necessidade de adaptar os ambientes escolares, pois os mesmos passam a se adaptar aos objetivos e focos demandados por essa mudança de padrão. Dessa forma, entende-se que quaisquer grupos estão permeados por questões de poder. Este, de forma geral, é inerente ao Ser Humano, pois o poder é político e, segundo Aristóteles, "o homem é um animal político". (ARISTÓTELES, 2001, p. 14)

Nesse sentido, a análise das representações de poder é de suma importância para que possamos entender como o processo de dominação se dá nas esferas do espaço escolar.

Diante disso, é importante salientar a concepção da sociologia compreensiva através do conceito de Ação social, pois este afirma que toda e qualquer a ação é orientada pelo comportamento do outro.

Assim, Max Weber infere:

> "[...] toda ação, especialmente a ação social e, por sua vez, particularmente a relação social pode ser orientada pelo lado dos participantes, pela representação da existência de uma ordem legítima. A probabilidade de que isto ocorra de fato chamamos 'vigência' da ordem em questão." (WEBER, 2004, p. 19)

Perante o exposto, entende-se que as ações são direcionadas pelo sentido que o indivíduo atribui a ação, ou seja, "uma conexão de sentido que, para o próprio agente ou para o observador constitui a 'razão' de um comportamento quanto ao seu sentido". (WEBER, 2004, p. 08)

Diante do debate teórico visível, é importante ressaltar que as relações de poder são reproduzidas em escala menor na escola, numa verdadeira “Microfísica do Poder”[5]. Assim, é mister explicitar todos os pontos “negativos” da instituição escolar, como controle minucioso sobre o corpo do alunado através dos exercícios de utilização do tempo através do toque do sinal, do controle espacial, dos movimentos, gestos e atitudes.

As referidas ações têm uma única finalidade: produzir corpos submissos, exercitados e docilizados. Tudo isso para impor uma relação de docilidade e utilidade. Desta forma, a Educação se constitui como um instrumento do poder de criação e reprodução do poder econômico.

Por mais que a escola tenha em sua estrutura um caráter de controle, não há como edificar uma coletividade democrática sem que a mesma exista. De alguma forma, entende-se que o modelo escolar necessita de uma reestruturação, precisa de um novo modelo de gestão e de um rompimento com os padrões tradicionais. Assim, é necessário criar foros sólidos que a garantam como um espaço plural, igualitário, plural, participativo e crítico.

Dessa maneira, a ação do professor é primordial para revelar aos alunos uma pedagogia da autonomia e, além disso, as instituições educacionais necessitam valorizar a escola como um espaço dialético de debate e tomada de decisões coletivas. Assim, a democratização da escola é urgente, tanto para combater as formas centralizadas e autoritárias de poder, quanto para se garantir a liberdade frente a uma estrutura econômica rígida.

Diante do que foi exposto, o exercício da autonomia escolar frente aos desígnios do sistema capitalista é uma construção coletiva e sempre contínua. É necessária a prática de democratização da escola crítica, pois o objetivo desta é o fortalecimento da mesma enquanto meio e a busca da qualidade com equidade enquanto meta.

Democratizar a escola representa, antes de tudo, um comprometimento de todos os envolvidos, seja protagonista ou coadjuvante, no processo de aprendizagem. Gestores, professores, alunos, responsáveis e diretores, todos são responsáveis pelo que ocorre na escola, tanto no setor pedagógico como no administrativo.

[5] Na teoria do filósofo francês Michel Foucault, temos a noção que o poder não possui um determinado lugar na sociedade, pois ele se encontra em todas as relações sociais, tais como: a relação familiar, escola, grupo de amigos. Assim, todos os indivíduos exercem poder simultaneamente em que sofrem o exercício do poder, dependendo do papel social que estão ocupando naquele instante na sociedade. (FOUCAULT, 1979, p. XII)

É notório que o neoliberalismo se caracteriza como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. A partir disso, o cerne da política neoliberal é o mercado e, consequentemente, a austeridade fiscal e o consumo.

Assim, surgiu a "Escola de Chicago", grupo de pensadores que desenvolveram seus pensamentos através dos postulados de dois economistas liberais, Milton Friedman e Frederic Hayek, que acusaram o Estado de ser o responsável pela crise do sistema capitalista na década de 70.

No pensamento neoliberal, a Educação passa a funcionar segundo uma lógica de mercado e, gradualmente, afasta-se de sua importância sociopolítica. Dessa forma, é importante ressaltar os papéis estratégicos atribuídos pela retórica neoliberal para compreender com mais exatidão essa racionalidade mercadológica atribuída ao processo de aprendizagem.

O primeiro papel que a eloquência neoliberal produz faz referência ao emparelhamento da educação escolar à preparação para o mercado trabalho e a pesquisa acadêmica de caráter tecnocrático ou às prerrogativas da livre iniciativa. Deste jeito, é assegurado que o universo empresarial possui interesse direto na educação, pois deseja uma força de trabalho qualificada, preparada para a competição no livre-mercado.

Além disso, o neoliberalismo pensa o espaço escolar como um mero meio de transmissão das suas convicções liberais, interessando ao sistema um currículo escolar que se adeque à ideologia da classe dominante.

Ademais, é desejo do Neoliberalismo tornar a escola um mercado fértil para os subprodutos da Indústria Cultural[6] e do campo da informática, guardando coerência com o pensamento de fazer o espaço escolar funcionar com lógica de mercado. Todavia, identifica-se aqui uma contradição, pois, sabe-se que, na retórica, os representantes do neoliberalismo criticam a influência estatal nos investimentos da Educação e, na prática, não perdem tempo em aproveitar os subsídios estatais para espalhar seus materiais didáticos e paradidáticos no mercado escolar.

[6] Segundo os pensadores da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer e Theodor Adorno, o conceito de Indústria Cultural foi criado como uma maneira de analisar o consumismo que o advento do capitalismo proporcionou, assim como a "estetização" da política no período da Alemanha nazista. Além disso, entendeu como a arte e a cultura assumiram formas de produção industrial onde o consumismo, a partir do Capital, era o ponto central.

Diante do que foi exposto, conjectura-se, portanto, que o neoliberalismo entende o espaço escolar apenas no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, sem levar em consideração o conteúdo político da cidadania, gerando uma alienação coletiva na formação discente. Assim, o neoliberalismo observa alunos e pais de alunos como meros consumidores.

Sabe-se que o procedimento constitucional dispensado à educação reflete ideologias e valores, ou seja, o tratamento dado à Educação reflete os valores da classe dominante, a burguesia. Assim, a educação pode ser entendida como uma questão essencialmente política.

A visão política e a característica pública da educação são consolidadas na Constituição Federal de 1988, não somente noção clara de seus objetivos, como também pela própria estruturação do próprio sistema educacional. O referido documento indica o acesso à educação como um direito social. Nesse sentido, o tratamento constitucional do direito à educação está intimamente ligado à busca do ideal de igualdade que caracteriza os direitos fundamentais.

Assim, os direitos sociais abarcam um sentido de igualdade material que se realiza por meio da atuação estatal dirigida à garantia de padrões mínimos de acesso a bens econômicos, sociais e culturais a quem não conseguiu a eles ter acesso por meios próprios.

Em última análise, representam o oferecimento de condições básicas para que o indivíduo possa efetivamente se utilizar das liberdades que o sistema lhe outorga.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO CRÍTICA NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Sabe-se que as teorias pedagógicas se dividem em dois grandes grupos, aquelas que buscam visualizar a educação no para a conservação da sociedade em que se insere, a fim de manter a ordem vigente, e aquelas que almejam direcionar a educação para a transformação da sociedade, posicionando-se contra a ordem estabelecida.

As primeiras discorridas correspondem os interesses dos grupos dominantes da sociedade, a burguesia, e, a partir disso, tendem a dominar o campo educacional e intelectual. Por outro lado, as segundas propostas, apontadas no parágrafo anterior, correspondem aos interesses dos grupos dominados, a classe proletária, situando-se no campo contra-hegemônico.

Assim, numa sociedade capitalista neoliberal como a nossa, as teorias hegemônicas tendem aos interesses da classe burguesa, já que esta ocupa a posição de classe dominante e, em contrapartida, as teorias contra-hegemônicas correspondem aos interesses da classe trabalhadora.

Eis a característica da sociedade atual, uma sociedade de mercado, burguesa e capitalista. Capitalista porque os meios de produção foram concentrados na forma de Capital e, por esse motivo, os donos desses meios de produção são reconhecidos como capitalistas, constituindo-se como classe dominante.

É importante ressaltar que os princípios que regem essa sociedade e que foram amplamente teorizados pelo Iluminismo e pelo Liberalismo econômico são a liberdade, igualdade e a propriedade. Dessa maneira, a prerrogativa dessa nova configuração social é a existência de proprietários juridicamente iguais entre si, dispostos de forma livre de seus bens.

Diante disso, surgem dois atores na cena principal, o capitalista e o trabalhador. Este é o proprietário da força de trabalho, em contrapartida, aquele se caracteriza como os donos dos meios de produção, tais como a matéria prima, a terra, a fábrica e os investimentos. Assim, ambos entram numa relação contratual em que o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário e todas as riquezas produzidas acabam se tornando propriedade do capitalista.

Nas conjunturas históricas da segunda metade do século XX, a proposta pedagógica contra-hegemônica que emerge na década de 1960 é a concepção libertadora formulada por Paulo Freire. A referida orientação suscita um método baseado que tem como ponto de partida a vivência da situação popular, de modo a identificar seus principais problemas e operar as escolhas dos “temas geradores”, cuja problematização levaria à conscientização que, por sua vez, redundaria na ação social e política.

Mais adiante, na década de 1970, a visão pedagógica crítica buscou desmontar a retórica da pedagogia produtivista que evidenciava o espaço escolar como aparelho reprodutor das relações sociais de produção, diante disso, deu-se início a uma visão crítica que operam uma iracunda análise à hegemonia instalada no modelo educacional capitalista.

Durante o processo de abertura política, na década de 1980, emergiu novas propostas pedagógicas contra-hegemônicas, pois a transição democrática, característica do período, foi feita pelo alto, visando garantir a ordem socioeconômica e alterando somente a natureza da política brasileira.

Nesse contexto, segundo Saviani, as ideias pedagógicas contra-hegemônicas continham ambiguidades e se revestiam de uma heterogeneidade que caminhava entre os liberais progressistas e os anarquistas, passando pela concepção libertadora e por uma preocupação com fundamentação marxista. (SAVIANI, 2019, p. 09)

Assim, considera-se que tais propostas estão agrupadas em duas modalidades. Uma delas é focada no saber popular e na autonomia das organizações, protagonizando uma educação autônoma e, até certa medida, à margem da estrutura escolar. Quando dirigida ao espaço escolar propriamente dito, buscava transformar tal espaço em locais de expressão de ideias populares e de exercício da emancipação popular. Além disso, pautava-se na centralidade escolar, valorizando o acesso das camadas populares ao conhecimento institucional.

Dessa maneira, a primeira tendência era inspirada na tendência libertadora, formulada e difundida por Paulo Freire, tendo afinidade com a “Teologia da libertação”, proposta pela Igreja Católica e pelas ideias libertárias de inspiração anarquistas. Por outro lado, a segunda proposta se aglutinou em torno da proposta marxista, mas com diferentes aproximações. Algumas interpretações mantinham como referência a visão liberal, interpretando o marxismo somente na crítica às desigualdades sociais e na busca de igualdade de acesso e permanência nas escolas organizadas com o mesmo padrão de qualidade. Entretanto, outros se dedicavam em compreender o materialismo histórico-dialético, buscando atrelar a Educação a uma visão marxista da mesma.

Nessas conjunturas, a Educação é reconhecida como uma mercadoria, como um produto da sociedade de mercado. Assim, é neste cenário onde o papel de professor e da escola se situa, podendo se posicionar na perspectiva da classe dominante e encarando as crises como desvios contornáveis, sem necessidade de quaisquer alterações estruturais ou se posicionando favoravelmente da classe subalternizada, compreendendo de forma concreta as contradições da sociedade e objetivando a mudança estrutural da mesma.

Diante do exposto, infere-se que é mister a construção de uma postura crítica do docente, tomando consciência dos condicionantes objetivos de sua ação. Tal entendimento perpassa, necessariamente, pelo exame do contexto histórico em que ele se insere. Essa é a condição *sine qua non* para a superação das pedagogias hegemônicas e para a construção de uma postura contra-hegemônica.

COSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que já foi gasto muita tinta e papel acerca do papel do ambiente escolar na superação do sistema capitalista neoliberal. Com a finalidade de almejar tal objetivo intelectual, pensadores da Educação vêm buscando várias formas que possam concretizar uma reflexão sólida acerca de uma escola democrática participativa, coletiva e crítica aos desígnios do sistema.

Diante disso, almeja-se como meta consolidar a construção de um ambiente escolar democrático, feito com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar a fim de construir espaços dinâmicos e analíticos que vão propor interpretações e analises sobre a escola do século XXI.

Quando imaginamos um novo modelo de Educação crítica, coletiva e participativa, busca-se formas para que os discentes e docentes consigam prover um local de interação de saberes em auxílio de um processo de aprendizado significativo e sólido. Tal sucesso só será alcançado se o trabalho for realizado de forma coletiva, isto é, se houver a construção de mediações capazes de garantir uma educação crítica, transformadora e responsável.

Para alcançar tal sucesso, faz-se fulcral que a Educação assuma uma postura de comprometimento com a democratização da escola por meio de atos e objetivos concretos, isto se faz necessário nas atuais conjunturas porque a escola hoje acaba por se distanciar do sentido do termo democracia.

Sabe-se que há inúmeros percalços em busca de uma gestão escolar democrática e participativa, pois qualquer alteração exige uma reconfiguração da prática pedagógica e dos envolvidos, a compreensão reflexiva e crítica sobre os debates que direcionam a democratização do acesso à Educação formal.

Diante do exposto, infere-se que é improvável que haja democracia plena se não existir uma Educação democrática. Dessa maneira, é mister uma análise aprofundada que dialogue com a centralidade da existência de uma escola participativa e coletiva, pois é através dela que acontecerão as transformações necessárias para que seja almejado um ensino de qualidade na perspectiva de formar cidadãos críticos, livres e conscientes.

Hodiernamente, a Educação brasileira vem sofrendo ataques constantes por setores reacionários radicais e conservadores. Diante disso, é preciso uma escola que lute pelos valores democráticos sem insistir na repetição de modelos de uma educação tradicionalista que reproduz valores centralizadores e antidemocráticos.

Nesse sentido, infere-se que uma escola realmente democrática deve ter por fim a distribuição de responsabilidades, através da participação ativa e do trabalho conjunto, onde decidam sobre os atos que serão desenvolvidos. Interpretando situações e promovendo o debate, dialeticamente, de ideias, sempre almejando o êxito da organização escolar a partir de uma atuação crítica e consciente que favoreça um ensino primoroso e busque uma formação de cidadãos críticos, e não meros receptores de informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret. 2001.

BASTOS, João Baptista. **Gestão Democrática**. 4ª Ed. Rio de Janeiro DP&A: SEPE, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. Marxismo e pedagogia. In: **Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo (EBEM)**, III, 2007b, Salvador (BA).

_____. **A Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

_____. **Escola e democracia.** 32. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: novas aproximações.** Campinas: Autores Associados, 2019. E-Pub.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva.** Vol. 1. Brasília: UnB, 2004.

_____. **Ensaios de Sociologia: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

“A CÂMARA ESCURA NA ESCOLA BÁSICA: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA, MATEMÁTICA E EXPERIMENTAÇÃO”

Anderson de Oliveira Melo Silva
Mestre em Ciência da Engenharia Nuclear pela COPPE/UFRJ
Mestre em Matemática pela PUC-RIO
Professor do Centro Universitário Signorelli

Christine Sertã Costa
Doutora em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ
Professora da PUC-Rio

RESUMO

O presente artigo trata o artefato *câmara escura,* com um olhar na escola básica, tanto com enfoque histórico como com enfoque da matemática envolvida no seu funcionamento. O tratamento histórico procura, além de colaborar com o arcabouço cultural do alunado, trazer significado ao aprendizado através da contextualização da sua criação e utilização. Já o olhar do enfoque matemático possibilita aprendizado a partir do concreto e justifica a importância de se apropriar de conceitos teóricos para construções reais. Para finalizar, o trabalho explicita os procedimentos para a construção de uma *câmera escura* em sala de aula utilizando materiais recicláveis e de baixo custo, promovendo uma experimentação que propicia a visão das interseções entre teoria e prática. Acreditamos que as interlocuções entre história, matemática e materiais concretos na escola básica contribuam para um processo de aprendizagem mais significativo para os alunos e para um processo de ensino mais reflexivo para professores.

PALAVRAS-CHAVE: Câmara Escura. Matemática da Câmara Escura. Construção da Câmara Escura.

ABSTRACT

This article deals with the camera obscura artifact, with a look at the elementary school, both with a historical focus and with a focus on the mathematics involved in its operation. The historical treatment seeks, in addition to collaborating with the cultural framework of the students, to bring meaning to learning through the contextualization of its creation and use. The mathematical approach, on the other hand, enables learning from the concrete and justifies the importance of appropriating theoretical concepts for real constructions. Finally, the work explains the procedures for the construction of a camera obscura in the classroom using recyclable and low-cost materials, promoting an experimentation that provides a vision of the intersections between theory and practice. We believe that the interlocutions between history, mathematics and concrete materials in elementary school contribute to a more meaningful learning process for students and to a more reflective teaching process for teachers.

KEYWORDS: Darkroom. Darkroom Mathematics. Construction of the Dark Chamber.

INTRODUÇÃO

A Câmara Escura é tida como a primeira grande descoberta da fotografia. Ela pode ser descrita como uma caixa de paredes opacas em que uma das faces possui um pequeno orifício que permite a entrada de luz e todo objeto, luminoso ou iluminado, quando colocado à frente deste orifício tem sua imagem projetada de forma invertida e reduzida na parede oposta ao orifício, conforme mostra a figura 1.

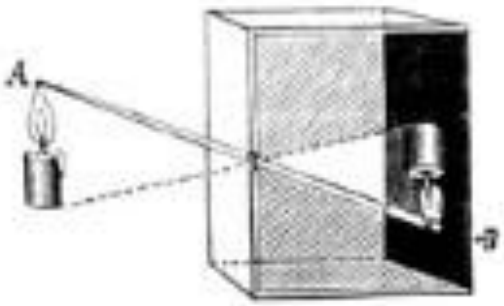


Figura 1: Câmera escura
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2mera_escura. Acesso em 24/11/2020

Esse objeto é tradicionalmente apresentado como um recurso pedagógico nas aulas de Física para apresentar fenômenos ópticos associados à propagação retilínea da luz e à formação de imagem. Apesar de seu funcionamento envolver conceitos matemáticos relativamente simples, este recurso é pouco explorado nas aulas de Matemática e certamente valeria como um elemento motivador importante para o desenvolvimento de temas diversos da educação básica. É um instrumento de fácil construção e de baixo custo e pode ser produzido com materiais recicláveis. Sua confecção e respectiva utilização nas aulas de Matemática pode facilitar e trazer significado à aprendizagem.

Este artigo se propõe a apresentar o artefato *câmara escura* explicitando o contexto histórico do seu surgimento e alguns princípios matemáticos envolvidos na sua construção e funcionamento. Além disso, defende sua utilização por professores de Matemática do ensino fundamental como um recurso pedagógico importante para o ensino de semelhança de triângulos e ainda apresenta uma proposta de construção de uma câmara escura com materiais de baixo custo.

De acordo com Barros e Biasuz (2017), a primeira observação referente ao princípio da câmara escura ocorreu durante o século V a.C. na China, quando o filósofo Mozi (470 – 391 a.C) descreveu a formação de uma imagem invertida quando raios de luz atravessaram um orifício em um quarto escuro. Ele descreveu que a luz proveniente do pé de uma pessoa iluminada atingiria a parte de baixo do orifício e formaria a parte superior da imagem enquanto que a luz proveniente da cabeça atingiria a parte de cima do orifício formando a parte inferior da imagem (figura 2).

Figura 2: Imagem registrada por Mozi
Fonte:https://www.timetoast.com/timelines/la-luz-a-traves-del-tiempo-bd772a25-4237-41f3-951d-88e14ea21a71. Acesso em 05/11/2020.

Ainda segundo Barros e Biasuz (2017), posteriormente, Aristóteles também compreendeu este princípio ao observar no chão a imagem de um eclipse solar projetado através de pequenos orifícios nas folhas de uma árvore (figuras 3a e 3b).

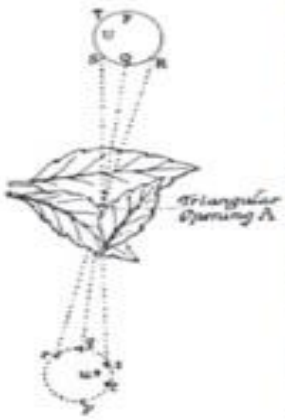


Figura 3a **Figura 3b**
Figura 3a: imagem do sol projetada pelas brechas formadas pelas folhas das árvores.
Fonte: Fraga (2016)
Figura 3b: Buracos na copa das folhas projetam imagens de um eclipse solar no solo
Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/File:IMG_1650_zonsverduistering_Malta.JPG. Acesso em 05/11/2020.

Após as conclusões de Aristóteles, o próximo registro acerca do princípio de funcionamento da câmara escura ocorreu apenas no século X através do matemático persa Abu Ali Al-Hasan Ibn Al-Haitham (965-1039), também conhecido pelo nome de Alhazen. Segundo Silva (2011), ele descreveu um eclipse solar do interior de um quarto às escuras com um pequeno orifício aberto para o exterior. Assim, notou nesse instrumento de observação de eclipses um análogo ao olho Humano[7] (Almeida, 2013, p. 24).

Segundo Barata (2011), com base nos escritos de Alhazen sobre óptica, Leonardo da Vinci (1452–1519), séculos depois, pôde desenvolver estudos sobre a anatomia e funcionamento do olho humano. Ele escreveu uma coleção de documentos denominada Codex Atlanticus[8], escrita entre 1478 e 1519, onde teria descrito o funcionamento da câmara escura e feito um paralelo entre a câmera escura e o olho humano com diversas ilustrações que envolvem esse artefato como por exemplo as apresentadas nas figuras 4 e 5.

Figura 4: Esboço da câmera escura feito por Leonardo da Vinci
Fonte: http://www.iea.usp.br/imagens/camara-escura-leonardo-da-vinci-codex-atlanticus/view. Acesso em 26/11/2020

[7] Antes do conhecimento da câmara escura, considerava-se que o cristalino tinha o papel principal na formação da imagem no olho humano. Após o desenvolvimento da câmara escura, percebeu-se que a imagem se formava de forma invertida na retina, como se processa na câmara escura.
[8] Codex Attlanticus: coleção de documentos de Leonardo da Vinci constituído por doze volumes em uma combinação de 1119 páginas com conteúdo que abrange anatomia, astronomia, botânica, química, geografia, matemática, mecânica, projetos tecnológicos e arquitetônicos.Atualmente este documento encontra-se na Biblioteca Ambrosiana em Milão.

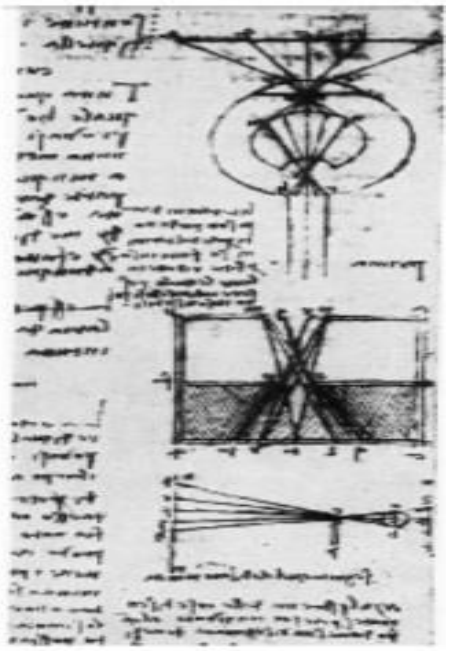


Figura 5: Desenhos de Leonardo da Vinci representando a recepção dos raios luminosos pelo olho e pela câmara obscura
Fonte: Barata, 2011.

Ainda neste período, conhecido como Renascimento[9], a câmara escura foi utilizada para outros fins científicos e também artísticos. Ramos (2006) afirma que neste período pintores e artistas contemporâneos a Leonardo Da Vinci usaram largamente a câmara escura como método auxiliar de construção da imagem. As câmeras eram grandes o suficiente para que um homem ficasse de pé em seu interior; assim, permitiam ao pintor desenhar, copiar, reproduzir ou cobrir na tela a imagem invertida que se formava naturalmente do exterior da câmara, conforme mostra a figura 6.

Giovanni Battista della Porta (1535–1615) e sua Magia Naturalis (Natural Magic, 1558)

Figura 6: Pintura realizada através da câmara escura.
Fonte:
https://www.google.com/search?q=Leonardo+Da+Vinci&oq=Leonardo+Da+Vinci&aqs=chrome..69i57j46i433j0i131i433j0l5.4494j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em 28/11/2020

[9] Renascimento:termo usado para identificar o período da história da Europa aproximadamente entre meados do século XIV e o fim do século XVI, caracterizando a transição do feudalismo para o capitalismo e significativos efeitos nas artes, na filosofia e nas ciências.

Em 1604, Kepler publicou o primeiro livro ocidental moderno sobre óptica (Ad Vitellionem Paralipomena, quibus Astronomiae pars Optica Traditvr) e projetou a primeira câmera escura portátil (figura 7). A câmara escura projetada por Johann Kepler para realizar seus desenhos topográficos era uma tenda onde na parte superior, externamente, havia uma lente biconvexa e um espelho para obter uma imagem projetada no tabuleiro de desenho no interior da tenda.

Figura 7: Câmara escura portátil de Kepler em 1620
Fonte: http://photart.com.br/WebPH061/HistFot/01CamEsc.htm. Acesso em 10/11/2020

No século XIX, com a descoberta das propriedades fotoquímicas dos sais de prata, foi possível registrar de forma permanente as imagens formadas no interior da câmara escura sobre uma superfície termo sensível. Assim, a câmaras escura evoluiu para as antigas máquinas fotográficas que utilizavam filmes de revelação.

A CÂMARA ESCURA- A MATEMÁTICA DO SEU FUNCIONAMENTO

Como já foi descrito, quando um objeto luminoso ou iluminado AB é posicionado em frente a uma câmara escura, os raios de luz que partem de AB e atravessam o orifício *O* projetam na parede oposta ao orifício uma figura A'B' semelhante ao objeto AB e invertida, usualmente chamada de imagem de AB. As figuras 8a e 8b mostram este esquema de funcionamento.

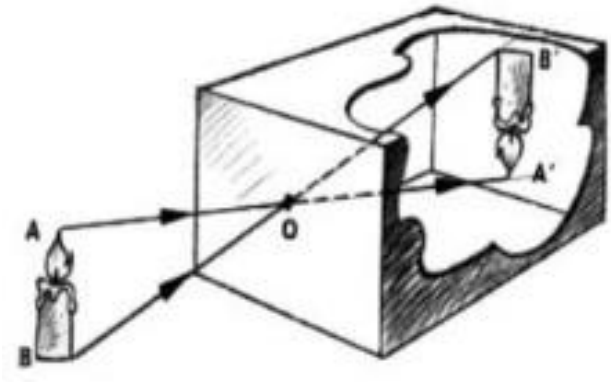


Figura 8a: Funcionamento da câmara escura
Fonte: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=31339. Acesso em 26/11/2020

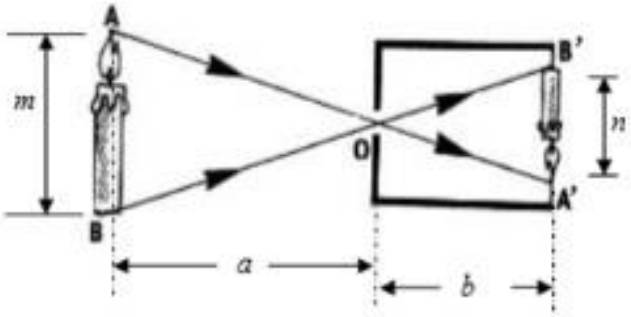


Figura 8b: Vista lateral referente ao funcionamento da câmara escura
Fonte: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=31339. Acesso em 26/11/2020

Observando a figura 8b e sendo *m* a altura do objeto AB, *a* a distância do objeto à câmara, *n* a altura da imagem A´B´ e *b* o comprimento da câmara, a seguinte relação pode ser estabelecida, usando a semelhança entre os triângulos OAB e OA´B´:

$$\frac{m}{n} = \frac{a}{b}$$

isto é

$$\frac{altura\ do\ objeto}{altura\ da\ imagem} = \frac{distância\ do\ objeto\ à\ câmara}{comprimento\ da\ câmara}$$

,

Observa-se que, se a parede oposta for construída com papel vegetal, qualquer observador que se coloque de frente a esta parede verá a imagem projetada sobre esta, de forma invertida e reduzida.

Na figura 9 é fácil perceber que os ângulos AÔB e A'ÔB' são opostos pelo vértice e, portanto, têm a mesma medida. Sendo objeto e imagem considerados verticais, tem-se que AB é paralelo a A'B' e que os raios de luz representados pelas semirretas BB' e AA' são transversais.

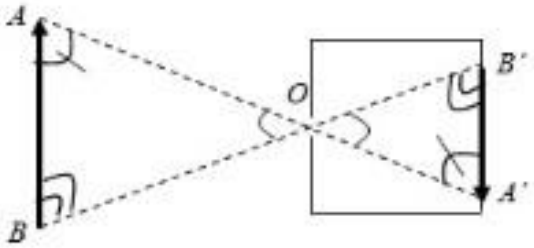


Figura 9: Semelhança de triângulos presente na Câmara escura
Fonte: Autor

Pode-se perceber, na figura 10, que os ângulos ABB' e A'B'B são alternos internos e, portanto, têm a mesma medida. Assim, verifica-se que os triângulos AÔB e A'ÔB' têm dois pares de ângulos iguais, sendo, portanto, semelhantes pelo caso AA (Ângulo – Ângulo).

Figura 10: Semelhança de triângulos presente na Câmara escura
Fonte: Autor

Como vimos, a justificativa para a formação da imagem invertida tem base no conceito matemático de semelhança de triângulos. A demonstração desse conteúdo a partir de um aparato concreto, permite ao aluno refletir sobre os conceitos envolvidos e identificar as condições para a existência da semelhança entre os triângulos formados. A apresentação de uma aplicação prática que envolve o conteúdo, proporciona motivação e dá significado ao aprendizado.

A CÂMARA ESCURA – PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO COM MATERIAL DE BAIXO CUSTO

Segundo Reis (2013) o professor deve ter o aluno como seu foco principal e também procurar oferecer a ele uma educação significativa que contribua para o seu desenvolvimento como cidadãos emancipados e críticos. Neste sentido, o autor afirma que a Matemática também é uma disciplina de caráter experimental e que possui a capacidade de despertar nos alunos, por meio da experimentação, a curiosidade pelo conhecimento. Experimentar é uma abordagem metodológica que permite ao aluno participar da aula de forma mais ativa e efetiva além de verificar e questionar de forma concreta um determinado conteúdo. Assim, a busca pela construção de aparatos úteis

na sala de aula produzidos a partir de materiais recicláveis e de baixo custo torna viável efetivar ações possíveis e importantes nas salas de aula da escola básica, democratizando e qualificando os processos de ensino e aprendizagem.

Com o objetivo de consolidar a construção do conceito de semelhança de triângulos, segue uma sugestão para a construção de uma câmara escura a partir de materiais de baixo custo.

Para isto, são necessários os seguintes materiais:

- uma lata de leite em pó;
- tinta guache preta;
- papel vegetal;
- cartolina preta e
- uma lâmpada.

Os procedimentos para construção são:

- Pinte o interior da lata com a tinta guache preta, conforme a figura 11.

Figura 11: interior da lata de leite pintada com tinta guache preta.
Fonte: Autor

- Cubra a abertura da lata com papel vegetal e faça um pequeno furo no fundo, conforme figuras 12a e 12b.

Figura 12a **Figura 12b**

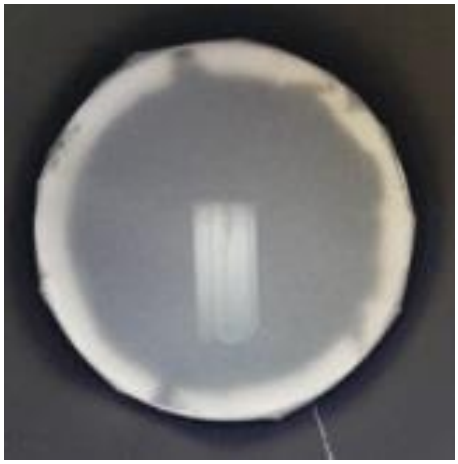
Figuras 12a e 12b: abertura da lata coberta com papel vegetal e fundo da lata com um pequeno furo para entrada de luz.
Fonte: Autor

- Envolva a lata com a cartolina preta de modo que a abertura coberta pelo papel vegetal fique em um espaço escurecido, conforme figura 13.

Figuras 13: lata envolvida com cartolina preta.
Fonte: Autor

- Coloque o fundo da lata de frente para uma lâmpada acesa ou para uma vela acesa, conforme figura 14. Os raios de luz provenientes da fonte luminosa atravessarão o furo no fundo da lata e formarão a imagem invertida sobre o papel vegetal, conforme figura 15.

Figuras 14: câmara escura colocada em frente a uma fonte de luz.
Fonte: Autor



Figuras 15: imagem invertida e menor que o objeto formada no papel vegetal.
Fonte: Autor

A imagem invertida projetada no papel vegetal consolida a teoria que envolve a semelhança de triângulo, conceito matemático importante presente no currículo do ensino fundamental, e a câmara escura apresenta-se como uma exemplificação prática da utilização deste conceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de aprendizagem, alguns fatores podem contribuir para despertar mais interesse dos alunos em relação aos conteúdos ministrados. A interdisciplinaridade favorece a integração entre diferentes conteúdos pertencentes a diferentes disciplinas, sendo uma metodologia que permite que diferentes áreas do conhecimento se complementem facilitando o aprendizado e tornando-o mais significativo. A contextualização histórica permite compreender o processo de construção do conhecimento como construção humana, fazendo com que a matemática e a ciência sejam vistas como conhecimentos em contínua construção e não como disciplinas prontas e acabadas. As atividades experimentais permitem compreender a teoria e observar a aplicação de conceitos, facilitando a apropriação do conhecimento e aproximando-o do alunado.

Observar a construção de um conteúdo matemático através da sua história, envolvendo-o com questões interdisciplinares e possibilitando a construção de atividades práticas, possibilita tanto perceber a importância da matemática quanto adquirir conhecimentos de forma dinâmica, contextualizada e expressiva. Neste artigo, procuramos ressaltar que o estudo do tema Semelhança de Triângulos pode ser apresentado associado a fenômenos físicos e a construção de um artefato simples e historicamente conhecido - câmara escura. Tais abordagens podem levar o aluno da educação básica a perceber que a matemática está inserida em vários contextos e reconhecê-la como linguagem relacionada à atividade humana contribuindo para uma educação cada vez mais completa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.V.; **Entre o olho e o olhar: história, evolução e cultura**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.

BARATA, L.S.V.; **Câmara Obscura: a memória como lugar da arte**. Dissertação (Dissertação Comunicação e Arte) - Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, 2011. Disponível em: https://ria.ua.pt/handle/10773/7781. Acesso em 12/11/2020.

BARROS, L.A.; BIASUZ, M.C.V.; **Sobre o objeto Estético: Deslocamentos em Fluxo**. PÓS [online]. Belo Horizonte. V. 7. N. 14. P. 194–222, Nov, 2017. Disponível em https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15493/pdf_1. Acesso em 05/11/2020.

FRAGA, F.; **Los Oscuros Orígenes de La Cámara Oscura: Alhacén y sus Predecesores**. **Polipapers** [online]. Valência. V.21, m.28, P. 82–91, 2016. Disponível em https://polipapers.upv.es/index.php/EGA/article/view/6050/6636. Acesso em 04/11/2020.

RAMOS, M.; **Um breve ensaio sobre a fotografia e a leitura crítica do discurso fotográfico**. Studium [online]. Campinas. N. 23, P. 24–33, Dez, 2006. Disponível em https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/studium/article/view/12239/7504. Acesso em 28/10/2020

REIS, D. F. O.; **Reflexões sobre a importância da experimentação na educação matemática**. In: Encontro Nacional de Educação Matemática, 11., 2013. Curitiba. Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática. Disponível em http://sbem.iuri0094.hospedagemdesites.ws/anais/XIENEM/pdf/2968_828_ID.pdf. Acesso em 30/11/2020.

SILVA, E. A.; **90 Anos da Missão Cartográfica Imperial Militar Austríaca no Exército Brasileiro – Relato Histórico da Fotogrametria (1920 – 2010)**. In: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 1., 2011, Paraty. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Disponível em https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SILVA_ELIANE_ALVES_1.pdf. Acesso em 09/11/2020.

PNL E A EDUCAÇÃO

Prof. Esp. Júlia Carolina Ramos Coimbra

RESUMO

No presente artigo, a proposta é discutir sobre a atuação do docente no processo de geração de conhecimento através das metodologias ativas. Um processo que se inicia muito antes da aplicação em si junto aos alunos, que parte de uma mudança de postura docente, saindo da zona de conforto em que está acostumado para aplicar essas metodologias de forma eficiente. Na educação a distância, as metodologias ativas são além de uma “nova pedagogia”, mas se torna a base do funcionamento dessa modalidade, onde é cada vez mais importante que o aluno se sinta protagonista da sua própria aprendizagem, quebrando assim um paradigma da educação em que ele vem se acostumando desde a educação básica. Este artigo busca propor o uso da programação neurolinguistica (pnl) como uma ferramenta eficaz para aproximação e estimulação do discente, o entendendo como indivíduo único no processo ensino-aprendizagem, potencializando sua formação.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologias Ativas, PNL, Educação.

ABSTRACT

In this article, the proposal is to discuss the role of the teacher in the process of generating knowledge through active methodologies. A process that begins long before the application itself with the students, which starts with a change in the teaching posture, leaving the comfort zone in which they are used to apply these methodologies efficiently. In distance education, the active methodologies are beyond a “new pedagogy”, but it becomes the basis for the functioning of this modality, where it is increasingly important that the student feels the protagonist of his own learning, thus breaking a paradigm of education what he's been getting used to since basic education. This article seeks to propose the use of neurolinguistic programming (pnl) as an effective tool to approach and stimulate students, understanding them as unique individuals in the teaching-learning process, enhancing their training.

KEYWORDS: Active Methodologies, NLP, Education.

INTRODUÇÃO

A Sociologia da infância apresenta novos discursos e conceitos acerca da criança, considerada nesta perspectiva teórica, como ator social e histórico, pertencente a uma categoria geracional permanente de estatuto próprio: a infância. As crianças, também, são produtoras de culturas, concebidas como formas específicas de construção de inteligibilidade, comunicação e expressão. Os eixos das culturas da infância tornam-se linguagens particulares por meio das quais a criança compreende e se manifesta no mundo social e cultural. A abordagem sociológica da infância traz relevantes contribuições para o desvelamento dessa categoria social em tempos contemporâneos de profundas transformações e representa um importante marco para a defesa dos direitos das crianças em diferentes espaços sociais, em especial, no contexto da educação formal.

Este artigo tem a pretensão de discorrer, antes de tudo, sobre educação. Por mais que busquemos aqui explorar correntes atuais e modernas da pedagogia, a missão é nunca abrir mão da base do processo de educar e aprender. Nascemos dotados de inteligências, que quando bem trabalhadas e exploradas podem ajudar a vencer barreiras e obstáculos. Por isso somos capazes de aprender, significar e ressignificar a aprendizagem.

Assim, tudo o que é importante para a comunidade, e existe como algum tipo de saber, há também como algum modo de ensinar. Mesmo onde ainda não criaram a escola, ou nos intervalos dos lugares onde ela existe, cada tipo de grupo humano cria e desenvolve situações, recursos e métodos empregados para ensinar às crianças, aos adolescentes, e também aos jovens e mesmo aos adultos, o saber, a crença e os gestos que os tornarão um dia o modelo de homem ou de mulher que o imaginário de cada sociedade — ou mesmo de cada grupo mais específico, dentro dela — idealiza, projeta e procura realizar. Ao mesmo tempo entender que é preciso fazer com que o educando se dê conta de seu próprio processo de conscientização, haja vista que ninguém é sujeito da educação de ninguém, a não ser de si mesmo.

A Aprendizagem invertida é uma abordagem pedagógica na qual a instrução direta se desloca do espaço de aprendizagem em grupo para o espaço de aprendizagem individual, e o espaço de grupo resultante é transformado em um ambiente de aprendizagem dinâmico e interativo onde o educador orienta os alunos à medida que aplicam conceitos e se envolvem criativamente no que. Em posse dessas informações, será discutido como o docente pode atuar de forma efetiva nessa metodologia por meio da aplicação científica da Programação Neurolinguística (PNL) direcionada à educação, entendendo como suas técnicas e aplicações práticas podem de fato colaborar no processo ensino-aprendizagem. “Na PNL, considera-se que a aprendizagem ocorre por meio de programas neurolinguísticos, isto é, a pessoa constrói mapas cognitivos dentro do seu sistema nervoso, conectando-os com observações do ambiente e respostas comportamentais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na realização deste artigo o embasamento teórico se divide em três partes: Na primeira, o estudo tem como foco a educação, e nessa etapa se subdivide em dois momentos. Em um primeiro momento inicia uma pesquisa em um contexto mais geral sobre a educação a distância.

São referências para esse momento Fredric Litto, Vani Kenski e José Moran. Após esse olhar mais amplo, em um segundo momento o estudo amplia o olhar se aproximando de referências da sala de aula invertida, como Eduardo Fernandes Barbosa, Dácio Guimarães de Moura, Wesley Baker, José Armando Valente, Jonathan Bergmann, Aaron Sams, Bill Tucker, Jacob Bishop e Matthew Verleger.

A segunda parte do embasamento foca nos conceitos da Programação Neurolinguística, e seus pressupostos. Tais postulados não nasceram necessariamente dentro da PNL, mas foram tirados de outras ciências e técnicas. Assim, a PNL os incorporou para melhor estruturar as suas práticas. Os estudos desses princípios se apoiam nos criadores da PNL Richard Bandler e John Grinder, no renomado estrategista e palestrante Anthony Robbins, que baseia seu trabalho nos fundamentos da PNL, além de Mo Shapiro, Joseph O'Connor e John Seymour.

Na terceira parte o embasamento se dá nos autores que já estudaram, relacionaram e traçaram os paralelos da PNL com a educação, como Jairo Mancilha, Walberto B. da SILVA, Roger Dias, Jair Passos, os irmãos Ivelise e Douglas Correio e Miguel D'addario.

Todo o estudo tem uma abordagem qualitativa que, para Kerlinger, tem a função de levar a sério o contexto e parte da ideia de que teoria e métodos devem se ajustar um ao outro. E com isso esse estudo buscou entender o funcionamento da pedagogia ativa da sala de aula invertida e as técnicas mais efetivas para sua execução na EAD.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

É importante deixar claro que não visamos aqui discutir as técnicas da metodologia em si. Não é sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) necessárias para o funcionamento da sala de aula invertida, apesar de elas serem fundamentais na sua execução.

É sobre o papel do professor nesse processo, sua atuação na educação, fomentando as metodologias ativas e entendendo o aluno, seu modo de pensar e aprender, e com isso conseguir aplicá-las. Segundo Schmitz a metodologia da sala de

aula invertida é fazer em casa o que tradicionalmente era feito em aula, e em aula o trabalho que era feito em casa. Por essa observação, é possível notar que a premissa da educação a distância é a mesma da sala de aula invertida, onde o aluno assume o protagonismo do seu estudo em seu próprio ambiente, e os encontros presenciais servem para praticar e exercitar o que foi estudado em casa. E o professor tem papel essencial na mediação desse conhecimento, filtrando e preparando o material necessário para que o discente realize seu próprio estudo e aprendizado.

Segundo Kenski, nessa abordagem alteram-se principalmente os procedimentos didáticos, independentemente de uso ou não das novas tecnologias em suas aulas. É preciso uma quebra de paradigma, uma mudança de comportamento, se reinventar não apenas como docente, mas como comunicador e mediador do conhecimento. É preciso que o professor, antes de tudo, posicione-se não mais como o detentor do monopólio do saber, mas como um parceiro, um pedagogo, no sentido clássico do termo, que encaminhe e oriente o aluno diante das múltiplas possibilidades e formas de alcançar o conhecimento e de se relacionar com ele. E isso vai de encontro a outro ponto importante a ser debatido que é a adaptação do docente à metodologia da sala de aula invertida e a aprendizagem a distância. Muitos educadores ainda não conseguiram soltar os laços nostálgicos com a forma pela qual eles mesmos aprenderam. Tanto no ensino básico quanto no fundamental e no superior, há professores resistentes às novas abordagens, que estão mais alinhadas com o temperamento dos jovens e essa resistência de muitos docentes, mesmo os que já estão inseridos em instituições que trabalham com EAD, refletem na sua didática e no sucesso do seu aluno.

A dificuldade de se engajar na modalidade, dificulta a entender seu discente como indivíduo único e a trabalhar uma metodologia que foque no seu aprendizado. Para Moran os docentes têm um desafio complexo de otimizar as propostas, os recursos, personalizar o processo de aprendizagem às necessidades de cada estudante e, ao mesmo tempo, acompanhar um número grande de alunos. E é nessa perspectiva que se vê necessário olhar mais individualmente os discentes, invertendo-se a sala de aula estabelece-se um quadro que garante que os alunos recebam uma educação personalizada adaptada às suas necessidades individuais.

Por isso é preciso motivá-los e torná-los capazes não apenas de acompanhar, mas principalmente de protagonizar as metodologias ativas que são propostas para uma educação cada vez mais libertadora. Necessita-se algo além de aceitar e adaptar-se à educação a distância. Compreender os princípios da sala de aula invertida é um bom passo para entender essa mudança de conceito na educação. Compreender esse novo mundo com uma nova lógica, uma nova cultura, uma nova sensibilidade, uma nova percepção.

O olhar individualizado ao aluno tem a capacidade de potencializar sua educação, um olhar para a intimidade, dialogando diretamente com suas motivações pessoais. A aprendizagem é mais significativa quando motivamos os alunos intimamente, quando eles acham sentido nas atividades que propomos, quando consultamos suas motivações profundas, quando se engajam em projetos em que trazem contribuições, quando há diálogo sobre as atividades e a forma de realizá-las.

Dialogando exatamente com esse raciocínio, entende-se que uma determinada metodologia de ensino serve para uns, mas não para outros, e por isso uma das metas da aprendizagem de hoje é que ela seja “sob medida” e mais adequada possível para cada aprendiz. E na construção desse cenário para a educação, falando agora diretamente do comportamento do docente junto ao aluno, os conhecimentos da programação neurolinguística dão grande contribuição. Para Moran há avanços nas ciências cognitivas: aprendemos de formas diferentes e em ritmos diferentes e temos ferramentas mais adequadas para monitorar esses avanços. E quando se fala em ciências cognitivas se fala exatamente do conjunto de disciplinas que abordam o comportamento humano como a psicologia cognitiva, a neurociência, a antropologia, a linguística e parcialmente outros conhecimentos que lidam diretamente com a comunicação e o comportamento humano. Falando mais especificamente da PNL, esse termo foi cunhado por Richard Bandler e John Grinder, os criadores da programação neurolinguística.

Seus estudos focaram em entender como e por que as pessoas eram bem-sucedidas em suas áreas, e em como poderiam atingir o mesmo sucesso. Com isso passaram a identificar padrões de excelência nelas e conseguiram verificar que poderiam replicar esses comportamentos e, com isso, atingiriam resultados semelhantes. Esse processo de identificar e replicar tais padrões é o que eles chamaram de modelagem.

A Programação Neurolinguística é a arte e a ciência da excelência, ou seja, das qualidades pessoais. É arte porque cada pessoa imprime a sua personalidade e o seu estilo àquilo que faz, algo que jamais pode ser apreendido através de palavras e técnicas. E é ciência porque utiliza um método e um processo para determinar os padrões que as pessoas usam para obter resultados excepcionais naquilo que fazem. Esse processo chama-se modelagem, e os padrões, habilidades e técnicas descobertos através dele estão a ser cada vez mais usados em terapia, no campo da educação e profissional, para criar um nível de comunicação mais eficaz, um melhor desenvolvimento pessoal e uma aprendizagem mais rápida. Ou seja, eles defendiam que se começássemos a nos comportar da mesma maneira que outras pessoas, identificando os padrões corretos, éramos capazes de criarmos um modelo deste comportamento, replicá-lo e obter os mesmos resultados. Com isso, a conclusão é que através da mudança comportamental podemos alterar e melhorar nossos

resultados. A PNL nos ensina a entender e a modelar nossos sucessos, para que possamos repeti-los. Trata-se de uma maneira de descobrir e revelar nossa genialidade, nossa forma de darmos o melhor de nós e de extrairmos o melhor dos outros.

A partir dessa concepção, Bandler, Grinder e vários outros autores foram expandindo os estudos da PNL, que começou a ser aplicada de forma muito efetiva em várias outras áreas, e não foi diferente na educação. Segundo Chung (2018, p. 22) “a PNL oferece procedimentos específicos e altamente eficazes no campo da educação, treinamento, administração, negócios e terapia”. É nessa vertente que se busca os efeitos das técnicas e pressupostos da PNL agindo diretamente no processo ensino-aprendizagem. A fim de enxergar o aluno como indivíduo único na sua formação, e na tentativa de potencializar seu estudo particular, reforçando assim o princípio da sala de aula invertida, é necessário entender como se comunicar de forma eficiente com seu discente, dominando as técnicas eficazes de comportamento que gere uma resposta positiva por parte do aluno.

Um passo importante que a PNL nos mostra acerca da interação com o aprendiz, é que o professor precisa domina a comunicação. E nesse momento, é necessário entender que o ato de se comunicar não se dá apenas através de palavras. A postura, gestos, tom de voz, olhar, tudo junto gera uma comunicação completa. Para O’Connor e Seymour (1995, p.35), “as palavras são o conteúdo da mensagem, e a postura, os gestos, a expressão e o tom da voz são o contexto no qual a mensagem está embutida. Juntos, eles formam o significado da comunicação”. É o que se chama de linguagem verbal e não-verbal. Quando você se comunica com outra pessoa, desperta no seu interlocutor uma série de reações como interesse, entusiasmo, curiosidade, medo, alegria, apatia etc., independente da qualidade da sua comunicação. Qualquer sentimento pode ser gerado através nesse momento. Quando um professor domina como cada aluno reage a seus estímulos, ele domina por completo o processo ensino-aprendizagem. Mas não é tão simples como parece. Como nos diz Litto (2010, p. 18) “como um único tamanho de sapato não serve para todos, uma determinada abordagem para a aprendizagem pode ser satisfatória para alguns, mas não para outros”. Então é preciso que o docente consiga avaliar como cada aluno se comporta individualmente, o que na PNL chama-se calibração.

Com isso, pode-se potencializar a comunicação, torna-la mais eficiente e assertiva. Não é necessário entrar na mente do outro, é uma técnica que traz as respostas para o exterior e busca recuperar o que havia sido suprimido pelo mapa do seu interlocutor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o professor se propõe a entender melhor cada aluno na sua individualidade, dando a real importância na sua comunicação pessoal e no seu modelo de mundo, é que se valoriza o indivíduo na sua singularidade, e consegue propor metodologias ativas eficientes na inversão da sala de aula, potencializando e fortificando a base da educação a distância. A Programação Neurolinguística é a arte e a ciência da excelência, ou seja, das qualidades pessoais.

Portanto, PNL funciona como um Manual de instruções que favorecem a modelagem do alunado para a obtenção de resultados extraordinários. Não somente auxilia na ruptura de barreiras mentais que afetam o desenvolvimento da mente, mas também fornecem meios de potencializar o cérebro humano através da comunicação seja ela interna ou externa. Porém reiteramos que a Programação Neurolinguística apesar de ser de extrema valia no cenário educacional institucionalizado não é a ferramenta extraordinária capaz de sanar toda problemática educacional existente se faz necessário um agrupamento de fatores que vão além de apenas ações pedagógicas em sala de aula. A PNL doa a possibilidade de maximizar a comunicação entre os indivíduos com o desejo de estabelecer canais que contribuam para potencializar a interação dos atores construtores do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2013. Disponível em:

http://www.febac.edu.br/site/images/biblioteca/livros/O%20Que%20e%20Educacao%20-%20Carlos%20Rodriques%20Brandao.pdf Acesso em: 20 mai 2020.

CHUNG, T. **Qualidade começa em mim.** 1 ed. Paris: Lebook, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=sw6DDwAAQBAJ&lpg=PP1&dq=isbn%3A8583862303&hl=ptBR&pg=PT5#v=onepage&q&f=false Acesso em: 20 mai 2020.

KENSKI, Vani M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 6 ed. Campinas: Papirus, 2003.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais – Um tratamento conceitual.** São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 2003. Disponível em: http://linsys.com.br/pdf/Keringer.pdf Acesso em: 22 mai 2020.

LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LITTO, Fredric M. Aprendizagem a distância. 1 ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/Aprendizagem_a_Distancia.pdf Acesso em 19 mai 2020.

MACIEL, Karen. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. 2011. Disponível em: http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/1143/1/Paulo%20Freire.pdf Acesso em: 20 mai 2020.

MANCILHA, Jairo. **Programação Neurolinguística aplicada ao ensino aprendizagem.** 2013. Disponível em: http://www.rbenche.com.br/intranet/upload/apostilaprogramacaoneurolinguistica.pdf Acesso em; 20 mai 2020.

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. 2018. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf Acesso em 20 mai 2020.

MORAN, José. **Metodologias ativas: alguns questionamentos José Moran**. 2019. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/metodologias.pdf Acesso em 30 abr 2019.

O, CONNOR, Joseph; SEYMOUR, John. **Introdução à programação neurolingüística: como entender e influenciar pessoas**. São Paulo: Summus, 1995.

A EVOLUÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DIGITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O DIREITO DO CONSUMIDOR NO BRASIL

Prof. Me. Telson Pires[10]

Prof. Dr. Plinio Lacerda Martins[11]

RESUMO

As inovações tecnológicas têm imposto profundas transformações sociais ao longo das últimas décadas do século XX somados aos anos que se seguem no atual século XXI. A necessidade de adequação da população às tecnologias revolucionou o setor privado, à vida em sociedade em rede, extremamente conectada, e à forma como passamos a consumir produtos e serviços. O Poder Público não ficou para trás e tem envidado esforços para acompanhar estas mudanças ao mesmo tempo em que as regula em prol da população, e para integrar ao máximo, inserindo-os na própria sociedade em si, diminuindo as disparidades sociais e atuando na defesa do consumidor, posto sua vulnerabilidade poder gerar desigualdades. Considerando a informatização dos serviços públicos e privados, muitas pessoas podem ficar de fora desta transformação tecnológica, se tornando, assim, novos integrantes da marginalidade social ao não conseguirem se conectar, o que pode afetar os direitos do consumidor/cidadão tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Os objetivos desta pesquisa foram verificar as iniciativas de modernização tecnológica do setor público, analisar a articulação das legislações do direito do consumidor com as novas legislações relacionadas como a Lei da Liberdade Econômica, além de outras leis e Decretos sobre o tema, bem como estudar estes impactos na proteção do consumidor diante dessas mudanças. Este estudo foi feito a partir do método hipotético-dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica especializada sobre o tema e com aportes metodológicos interdisciplinares e conceitos vertidos por Bauman e Castells. A hipótese principal da nossa investigação consiste em que a digitalização do serviço público pode servir para democratizar as relações de consumo.

[10] Doutorando em Direito, Instituições e Negócios pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: professortelson@hotmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5887862349395027.

[11] Doutor em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Direito. Professor do quadro permanente do PPGDIN. Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1643533929253579.

RESUMEN

Las innovaciones tecnológicas han impuesto profundas transformaciones sociales en las últimas décadas del siglo 20 sumado a los años que siguen en el actual siglo 21. La necesidad de adaptar a la población a las tecnologías ha revolucionado el sector privado, la vida en una sociedad en red, extremadamente conectada, y la forma en que comenzamos a consumir productos y servicios. El Poder Público no se ha quedado atrás y ha hecho esfuerzos para monitorear estos cambios al mismo tiempo que los regula en beneficio de la población, y para integrarlos al máximo, insertándolos en la sociedad misma, reduciendo las disparidades sociales y actuando en la protección del consumidor, ya que su vulnerabilidad puede generar desigualdades. Considerando la informatización de los servicios públicos y privados, muchas personas pueden mantenerse al margen de esta transformación tecnológica, convirtiéndose así en nuevos miembros de la marginalidad social al no poder conectarse, lo que puede afectar los derechos del consumidor/ciudadano tanto en la esfera pública como en la esfera privada. Los objetivos de esta investigación fueron verificar las iniciativas de modernización tecnológica del sector público, analizar la articulación de las leyes de derecho del consumidor con las nuevas leyes relacionadas con la Ley de Libertad Económica, además de otras leyes y decretos sobre el tema, así como estudiar estos impactos en la protección del consumidor frente a estos cambios. Este estudio se basó en el método hipotético-deductivo, basado en la investigación bibliográfica especializada sobre el tema y con aportes metodológicos interdisciplinarios y conceptos arrojados por Bauman y Castells. La hipótesis principal de nuestra investigación es que la digitalización del servicio público puede servir para democratizar las relaciones de consumo.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, CF/88, de maneira acertada, apontou em seu art. 37 os princípios da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade), que após a Emenda Constitucional nº19 de 1998, dez anos depois, teve o acréscimo do princípio da eficiência. Este último princípio é, certamente o responsável por conduzir o país à transformação do serviço público tradicional, burocrático, moroso, por vezes, mesmo sem intenção, e ineficiente, em serviço público digital, rápido, conectado, transparente, mais útil e, claro, eficiente.

A vinculação da Administração Pública àquilo previsto na Constituição Federal impõe aos governantes atenção ao texto constitucional, inclusive nas profundas

transformações tecnológicas percebidas com o avanço tanto das tecnologias quanto da própria internet. Conforme aponta a Estratégia de Governança Digital: *"Nossas vidas já não podem mais ser dissociadas da tecnologia. As novas soluções, o crescente volume de dados e as inovações sociais geram mudanças cada vez mais rápidas e intensas em nosso dia a dia. O governo federal precisa acompanhar este movimento."* (BRASIL, 2016, p. 4)

Essas transformações se relacionam com o consumidor/cidadão dentro de uma lógica internacional e interamericana de defesa dos direitos fundamentais, fundamentada no respeito à dignidade da pessoa humana, que se dá também dentro do plano nacional, posto o reconhecimento da interdependência entre os direitos de primeira geração (civis e políticos) e os de segunda geração (econômicos, sociais e culturais), (VAL, 2018; VAL; LEGALE, 2017).

Ao associarmos as normas de Direito interno com o avanço e progresso tecnológico em caráter mundial, fruto de uma revolução que transforma e confere à Sociedade a necessidade de se conectar em rede (CASTELLS, 1999), a não observância deste progresso pela administração pública pode levar o país a enfrentar uma crise de governabilidade que resultará no colapso de diferentes ordens[12] (CASTELLS, 2003).

O esforço do Brasil para promover esta adequação do sistema público nacional às transformações tecnológicas busca exatamente conferir ao país tanto governabilidade, quanto promover o desenvolvimento econômico pautado na criação de um conjunto de leis e regras que estimulam e protegem o fluxo de informações e dados no setor privado e no público, capaz de incentivar a substituição de equipamentos e tecnologia que deem segurança aos participantes desta relação.

Se por um lado, a Sociedade *busca utilizar essas tecnologias para alcançar os seus direitos.* (VIANA, 2021, p. 116), o Estado *busca se amoldar e propõe uma simplificação de acesso e promoção de seus serviços* (VIANA, 2021, p, 116). Isso ocorre inclusive em razão de, em muitas oportunidades, e embora já conectados, alguns serviços públicos ainda não atenderem à velocidade e eficiência que se esperam dos serviços públicos, conforme aponta Lucas Borges de Carvalho:

Tal situação se demonstra ainda mais problemática ao se considerar a crescente demanda social pela digitalização dos serviços públicos. Com efeito, cada vez mais conectados e acostumados à velocidade de resposta típica dos serviços

[12] Manuel Castells, importante sociólogo e professor universitário espanhol, em seu livro A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade, afirma que caso os governos não se adequem às transformações da sociedade em rede eles passarão por crises de governabilidade que levarão ao colapso das regulações, ocasionando problemas sociais, trabalhistas, previdenciários, etc. (CASTELLS, 2003, p. 270)

ofertados por *startups* e gigantes da tecnologia, à disposição com um simples toque na tela de seu smartphone, os cidadãos direcionam, cada vez mais, expectativas similares para a administração pública. No entanto, a frustração tem sido a regra, pois muitos serviços públicos permanecem baseados em relações burocráticas e em procedimentos analógicos. Neste sentido, são serviços desconectados, lentos e ineficientes. Por conseguinte, associados a altos custos e a uma baixa qualidade, pouco aproveitam as possibilidades abertas pelas novas tecnologias digitais. (CARVALHO, 2020, p, 117)

A necessidade dessa adequação dialoga ainda com diversas demandas do Estado. Uma vez que se aprimora o acesso aos serviços burocráticos do país é possível alavancar diferentes setores, tais como o tributário, com um melhor recolhimento de impostos, o de importação, com a fiscalização de entrada e saída de bens para o país, o controle do meio ambiente e das áreas desmatadas, bem como permite ao Governo realizar a proteção do consumidor, função esta constitucional, art. 5º, XXXII, além de exercer o controle econômico, na forma do art. 174, também da Constituição Federal do Brasil de 1988.

A atuação regulatória e normativa a que prevê o artigo 174 da CF/88 foi recentemente regulamentada pela Lei 13.874/2019 que instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Essa regulamentação é também fruto de grande reivindicação por parte do empresariado nacional que encontrava na burocracia da máquina pública entraves para o pleno desenvolvimento das atividades negociais somados o alto índice de desemprego e uma recessão econômica persistentes (EFING, 2020, p. 6).

Embora tenha havido a criação de uma lei para atender aos princípios da liberdade econômica, lei 13.874/2019, as normas contidas no Código de Defesa do Consumidor, Lei 8078//90, mantiveram-se em pleno vigor e não são importunadas pela própria previsão contida no art. 3º, III, §3º, II [13] que aponta a prevalência do Diploma Consumerista. Isto no leva a entender que o legislador nacional manteve a preocupação acerca da vulnerabilidade do consumidor frente ao poder econômico das sociedades empresariais.

[13] Assim prevê a Lei 13.874/19:
Art. 3º São direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômicos do País, observado o disposto no parágrafo único do art. 170 da Constituição Federal:
III - definir livremente, em mercados não regulados, o preço de produtos e de serviços como consequência de alterações da oferta e da demanda;
§ 3º O disposto no inciso III do caput deste artigo não se aplica:
II - à legislação de defesa da concorrência, aos direitos do consumidor e às demais disposições protegidas por lei federal.

Nesta multiplicidade de ângulos a analisar é que a presente pesquisa se mostra importante. Se por um lado há uma incontornável onda tecnológica que impinge a administração pública a promover sua própria modernização sem descuidar da eficiência, princípio este tão caro ao nacional, por outro, há a necessidade de se atender ao pleno desenvolvimento do país ao passo que se protege o consumidor.

Através do método hipotético-dedutivo e pautado em pesquisa bibliográfica especializada, são objetivos desta pesquisa verificar as iniciativas de modernização tecnológica do setor público, e estudar estes impactos com a proteção do consumidor diante das mudanças estabelecidas recentemente para alavancar a economia nacional. A hipótese que trabalhamos é que ao modernizar o seu serviço burocrático digital o país poderá democratizar as relações de consumo, bem como promover o desenvolvimento econômico.

A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO SETOR PÚBLICO

A revolução tecnológica que experimentamos desde as últimas décadas do século XX ainda não terminou (CASTELLS, 1999). As profundas transformações nos mais diferentes campos da vida em sociedade mudaram radicalmente a forma como nos comunicamos uns com os outros, como ouvimos músicas, assistimos filmes, como vamos ao teatro, mudamos como nos locomovemos pela cidade, e mais uma infinidade de mudanças que nos são muito úteis hoje em dia.

Castells afirma que este período se compara ao período das revoluções industriais, da descoberta da eletricidade, da utilização de combustíveis fósseis:

Meu ponto de partida, e não estou sozinho nesta conjetura, é que no final do século XX vivemos um desses raros intervalos na história. Um intervalo cuja característica é a transformação de nossa ‘cultura material’ pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação. […] A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear […].(CASTELLS, 1999, p. 67 e 68)

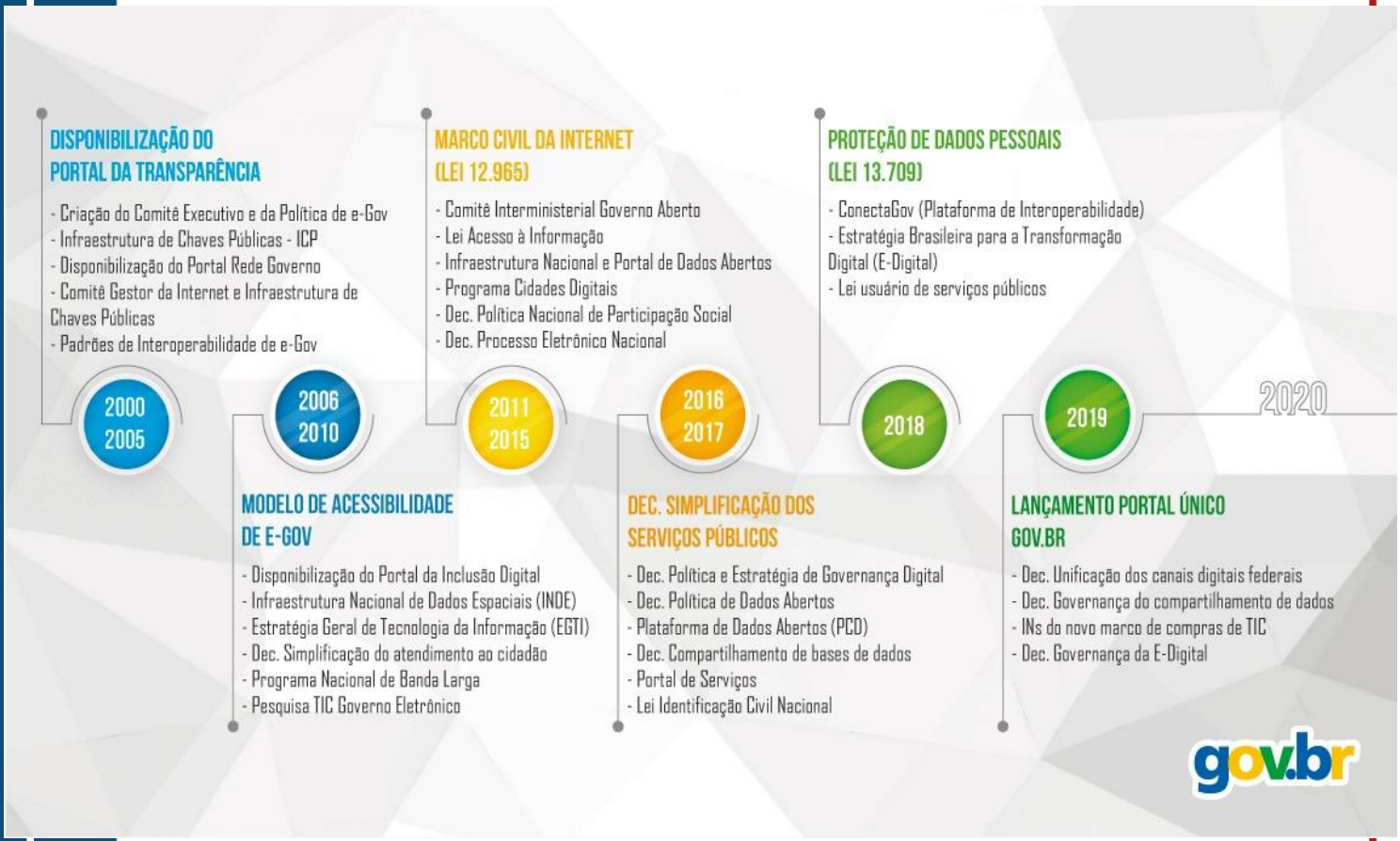
E embora tenha certas críticas acerca da função dos governos na liderança destas transformações, ele ainda acredita que eles têm grande responsabilidade, pois afirma que *“(...) precisamos de instituições, ainda precisamos de representação política, democracia participativa, processos de formação de consenso e política pública eficiente. Isso começa com governos responsáveis, verdadeiramente democráticos.*” (CASTELLS, 1999, p. 284)

O Brasil, Estado Democrático de Direito, instituído constitucionalmente em seu art. 1º, traça este caminho desde a virada do século XX e têm tomado medidas, inobstante os diferentes governos que assumem a cadeira do executivo.

As primeiras ações foram tomadas ainda no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Comitê Executivo do Governo Eletrônico mediante o decreto presidencial de 18 de outubro de 2000. Trata-se do início da transformação da Administração Pública Federal (APF).

A base eletrônica e-Gov, buscava "*priorizar o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para democratizar o acesso à informação, visando ampliar o debate e a participação popular na construção das políticas públicas, e também aprimorar a qualidade e a efetividade dos serviços e informações.*" (BRASIL, 2016, p. 8).

Ao longo dos anos é possível observar a rápida evolução. Vejamos o infográfico abaixo:



Fonte: Governo Digital[14]

[14] Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital#:~:text=O%20Programa%20de%20Governo%20Eletr%C3%B4nico%20do%20Estado%20brasileiro%20surgiu%20no,3%20de%20abril%20de%202000. . Acesso: 16.04.22

Com a leitura do quadro acima é possível compreendermos que o Brasil está sim caminhando continuamente rumo à modernização da administração pública e sua relação com o cidadão. Merecem destaque, no entanto, alguns marcos temporais que passamos a discorrer.

Entre os anos 2000 e 2010 observamos uma preparação técnica da APF e a busca do Governo Federal para democratizar a utilização da internet no país. Destaca-se neste período a criação da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP (2001), que permitiu criar uma *"cadeia hierárquica de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão."*[15] Outra iniciativa governamental foi a criação do Plano Nacional de Banda Larga (2010)[16], que buscou oferecer internet rápida (à época 1MB de velocidade era considerado uma velocidade rápida em nosso país) e previa a entrega de banda larga para todos os serviços públicos no Brasil. E em 2009, outro passo de suma importância foi a emissão do Decreto 6932/2009[17] que dispôs sobre a Simplificação do Atendimento Público Prestado ao Cidadão, que já previa, como diretriz para as relações entre si, dos órgãos públicos e para com o cidadão, a utilização de tecnologias para simplificar processos e procedimentos de atendimento à população.

Entre os anos de 2011 e 2017, os passos tomados pela administração pública foram mais largos. A regulamentação do direito constitucional à informação, contido em seu art. 5º, XXXIII, na entrada em vigor da Lei 12.527/2011 foi demasiado importante, pois previu (e prevê) a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação nos procedimentos que buscam assegurar o direito ao acesso à informação administrada pelo Poder Público. Alguns anos depois, foi estabelecido o Marco Civil da Internet, mediante a criação da Lei 12.968/2014 que estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Esta lei estabelece que o Poder Público, na figura de todos os seus entes federativos, deve possuir como diretrizes a promoção da racionalização e da interoperabilidade tecnológica dos serviços de governo eletrônico, entre os diferentes Poderes e âmbitos da Federação, para permitir o intercâmbio de informações e a celeridade de procedimentos; bem como adoção preferencial de tecnologias, padrões e formatos abertos e livres.[18]

---

[15] Informação obtida diretamente do site do governo disponível em: https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/icp-brasil, acesso em 16.04.22

[16] Através do Decreto 7175/2010.

[17] Decreto este revogado em 2017 pelo Decreto 9.094/2017 já no Governo de Michel Temer (2016/2018), já alterado pelo Decreto 10.178/2019 que incluiu alguns elementos na Carta de Serviços ao Usuário.

[18] Tais diretrizes se encontram no art. 24, incisos III e V da Lei 12.695/2014

Art. 24. Constituem diretrizes para a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no desenvolvimento da internet no Brasil:

III - promoção da racionalização e da interoperabilidade tecnológica dos serviços de governo eletrônico, entre os diferentes Poderes e âmbitos da Federação, para permitir o intercâmbio de informações e a celeridade de procedimentos;

V - adoção preferencial de tecnologias, padrões e formatos abertos e livres;

Estas transformações mostram que a preparação para a entrega de um serviço público digital foi acompanhada de políticas públicas de propagação do uso da internet na vida da população brasileira. Outra iniciativa do Governo Federal foi a emissão do Decreto 8243/2014 que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, que visava aumentar a participação democrática, nos espaços de criação de políticas públicas inclusive, com destaque para o uso de plataformas tecnológicas com o intuito de promover o diálogo entre a APF e a sociedade civil. Infelizmente, este decreto foi totalmente revogado pelo Decreto 9759/2019 do Presidente Jair Bolsonaro, em mais uma atitude antidemocrática demostrada pelo líder máximo do país.

Contudo, em 2015, por força do Decreto 8539, a APF foi comprometida integralmente à virtualização do serviço público digital. O Decreto dispôs sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Este decreto apresentou seus objetivos de maneira clara:

Art. 3 º São objetivos deste Decreto:

I - assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental e promover a adequação entre meios, ações, impactos e resultados;

II - promover a utilização de meios eletrônicos para a realização dos processos administrativos com segurança, transparência e economicidade;

III - ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e da comunicação; e

IV - facilitar o acesso do cidadão às instâncias administrativas.

O ano de 2016, entretanto, elevou o patamar da atuação da APF. Não bastava a informatização do serviço público caso ele não fosse entregue com menos burocracia, celeridade e eficiência, que eram os objetivos da Administração Federal. O Decreto 8639/2016[19] instituiu a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Trata-se de um decreto que aponta para a direção que o Governo deve seguir rumo à

[19] Este decreto foi recentemente alterado pelo Decreto 10.332, de 2020, que instituiu o novo plano de Estratégia de Governança Digital (EGD) para o período de 2020 a 2022.

transformação do serviço público. Ele possui 51 iniciativas estratégicas e tinha como foco durar até o ano de 2019. *"A aplicação da tecnologia nas políticas públicas é fator determinante para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A EGD é uma ponte para este novo modelo de gestão."* (BRASIL, 2016, p. 4).

A Estratégia de Governança Digital (EGD) foi criada e organizada de acordo com as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que havia publicado em 2014 o texto Recomendação do Conselho sobre Estratégias de Governança Digital[20] (OCDE, 2014). No texto, a OCDE apresenta aos países membros algumas recomendações para que possam entregar uma melhor prestação do serviço público e proteger também as trocas de informações entre os particulares, merecendo destaque as estratégias que:

- assegurem maior transparência, abertura e inclusão dos processos governamentais e operações;
- incentivem envolvimento e participação de partes interessadas públicas, privadas e da sociedade civil na elaboração de políticas públicas e no desenho e implementação de serviços públicos;
- criem uma cultura orientada a dados no setor público;
- reflitam uma abordagem de gerenciamento de risco para lidar com

as questões de segurança e privacidade digital, e incluam a adoção de medidas eficazes e adequadas de segurança, para aumentar a confiança nos serviços governamentais. (OECD, 2014, p. 8-12, traudção livre do inglês)

Este órgão criado pelo governo recebe a missão de promover ações de governança dentro das ações que envolvem a tecnologia da informação e comunicações (TIC), e tem como seus objetivos "*orientar e integrar as iniciativas relativas à governança digital na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal"* com vistas a beneficiar o país em seu pleno desenvolvimento, tornando a APF mais eficiente mediante a modernização das tecnologias empregadas no serviço público digital, proporcionando "*melhoria dos serviços públicos digitais e da ampliação da participação social."* (BRASIL, 2016, p. 10)

A EGD é pautada por uma série de princípios que contribuem para o melhor desenvolvimento do serviço público digital. São eles: 1. Foco nas necessidades da sociedade; 2. Abertura e transparência; 3. Compartilhamento da capacidade de serviço; 4. Simplicidade; 5. Priorização de serviços públicos disponibilizados em meio

[20] Tradução livre do inglês de *Recommendation of the Council on Digital Government Strategies* (OCDE, 2014).

digital; 6. Segurança e privacidade; 7. Participação e controle social; 8. Governo como plataforma; 9. Inovação. (BRASIL, 2016, p. 14). Como o plano de atuação estava previsto para funcionar até o ano de 2019, o Decreto 10.332/2020 institui o novo plano de desenvolvimento para o biênio 2020/2020.

O objetivo desta seção não é exaurir os decretos e atos legislativos que conduzem o país a uma transformação do serviço público digital, mas sim de comprovar que há um esforço significativo da administração federal e do próprio legislativo em criar uma estrutura para a mudança do analógico para o digital, promovendo ainda a segurança nestas trocas de informações[21]. No próximo ponto abordaremos o impacto destas transformações digitais e tecnológicas nas relações de consumo e correlacionando-as com o impacto que sofrem diante das mudanças feitas pela administração pública.

AS RELAÇÕES DE CONSUMO NA ERA DIGITAL

Giddens, ao analisar o papel da tecnologia ao tratar das Consequências da Modernidade na última década do século XX, reconheceu sua potência transformadora, integrando-a à indústria, e a nossa vida, ao nosso dia a dia.

A indústria moderna, modelada pela aliança da ciência com a tecnologia, transforma o mundo da natureza de maneiras inimagináveis às gerações anteriores. Nos setores industrializados do globo - e, crescentemente, por toda parte - os seres humanos vivem num ambiente criado, um ambiente de ação que, é claro, é físico, mas não mais apenas natural. Não somente o ambiente construído das áreas urbanas mas a maioria das outras paisagens também se torna sujeita à coordenação e controle humanos.(GIDDENS, 1991, p. 55)

Quando Bauman (2008) apontou que estávamos em um processo de transformação de pessoas em mercadorias, se tratava de uma clara constatação: a forma como consumimos tem mudado ao longo dos séculos e com o advento da tecnologia passamos a nos vender nas redes sociais, tornando-se proibido ser infeliz (BAUMAN, 2008, p. 61).

[21] Em 2018 foi publicada a Lei 13.709, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados, LGPD, que somente entrou em vigor em 1º de agosto de 2021. Esta lei é um marco significativo na disposição sobre o tratamento de dados pessoais transmitidos inclusive por via digital que devem receber tantos dos particulares como do poder público atenção e esforços necessários para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A tecnologia em si não é a responsável por este movimento. O desenvolvimento de sistemas cada vez mais ágeis e seguros, como demonstrou-se acima, nada mais é do que a evolução necessária daqueles em prol da segurança e em serviço da própria sociedade. Como apontam Giddens, Beck e Lash *"a tecnologia que deseja escapar do destino de sua "mediocridade", de sua submissão ao jugo do utilitarismo econômico e militar, para se transformar ou ser nada além de pura tecnologia."* (GIDDENS; BECK; LASH, 1997, p. 39). A tecnologia é tecnologia e precisa ser desenvolvida para contribuir com o pleno desenvolvimento do Estado e da própria sociedade.

Assim, a transformação do ser humano em mercadoria se trata de um elemento cultural (BARBOSA; CAMPBELL, 2006, p. 106). A própria sociedade de consumidores é quem *"promove, encoraja, ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas."* (BAUMAN, 2008, p. 71)

A crítica de Bauman na obra Modernidade Líquida, quanto ao aspecto tecnológico foi contundente, *"o progresso tecnológico tende a anunciar cada vez menos, e não mais, empregos"* (BAUMAN, 2011, p. 167). Contudo, ousando discordar de maneira singela do grande filósofo, talvez seja exatamente o avanço tecnológico o mecanismo responsável por diminuir a infelicidade da sociedade de consumidores, pois a tecnologia tem sido a protagonista em transformar cada um de nós em anunciadores de nós mesmos, ou seja, da nossa autopropaganda.

Embora seja fato que a tecnologia extinga determinadas profissões (ZARIAS; EVAGELISTA, 2004, p. 6-7), ela também cria novos campos de trabalho e oportuniza àquele que está em uma situação de desemprego formal conseguir vender sua força de trabalho, sua produção própria, ou mesmo utilizar um bem seu como serviço, utilizando a tecnologia.[22]

Na visão de Castells, a tecnologia é quem permitiu a criação de uma nova economia (informacional, global e em rede), que está presente no mundo globalizado em que vivemos.

[22] Importante destacar que o que se está analisando neste momento são as implicações das tecnologias no comportamento da sociedade de consumidores, que, como se constata, é algo inevitável. E, sendo inevitável, não está se defendendo se é bom ou ruim, pois evidente que há benefícios e malefícios. No que tange as relações de trabalho, temos a tecnologia como um grande facilitador de autopromoção, venda e oferecimento de serviços, que acaba por gerar frágeis relações trabalhistas, que proporcionam poucos ou nenhum direito para àqueles que oferecem. O atual momento em que a sociedade vive é caracterizado por políticas neoliberais (SILVA; GONDIM, 2018) que provocam a relativização de direitos e garantias trabalhistas que acabam por precarizar as relações de trabalho, bem como contribui por desenvolver nova classe social, o precariado – trabalhadores que não possuem garantia de mercado de trabalho; vínculo empregatício; segurança no emprego; segurança do trabalho; garantia de reprodução de habilidade; segurança de renda; garantia de representação, ou seja, trabalhadores vulneráveis. (STANDING, 2014)

Chamo-a de informacional, global e em rede para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação. É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais.

É neste esteio que as implicações do desenvolvimento tecnológico se encontram com o desenvolvimento de medidas capazes de contribuir com a construção de um espaço mais seguro para as relações de consumo no Brasil. A nova economia do século XXI, informacional, global e em rede, é pautada na veiculação de bens e serviços nas plataformas de redes sociais, 24 horas por dia, 7 dias por semana, ano após ano, em todo o globo.

O Estado brasileiro tem por obrigação constitucional promover não apenas a transformação da prestação do serviço publico tradicional em digital para *"(...) facilitar as burocracias, (...) promover serviços e remodelar a relação entre a administração pública e os cidadãos* (CRISTÓVAM; SAIKALI; SOUSA, 2020), seguindo os passos das nações desenvolvidas, mas também deve estar atento às funções regulatórias previstas em sua constituição econômica, notadamente em seu capítulo que trata da ordem econômica e financeira (art. 170 e seguintes da CF/88), devendo utilizar de seu aparato digital para trazer segurança às relações econômicas pertencentes, também, à sociedade.

As relações de consumo desenvolvidas nos moldes da modernidade tecnológica, nos impulsionam para discutirmos a responsabilidade civil dos youtubers, instagramers, tiktokers e afins (GASPAROTTO; FREITAS; EFING, 2019); nos conduzem a aumentar a fiscalização e proporcionar a regulamentação dos contratos inteligentes baseados em tecnologia *blockchain*[23] (EFING; PINHO DOS SANTOS,

[23] Eduardo Lacerda definiu assim blockchain: "[...] uma Cadeia de Blocos Eletrônicos Permanentes [...], um engenhoso procedimento tecnológico para armazenamento de dados que envolve um protocolo de confiança e de consenso sobre uma rede, baseado na comunicação e autenticação de registros distribuídos ponto a ponto, comumente chamado de Distributed Ledger Technology (DLT). É construído por ligações criptográficas de blocos no sentido de recrudescer (para alguns garantir) os mecanismos a prova de violação e nesse ponto, inclusive, aos termos inseridos na competência da ilustre comunidade de assinaturas digitais. Não há segredos nos insumos tecnológicos por trás dessa esmerada forma de se registrar de maneira íntegra, com um robusto mecanismo de imutabilidade, um ativo digital, que pode ser conjugada com a legal manifestação de vontade nos documentos e transações eletrônicas."(LACERDA, 2017, p. 1)

2018; LACERDA, 2017; MARTINS; VAL, 2016, p. 231); e em como o Estado pode contribuir com seu dever normativo e orientador da economia promovendo a educação da sociedade de consumo brasileira para um consumo de fato consciente (EFING; RESENDE, 2015).

A responsabilidade do Governo brasileiro em tais temas decorrem do seu dever constitucional de proteção do consumidor e da Política Nacional das Relações de Consumo instituída no Código de Defesa do Consumidor, lei 8078/90, art. 4º, que determina em seu inciso II a presença do Estado no mercado de consumo, devendo garantir produtos e serviços com padrões elevados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, com base na racionalização e melhoria dos serviços públicos (inciso VII) que podem ser feitos com base no estudo constante das modificações do mercado de consumo (VIII).

Essa atuação no acompanhamento, estímulo e fiscalização do avanço tecnológico para as próprias funções públicas e para o mercado de consumo se faz necessário ante à já amplamente discutida e compreendida vulnerabilidade do consumidor ante ao fornecedor e produtor. Uma vez que o avanço tecnológico "simplesmente" acontece e existe, as relações de consumo, notadamente um elemento cultural, como visto acima, merecem e, mais, precisam estar mais protegidas para não termos grandes diferenças dentro da mesma sociedade, ou seja, pessoas que se encontram à margem do progresso tecnológico, e que por isso não pertencem à sociedade do presente, mas estão presas na sociedade do passado.

A vulnerabilidade do consumidor e seu papel consumista, enquanto fator cultural, foram abordados pelo professor Cândido Duarte:

A vulnerabilidade do consumidor é patente no mercado de consumo, de modo que esse indivíduo, de centro na atividade de consumo torna-se escravo do mercado, tendo seus desejos manipulados pelos fornecedores de produtos e serviços. Como dito, o indivíduo numa ótica pós-moderna passa a valer mais pelo que tem e não pelo que é. Este conceito é ligado ao que os publicitários chamam de fator cultural. Consumir é um ritual cultural! (SILVA; FRANCO, 2012)

Indo além da vulnerabilidade, o reconhecimento de que a modernidade potencializa o consumo e que isso proporciona novas situações que precisam ser melhor desenvolvidas no campo legal e tecnológico, cibernético, é necessário. Afinal, a forma de pagamento hoje pode ser feita pelos aplicativos de comunicação ou aproximação dos celulares nas máquinas de cartão de crédito; solicitar lanches deve ser feito em grandes monitores e não mais com atendentes nas lojas de *fast-food*; vestimos tecnologias com blusas high-techs e tênis inteligentes que computam nossos passos. Por outro lado, devemos lidar com a automação dos automóveis e os danos decorrentes de seus acidentes; encontrar meios de respeitar a criptografia da troca de

mensagens que protegem nossas conversas, e ao mesmo tempo, desenvolver meios de ir atrás dos golpistas que enganam e ludibriam a sociedade com golpes.

O avanço tecnológico é imperativo e necessário para contribuir com as novas formas do Poder Público se relacionar entre seus diferentes órgãos e com a própria sociedade. E isso o Brasil tem feito ao longo deste século XXI, como vimos no tópico anterior. Contudo, como apontam Paiva, Oliveira e Alvisi "*Ainda é imprescindível a adoção de políticas internacionais de proteção dos interesses e direitos consumeristas, bem como é necessário a modificação da cultura do consumo que age como motor da industrialização (...)"*(PAIVA; OLIVEIRA; ALVISI, 2019).

A busca por segurança se torna imprescindível e extremamente necessária em um mundo hiper conectado e que, de maneira progressiva, torna-se extremamente dependente da tecnologia, demandando, assim, investimentos na área da cibersegurança de modo a precaver ou minimizar alguns destes impactos na sociedade e no governo, evitando, o que Pierre Lévy chamou de dilúvio das informações (LÉVY, 1999, p. 23).

A cibersegurança ou segurança cibernética consiste nos mecanismos de tecnologia de informação e de comunicação (TIC) voltados para a proteção de informação e de dados eletrônicos. Deste modo, envolve uma série de softwares, criptografias e plataformas para prevenir vazamentos de dados e falhas de segurança.

Os avanços proporcionados pelo poder público no campo da modernização tecnológica da prestação do seu serviço devem acompanhar esta mesma revolução que a iniciativa privada tem ocasionado na vida particular da sociedade. Os próximos passos são a transformação do Governo Eletrônico em Governo Digital, que já se encontra em curso (CRISTÓVAM; SAIKALI; SOUSA, 2020).

CONCLUSÃO

A trajetória da modernização tecnológica em nosso país está de acordo com a evolução experimentada pelos demais protagonistas do cenário internacional e interamericano, fundamentado no respeito à proteção da dignidade da pessoa humana e o compromisso dos Estados em promover o desenvolvimento nacional e da sociedade. A OCDE cumpriu bem seu papel de disseminar práticas e recomendar ações para que Governos pudessem ser partícipes da revolução que a tecnologia tem nos proporcionado em nossa geração.

A forma que ela tem modificado nossa cultura faz parte da própria vida em sociedade que constrói sua própria cultura com elementos da globalização. As sociedades são imersas em padrões de consumo e comportamento que se aproximam em decorrência da tecnologia consumida em cada país. Giddens, Bauman, Lash e Back conseguiram fazer tanto a leitura desta evolução como perceberam seus reflexos, que nos transformaram em mercadoria pronta para ser anunciada e divulgada em todo o mundo.

No Brasil, desde o fim do monopólio da exploração das telecomunicações na década de 1990, temos observado o avanço tanto da sociedade de produtores, da sociedade de consumidores e do próprio Poder Público na adoção de tecnologias para se desenvolverem.

Óbvio que o Poder Público não ficaria para trás nesta revolução. A forma de lidar com a sociedade fez com que ele aprimorasse sua burocracia com a transformação de sua administração em uma administração conectada, como vimos no primeiro capítulo.

A preparação constante, não obstante os governos que assumiram o executivo, com perfis completamente diferentes, do aparato público burocrático, nos mostra como o Brasil tem sido diligente e eficaz na sua transformação tecnológica e, sobretudo, sem faltar com a população na disseminação destas tecnologias.

Também foi possível observar que a tecnologia impactou significativamente as relações de consumo e a forma como consumimos. Novas formas de comprar e consumir se apresentam na (pós?) modernidade em que vivemos e é papel do poder público gerir, desde o ponto de vista legal e constitucional, direitos básicos que se tornaram vulneráveis nesta nova realidade que experimentamos. O direito à informação, à privacidade e o próprio acesso às tecnologias são direitos inerentes a todos os brasileiros, que não usufruem de todos eles em sua integralidade.

A função do Estado é promover o acesso à tecnologia de maneira integral a todos, contudo, como é sabido, faltam ainda políticas públicas de educação e disseminação do conhecimento tecnológico.

Entretanto, o papel do serviço público caminha muito bem, rumo a evolução. A tecnologia tem transformado nossa relação com o Governo, inobstante, o emprego de tecnologias voltadas para as relações de consumo, ainda precisam de maior atenção, ao considerar que nos tornamos mais vulneráveis, medidas de cibersegurança precisam ser melhor desenvolvidas, para conceder certeza, garantia, de que direitos tão sensíveis não possam ser violados e causar prejuízos ao nacional.

Acreditamos que neste momento é possível confirmar a hipótese levantada no início do trabalho. A digitalização do serviço público pode servir para democratizar as relações de consumo caso o atual e os próximos Governos prossigam no pleno desenvolvimento de tecnologias, públicas ou privadas, que possam diminuir a insegurança cibernética que ainda persiste na realização do comércio eletrônico. Seja este comércio realizado entre particulares, empresas ou com o poder público, que é um participante da sociedade de consumidores, mas que possui um papel determinante na regulação, fiscalização, promoção e transformação da forma como é realizado.

A influência do desenvolvimento do serviço público no campo técnico deve servir de orientação para o pleno desenvolvimento de padrões mais rígidos de segurança nas relações econômicas privadas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. **Cultura, Consumo e Identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadorias** / Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BRASIL, M. DO P. O. E G. EGD - **Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2016-19**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Tecnologia da Informação, p. 36, 2016.

CARVALHO, L. B. DE. **Governo digital e direito administrativo: entre a burocracia, a confiança e a inovação.** Revista de Direito Administrativo, v. 279, n. 3, p. 115–148, 2020.

CASTELLS, M**. A Sociedade em Rede**. 6a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1, 2 e 3

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CRISTÓVAM, J. S. DA S.; SAIKALI, L. B.; SOUSA, T. P. DE. **Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil**. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, v. 43, n. 84, p. 209–242, 2020.

EFING, A. C. **A inexistência de reflexos diretos da lei da liberdade econômica no direito do consumidor**. Revista Jurídica da Escola Superior de Advocacia da OAB-PR, v. Ano 5, n. 1, p. 27p, 2020.

EFING, A. C.; PINHO DOS SANTOS, A. **Análise dos smart contracts à luz do princípio da função social dos contratos no direito brasileiro**. Direito e Desenvolvimento, v. 9, n. 2, p. 49–64, 2018.

EFING, A. C.; RESENDE, A. C. L. DE. **Educação para o consumo consciente: um dever do Estado**. Revista de Direito Administrativo, v. 269, p. 197, 2015.

GASPAROTTO, A. P. G.; FREITAS, C. O. DE A.; EFING, A. C. **Responsabilidade civil dos influenciadores digitais**. Revista Jurídica Cesumar - Mestrado, v. 19, n. 1, p. 65, 2019.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S**. Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

LACERDA, E**. A segunda era da Internet, as infraestruturas de assinaturas digitais e os entes confiáveis KSI, PKI e Blockchain Permissionado**. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, p. 13, 2017.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTINS, A. N. G. L.; VAL, E. M. **Criptomoedas: Apontamentos Sobreseufuncionamento e Perpectivas Institucionais no Brasil e Mercosul**. Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário, v. 11, n. 1, p. 227–252, 2016.

OCDE, O. PARA A C. E D. E. **Recommendation of the Council on Digital Government Strategies**. Public Governance and Territorial Development Directorate, v. July, p. 12, 2014.

PAIVA, M. DA C. M.; OLIVEIRA, N. A. C. DE O.; ALVISI, E. N. **Modernidade ou pós-modernidade: uma reflexão a partir de Jürgen Habermas e Anthony Giddens**. In: MARTINS, P. L.; MARTINS, G. M.; LIMA, M. C. DE S. (Eds.). . **Hermenêutica Jurídica: A Relação de consumo na Sociedade**. 1. ed. Niterói: UFF, 2019. p. 125–141.

SILVA, C. F. D. DOS S. E; FRANCO, R. G. **Sociedade de Consumo – A vulnerabilidade potencializada pela sensação de felicidade efêmera**. In: Direito do consumidor / organização CONPEDI/UFF ; coordenadores: Viviane Coêlho de Séllos Knoerr, Everton das Neves Gonçalves. Florianópolis: FUNJAB, 2012. p. 81–103.

SILVA, S. G. C. L. DA; GONDIM, T. P. **AUSTERICÍDIO E REFORMA TRABALHISTA: A GRAMÁTICA DE EXCEÇÃO CONTIDA NO PROJETO DE LEI 6787/2016**. Revista Eletrônica OAB/RJ, v. 51, n. 1, p. 9, 2018.

STANDING, G.-T. C. A. **O PRECARIADO A nova classe perigosa**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

VAL, E. M. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos e seu Espelho: a Declaração Americana de Direitos Humanos e seus Reflexos no Constitucionalismo na América Latina**. In: 70o Aniversario de la Declaración Universal de Derechos Humanos: la protección internacional de los derechos humanos en cuestión. Valencia: Tirant lo Blanch, 2018. p. 173/181.

VAL, E. M.; LEGALE, S. **A dignidade da pessoa humana e a jurisprudência da Corte Internamericana de Direitos Humanos**. Direitos Fundamentais & Justiça, v. 11, n. 36, p. 175–202, 2017.

VIANA, A. C. A. **Digital transformation in public administration: From e-government to digital government**. Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo, v. 8, n. 1, p. 115–136, 2021.

ZARIAS, A.; EVAGELISTA, R. **O mundo do trabalho em mutação: profissões deixam de existir; novas funções são criadas**. Ciência e Cultura, v. 56, n. 1, p. 6–7, 2004.

A LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA VOLTADA À PROTEÇÃO DA MULHER: ASPECTOS GERAIS DA LEI 11.340/06

Prof. Esp. Carla Holtz

A Lei Maria da Penha foi promulgada em 7 de agosto de 2006. Esse nome foi dado à Lei 11.340/06 como homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que foi vítima de violência e tentativa de homicídio pelo então marido, um professor universitário. Os fatos aconteceram na década de 1980 e Maria da Penha ficou paraplégica em razão de um tiro dado pelo agressor. O caso se arrastou na justiça e o criminoso foi preso apenas no ano 2002, tendo cumprido somente dois anos de prisão. A repercussão foi tão grande que o Brasil foi condenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) a pagar indenização em favor de Maria da Penha e o Estado brasileiro foi responsabilizado por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Graças à pressão por parte da OEA, teve início em 2002 o projeto que seria enviado ao Congresso Nacional no ano de 2004 e resultaria, enfim, na Lei 11.340/06.

Tendo como base a Constituição Federal e importantes documentos internacionais, além de outras providências, a Lei Maria da Penha:

> Art. 1º [...] cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

Cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher são mencionadas expressamente na Lei: a **violência física** – quando há ofensa à integridade ou saúde corporal da mulher (art. 7º, I); a **violência psicológica** – quando há dano emocional, diminuição da autoestima, prejuízo ao pleno desenvolvimento ou à saúde psicológica e à autodeterminação (art. 7º, II); a **violência sexual** – quando a mulher é constrangida a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, quando é induzida a comercializar ou utilizar sua sexualidade ou quando há limitação do exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (art. 7º, III); a **violência patrimonial** – quando há a retenção, subtração ou destruição de objetos, documentos, bens, valores e direitos da mulher, entre outros (art. 7º, IV); e, ainda, a **violência moral** – quando ocorre qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (art. 7º, V). Entretanto, o rol é meramente ilustrativo, uma vez que o dispositivo faz menção à expressão “entre outras” no *caput* do art. 7º.

Para se caracterizar a violência doméstica e familiar contra a mulher, tipificada no art. 5º da Lei Maria da Penha, alguns requisitos são necessários: a violência tem que ser baseada em uma questão de gênero, praticada contra a mulher em um contexto familiar, doméstico ou em razão de relação íntima de afeto e resultar em morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Embora a mulher em situação de violência doméstica e familiar seja o destinatário principal da Lei 11.340/06, a norma também prevê alguns dispositivos de caráter assistencial e/ou protetivo direcionados aos familiares, às testemunhas e ao próprio agressor. Importante ressaltar que a Lei menciona expressamente que sua aplicação independe de orientação sexual, garantindo, assim, proteção a mulheres hétero, homossexuais e transexuais. Outro avanço da Lei é considerar a violência doméstica e familiar como uma violação dos direitos humanos das mulheres. Para Alice Bianchini, “os direitos das mulheres são indissociáveis dos direitos humanos: não há que se falar em garantia universal de direitos sem que as mulheres, enquanto humanas e cidadãs, tenham seus direitos específicos respeitados.” (BIANCHINI, 2014, p.129).

Para proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar, a Lei Maria da Penha prevê políticas públicas de prevenção, políticas assistenciais e aplicação de medidas protetivas de urgência. No art. 8º da Lei, são elencadas ações a serem desenvolvidas articuladamente pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, além de entidades não governamentais, para inibição da violência doméstica e familiar contra a mulher. Entre elas, estão previstos a integração operacional dos órgãos públicos, a promoção de estudos e pesquisas, o atendimento policial especializado, a realização de campanhas educativas, de convênios e parcerias, a promoção de programas educacionais e de capacitação permanente de agentes das áreas de segurança pública, saúde, assistência social, educação, entre outras, além da inclusão do tema nos currículos escolares e a previsão de atuação dos meios de comunicação para evitar a corroboração de estereótipos e da violência contra a mulher.

O art. 9º da Lei trata da assistência a ser prestada à mulher em situação de violência doméstica e familiar, que deverá ser articulada e realizada segundo os princípios e diretrizes do Serviço de Assistência Social, do Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de Segurança Pública e de outras normas e políticas públicas de proteção. Conjugando áreas médicas, jurídicas e sociais, esse artigo evidencia o caráter interdisciplinar do combate e prevenção à violência doméstica e familiar. Assim, estão previstas na Lei políticas públicas de proteção, em especial de assistência social, de saúde e de segurança, com inclusão da mulher em situação de violência no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal; normas de proteção no trabalho, com garantia de acesso prioritário à

remoção para servidoras públicas e garantia de manutenção do vínculo trabalhista a funcionárias em caso de afastamento por até seis meses; e, ainda, políticas públicas especiais de proteção à saúde, relacionadas à violência sexual, com assistência médica especializada.

As medidas protetivas de urgência estão relacionadas no Capítulo II, arts. 18 a 24, da Lei Maria da Penha. Tais medidas serão concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida. A mulher vítima de violência pode solicitar medida protetiva diretamente à Autoridade Policial, durante o registro da ocorrência. O expediente será encaminhado ao juiz para que, em 48 horas, decida sobre o pedido. As medidas também podem ser solicitadas pela ofendida diretamente ao juiz, durante o trâmite do processo judicial.

Ao longo dos artigos acima mencionados estão previstas a atuação da Autoridade Policial, do Judiciário e do Ministério Público na condução dos casos que envolvem aplicação de medidas protetivas de urgência. Também são elencadas as medidas passíveis de aplicação, sejam as que obrigam o agressor ou as que protegem a vítima.

Entre as medidas protetivas que obrigam o agressor, estão previstas a suspensão ou restrição do porte de armas; o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; a proibição de condutas como a aproximação e o contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas; a suspensão ou restrição de visitas aos dependentes menores e a prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

Entre as medidas protetivas de urgência à ofendida, estão o encaminhamento da ofendida e seus dependentes a programas governamentais e comunitários; a recondução dos mesmos ao domicílio após o afastamento do agressor; a separação de corpos e o afastamento da ofendida do domicílio, sem prejuízo de direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos. Estão previstas, ainda, medidas protetivas de ordem patrimonial, como restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor, suspensão de procurações conferidas pela ofendida ao agressor, entre outras.

Importante salientar que no Capítulo II também está prevista a prisão preventiva do agressor em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, podendo ser decretada pelo juiz de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da Autoridade Policial. O art. 41 da Lei Maria da Penha ainda previu expressamente a impossibilidade de aplicação da Lei 9.099/95, a Lei dos Juizados Especiais, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Com isso, esses crimes deixam de ser considerados de menor potencial ofensivo e ficam inviabilizadas a transação penal e a suspensão condicional do processo. Outro ponto que chama atenção em relação às penas aplicadas nos casos

previstos na Lei 11.340/06 é que o art. 17 da norma veda a possibilidade de pagamento de cestas básicas e outras prestações pecuniárias, ou a substituição da pena por pagamento isolado de multa.

O art. 16 da Lei Maria da Penha trata da renúncia ou retratação da representação. Prevê o dispositivo que, nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, a mulher vítima de violência doméstica e familiar só poderá desistir da representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Ainda assim, é grande o número de mulheres que abrem mão de medidas protetivas concedidas e até mesmo voltam ao convívio com o agressor. As razões que levam as mulheres a tais atitudes são, muitas vezes, incompreendidas. Mas o ciclo da violência é complexo e fatores como o vínculo entre o agressor e a vítima, a dependência financeira da mulher, o medo do agressor e a preocupação com a criação dos filhos sempre interferem nas decisões das mulheres vítimas. Tais fatores também têm grande peso na questão da subnotificação da violência, pois é sabido que grande parte dos casos não chega sequer a ser comunicado às autoridades competentes.

Em 2009, a Lei Maria da Penha foi considerada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas como uma das três mais avançadas no mundo, dentre 90 legislações sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. Muitas são as iniciativas previstas na lei capazes de combater e reduzir esse tipo de violência. Entretanto, ainda faltam esforços para que essas iniciativas sejam aplicadas em todo o país. A lei prevê, por exemplo, a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar, com competência cível e criminal para atuação nas causas decorrentes da prática de tal violência. Prevê, ainda, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios criem e promovam, no limite de suas competências, centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar, casas-abrigos, delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados, programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar, além de centros de educação e reabilitação para os agressores. Contudo, sabemos que, nos 5.570 municípios do país, existem apenas 502 delegacias da mulher, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar estão presentes em cerca de 80 municípios, fazendo com que os casos se acumulem nas varas criminais comuns, e, por fim, só existem 19 iniciativas de reabilitação de agressores no país, contrariando as estatísticas que mostram que menos de 2% dos homens que participam de grupos de reflexão voltam a agredir suas companheiras.

Há que se destacar, ainda, que a Lei 11.340/06:

> [...] é uma lei de ação afirmativa, significando, com isso, que seu caráter é transitório. Ela vigorará, portanto, enquanto for necessária para atingir os objetivos para os quais ela foi criada: coibir e prevenir a violência de gênero, no contexto doméstico, familiar ou de uma relação íntima de afeto. (IBIDEM, p. 24)

Tal caráter de excepcionalidade da Lei está relacionado a uma previsão contida no art. 4º da Convenção Belém do Pará, que determina que as "medidas especiais [...] destinadas a acelerar a igualdade de fato entre homem e mulher [...] cessarão quando os objetivos de igualdade de oportunidade e tratamento forem alcançados". (*apud* BIANCHINI, 2014, p. 137).

ASPECTOS RELEVANTES DA LEI 13.104/15

A Lei 13.104/15, que tipifica o feminicídio, entrou em vigor em 10 de março de 2015. Com isso, o Brasil se tornou o 16º país da América Latina a prever tal figura em sua legislação penal. A referida Lei alterou o art. 121 do Código Penal de 1940 para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, descrevendo seus requisitos típicos. Além disso, foram elencadas condições em que a pena para tal crime é aumentada de um terço até a metade e o feminicídio foi incluído no rol dos crimes hediondos, previstos na Lei 8.072/90.

Segundo a Lei, o feminicídio se caracteriza quando o homicídio é cometido "contra a mulher por razões da condição de sexo feminino." Em seguida, a norma esclarece que "considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher."

O feminicídio, em última análise, é o assassinato de uma mulher em razão da condição de ser mulher, ou seja, um crime cometido por motivos de gênero. Trata-se de um crime de ódio, cujo conceito surgiu na década de 1970, para dar visibilidade à morte violenta de mulheres, decorrente da discriminação, da opressão, da desigualdade e da violência sistemática. As motivações mais comuns para tal crime são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, pensamentos muito presentes em sociedades marcadas pelo sistema patriarcal e pela associação de papéis discriminatórios às mulheres, como é o caso do Brasil. Para Maria Amélia Teles e Mônica de Melo, a violência de gênero representa "uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos." (*apud* BIANCHINI & GOMES, 2015).

A violência de gênero envolve certa determinação dos papéis sociais masculinos e femininos. Não há qualquer problema no fato de homens e mulheres desempenharem papéis diferentes dentro de uma sociedade. A questão se torna prejudicial à medida que eles são valorizados de maneiras diferentes. E o que podemos verificar, com frequência, é que existe uma supervalorização dos papéis masculinos em detrimento dos femininos. Essa determinação social favorece uma cultura de controle da mulher. E, no caso da violência de gênero, esse controle incide de forma quase absoluta, uma vez que a relação desigual de poder é muitas vezes marcada pelo afeto, a intimidade e a convivência com o agressor. Entretanto, merece destaque a reflexão de Alice Bianchini sobre essa questão:

> É necessário compreender as maneiras como a assimetria sexual se estabelece e se reproduz em sociedades históricas concretas. A diferença de tratamento entre os sexos, com a valorização de papéis atribuídos aos homens, é uma construção social: modificável, portanto, por meio do implemento de novas formas de pensar e agir, com valores outros sendo disseminados, prestigiados e estabelecidos por um proselitismo competente. (BIANCHINI, 2014, p. 92)

Com base nos conceitos apresentados, é possível perceber que nem todo crime cometido contra uma mulher ocorre em razão de gênero. Da mesma forma, nem todo homicídio de mulheres é um feminicídio. Assim, um marido que mata a esposa por questões relacionadas à dependência química, não comete feminicídio. Já aquele que mata a mulher pelo fato de ela pedir a separação, está cometendo um crime baseado no gênero, na ideia de que é superior àquela mulher e não pode se render à sua vontade, caracterizando, assim, um feminicídio.

A Lei 13.104/15 estabelece algumas condições em que a pena para o feminicídio, que varia de 12 a 30 anos de reclusão, seja aumentada de um terço até a metade. São elas: quando o crime é praticado durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; quando é cometido contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência e quando ocorre na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Outro ponto importante é que, com a tipificação do feminicídio como homicídio qualificado, tal crime passa automaticamente a integrar o rol de crimes hediondos, previstos na Lei 8.072/90, assim como o estupro, o latrocínio e o estupro de vulnerável. Todos os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e indulto, além de serem inafiançáveis.

A tipificação do feminicídio, ainda hoje, é uma questão polêmica. Segundo Luciana Gebrim e Paulo César Borges:

> O principal argumento daqueles que defendem a tipificação do feminicídio é tornar visível a existência de homicídio de mulheres por razões de gênero. Argumenta-se que as mulheres são assassinadas em circunstâncias em que os homens não costumam ser e que é necessário expor tais circunstâncias, a fim de que o público as conheça e se sensibilize com a situação dessas mulheres [...]. (GEBRIM & BORGES, 2014, p. 68)

Além disso, essa exposição contribuiria para obrigar o Estado a tomar providências para evitar a morte de mulheres, através de políticas públicas de prevenção, e também a atuar de maneira eficaz na persecução penal do agressor, nos casos em que o crime não é evitado. Já aqueles que são contrários à tipificação do feminicídio argumentam, principalmente, que o problema da violência contra a mulher, bem como a impunidade e as dificuldades no acesso à justiça, não se soluciona com a criação de novos tipos penais ou com o aumento das penas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), realizada em 1979, assim como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), ocorrida em 1994, preocuparam-se em incluir os meios de comunicação em seus documentos. Os Estados-Partes da Convenção de Belém do Pará acordaram, por exemplo, adotar medidas e criar programas para “estimular os meios de comunicação a criar diretrizes adequadas de difusão que contribuam para a erradicação da violência contra a mulher em todas as suas formas e realçar o respeito à dignidade da mulher.” (ANDREUCCI, 2013, p. 1435)

Da mesma forma, foi acrescentado ao Capítulo I da Lei Maria da Penha, que trata das medidas integradas de proteção, o inciso III, que prega:

> O respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal.

Tal preocupação mostra-se relevante, uma vez que é notório o poder da mídia de influenciar crenças e comportamentos, já demonstrado em inúmeros estudos. Sendo assim, em casos de grande repercussão na imprensa, até mesmo o processo penal pode vir a sofrer influência.

Segundo o relatório mais recente do Projeto Global de Monitoramento da Mídia, de 2010:

> Quase metade (48%) de todas as matérias reforça estereótipos de gênero, enquanto 8% das matérias questionam estereótipos de gênero. As mulheres são identificadas nos noticiários por seus relacionamentos familiares (esposa, mãe, filha), cinco vezes mais que os homens.
> Matérias apresentadas por mulheres têm consideravelmente mais foco em temas femininos do que as matérias apresentadas por homens, e questionam os estereótipos de gênero quase duas vezes mais do que matérias de repórteres homens. (*apud* BIANCHINI, 2014, p. 89)

Nos casos de violência contra a mulher, a imprensa muitas vezes aborda o assunto de maneira sensacionalista, expondo imagens indevidas, reforçando estereótipos, procurando "justificativas" para o crime e contribuindo para a culpabilização da vítima. Não raras são as vezes em que os crimes cometidos por parceiros e ex-parceiros são apresentados pela mídia como "crimes de amor", praticados durante "ataques de ciúme", "ataques de loucura" ou em momentos de "surto" do agressor. Essa visão contribui para a naturalização da desigualdade entre os gêneros, principal causa da violência contra a mulher.

A legitimação do comportamento do agressor faz com que este sinta que tem, de fato, o poder de possuir, controlar e disciplinar a mulher com a qual se relaciona.

Um dos casos mais emblemáticos dessa cobertura sensacionalista da imprensa ocorreu no Brasil em 2008, durante o sequestro que teve como desfecho a morte da adolescente Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos. Eloá foi mantida em cárcere privado pelo ex-namorado, Lindemberg Alves, de 22 anos, durante cinco dias. As 100 horas em que a adolescente ficou presa foram acompanhadas de perto pela mídia e transmitidas, ao vivo, por diversos canais de TV aberta. O caso terminou com a invasão da polícia ao apartamento onde Eloá e uma amiga eram mantidas reféns, sob constante ameaça de violência e sob a mira de uma arma. Durante a ação, Lindemberg atirou em Eloá e Nayara, ferindo a ex-namorada na cabeça e no púbis e a outra adolescente no rosto. Eloá não resistiu aos ferimentos e morreu no dia seguinte.

Em 2015, esse caso deu origem ao documentário "Quem matou Eloá?", de Lívia Perez. O curta-documentário mostra como se deu a cobertura dos fatos e discute a naturalização da violência contra a mulher na mídia televisiva. Fica evidenciado ao

longo do filme como a imprensa atuou de forma abusiva durante o caso, buscando sempre o “furo jornalístico” e não demonstrando qualquer preocupação ou cuidado com as vítimas do crime que estava ocorrendo. Além disso, o machismo ficou marcado pela valorização do homem que estava cometendo o crime, sempre tratado como “um menino trabalhador”, “um jovem apaixonado”. A romantização da violência, vista como um “crime de amor” também foi marcante na cobertura do caso.

Diversos programas de TV entrevistaram o sequestrador ao vivo, com destaque para o programa “A tarde é sua”, da RedeTV, que na época era apresentado pela jornalista Sônia Abrão. Durante a entrevista com Lindemberg, na qual muitas vezes se referiu a ele como “querido” ou “filho”, a apresentadora afirmou categoricamente: “a gente quer saber se está tudo bem com você, a nossa preocupação é com você”. Em seguida, a jornalista também falou com Eloá e perguntou à adolescente se “estava tudo bem”.

Após a entrevista, um advogado que participava do programa como convidado afirmou que estava otimista e que esperava que o caso terminasse com o casamento entre Lindemberg e a “namorada apaixonada” dele.

Segundo a diretora do documentário “Quem matou Eloá?”, o que a motivou a realizar o projeto foi o fato de que, em nenhum momento da cobertura do caso, foi usada a expressão “violência contra a mulher”. Para Cynthia Vianna:

> A atuação dos meios de comunicação neste caso foi uma subversão de todos os valores que devem reger a comunicação social, especialmente a dignidade da pessoa humana e a não-discriminação. Programas de televisão não respeitaram sequer a situação delicada das vítimas e interferiram, ao vivo, conversando com alguém que estava cometendo um crime. [...]
> Com essa postura, os meios de comunicação interferiram nas negociações, estimularam uma inversão de valores que estimula o público a se identificar e defender alguém que está cometendo um crime, e agiram de forma escandalosa, violando o Código de Ética dos Jornalistas. (VIANNA, 2010)

Embora tenham ocorrido evoluções desde então, a cobertura de casos de violência contra a mulher e de feminicídio pela mídia ainda apresenta muitos problemas. Em um caso recente de estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro, em 2016, a imprensa insistia em noticiar o fato como um “suposto crime”, mesmo depois que os acusados já haviam postado imagens da violência na internet. Além disso, o testemunho da vítima, assim como sua conduta, várias vezes fora colocado sob suspeita, mais uma vez buscando justificativas para a ocorrência do crime e contribuindo para a ideia equivocada de que a culpa é da vítima.

Em casos de violência contra a mulher e, principalmente, nos casos de feminicídio, a mídia deveria informar mais sobre a real magnitude da violência de gênero, tanto no Brasil como no mundo; divulgar e avaliar os serviços disponíveis para apoio às vítimas e canais de denúncia; contextualizar o problema, buscando apontar causas e soluções; além de evitar o uso de títulos e imagens indevidas, que culpabilizam a vítima e trazem informações desnecessárias e revitimizantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de mais de vinte anos de esforços da comunidade internacional e de cerca de uma década da promulgação da primeira lei de combate à violência contra a mulher no Brasil, os resultados ainda não são claros. Por um lado, os esforços, a dedicação e o compromisso do governo e da sociedade têm despertado atenção para o problema, gerando reações positivas no enfrentamento da violência de gênero. No entanto, a questão ainda não recebe o tratamento adequado, os recursos são insuficientes e as leis nem sempre são cumpridas.

Assim, permanecem algumas questões: a edição de leis especiais é suficiente para coibir a violência contra a mulher? Após a edição de tais leis, como podemos continuar progredindo no enfrentamento desse crime? Como podemos tornar a questão uma das prioridades de política pública? E como podemos garantir que as ações de iniciativa pública e privada levem a uma redução real dessa violência?

Primeiramente, é necessário abordar o problema de maneira global, em todos os seus aspectos. É preciso dar mais visibilidade à questão da violência de gênero, de maneira a colocá-la entre o rol de problemas que afetam toda a sociedade, demonstrando que a violência contra as mulheres é intolerável. Alguns esforços têm sido feitos nesse sentido, como as já mencionadas convenções internacionais e as leis especiais sobre o tema. Contudo, apesar da importância dessas ações, algumas medidas ainda precisam ser adotadas.

Estudiosos defendem que as políticas de repressão à violência contra a mulher devem ser incorporadas às políticas de desenvolvimento, de direitos humanos e culturais do país. De fato, o combate à violência de gênero deve fazer parte da política de desenvolvimento do país, uma vez que, como já mencionado, a violência doméstica e familiar contra a mulher tem consequências sociais, econômicas e políticas para a sociedade como um todo. Da mesma forma, sendo o problema reconhecido como uma ofensa aos direitos humanos das mulheres, deve-se investir em políticas que possibilitem às mulheres o pleno exercício de seus direitos como seres humanos e como cidadãs. Não menos importante, a inserção do tema entre as políticas culturais do país contribuiria para promover o questionamento de estruturas

familiares hierárquicas e autoritárias e de instituições discriminatórias, resquícios do sistema patriarcal.

Fica claro que a edição de leis penais, por si só, não é suficiente para resolver o problema da violência de gênero, sobretudo quando as políticas previstas nas leis não são implementadas. Tal situação se verifica em muitos aspectos da Lei Maria da Penha. A norma prevê, dentre outras iniciativas, a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar, centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar, casas-abrigos, delegacias, núcleos de defensoria pública, além de centros de educação e reabilitação para os agressores. Entretanto, vimos que são poucos os juizados especializados existentes, os centros de atendimento multidisciplinar são raros, assim como as iniciativas de reabilitação de agressores no país. Além disso, falta capacitação para os agentes envolvidos no atendimento e na condução dos casos de violência contra a mulher. Considerando que se trata de uma situação traumática e, muitas vezes, vexatória, a mulher vítima de violência precisa ser acolhida por profissionais capacitados e receptivos, a fim de que se sinta apoiada e segura em suas decisões.

A não criação de mecanismos institucionais necessários, a falta de capacitação das forças policiais e dos operadores da justiça, a atuação equivocada da imprensa nos casos de violência contra a mulher, combinadas com a baixa dotação orçamentária para enfrentamento do problema e com as barreiras de acesso à justiça, fazem com que a mulher sofra reiterada vitimização e, muitas vezes, desconheça seus direitos e os dispositivos legais existentes para sua proteção. Outras questões já relatadas, como a dependência financeira e emocional em relação ao agressor, também impedem o rompimento do ciclo da violência.

Portanto, enfrentar a violência contra a mulher não depende apenas de esforços legais. Além das leis, são necessárias políticas de longo prazo que considerem a compreensão da origem do problema, dos atores envolvidos e das necessidades das mulheres. As soluções devem partir de perspectivas mais abrangentes, voltadas, sobretudo, à diminuição das desigualdades e da exclusão e à formação de uma consciência e autocrítica que favoreçam o empoderamento das mulheres nas estruturas e nas relações sociais.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Legislação Penal Especial**. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

BALANÇO 2015: Uma década de conquistas! Ligue 180. [s.l.], 2016. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/03/SPM_Ligue180_Balanco2015.pdf>. Acesso em: 1º maio 2020.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha**: Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIANCHINNI, Alice; GOMES, Luiz Flávio. Feminicídio: Entenda as questões controvertidas da Lei 13.104/2015. **JusBrasil**, [s.l.], 2015. Disponível em: < https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/173139525/feminicidio-entenda-as-questoes-controvertidas-da-lei-13104-2015>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL, **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso: 22 de jan de 2020.

BRASIL, **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso: 21 de jan de 2020.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: legislação penal especial, volume 4**. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência domestica e familiar contra a mulher.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 111.

DOSSIÊ Violência contra as mulheres. **Agência Patrícia Galvão**, [s.l.], 2015. Disponível em: < http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/>. Acesso em: 05 maio 2020.

DOSSIÊ Feminicídio: Qual é o papel da imprensa? **Agência Patrícia Galvão**, [s.l.], 2016. Disponível em: < http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/feminicidio/capitulos/qual-o-papel-da-imprensa/>. Acesso em: 05 maio 2020.

FAZENDO GÊNERO, 9., 2010. Santa Catarina. **Anais...** O Caso Eloá: Análise da abordagem de feminicídio na mídia, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278299010_ARQUIVO_semiramis-eloafeminicidio.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FANTÁSTICO mostra como funciona a reabilitação de homens agressores. **Fantástico**, [s.l.], 06 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/11/fantastico-mostra-como-funciona-reabilitacao-de-homens-agressores.html>. Acesso em: 05 maio 2020.

GEBRIM, Luciana Maibashi; BORGES, Paulo César Corrêa. Violência de gênero: Tipificar ou não o femicídio/feminicídio? **Revista de informação legislativa**, v. 51, n. 202, p. 59-75,

abr./jun. 2014. Disponível em: < http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/503037>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal esquematizado:** parte especial. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEI Maria da Penha faz 10 anos, mas violência doméstica ainda é ameaça. **Bom Dia Brasil**, [s.l.], 05 ago. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/08/lei-maria-da-penha-faz-10-anos-mas-violencia-domestica-ainda-e-ameaca.html>. Acesso em: 02 maio 2020.

LIGUE 180 dá salto no apoio às mulheres e bate recorde de atendimentos. **Portal Brasil**, [s.l.], 08 mar. 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/ligue-180-da-salto-no-atendimento-a-mulheres-em-situacao-de-violencia>. Acesso em: 02 maio 2020.

LIGUE 180 registra mais de 555 mil atendimentos este ano. **Portal Brasil**, [s.l.], 09 ago. 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/08/ligue-180-registra-mais-de-555-mil-atendimentos-este-ano>. Acesso em: 03 maio 2020.

MATUOKA, Ingrid. Quem matou Eloá?: a mídia e a violência contra a mulher.**CartaCapital**, [s.l.], 28 out. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quem-matou-eloa-a-midia-e-a-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 03 maio 2020.

MORRISON, Andrew R.; BIEHL, Maria Loreto. **A família ameaçada:** violência doméstica nas Américas. Tradução: Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 1.042 e sgts.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. (Org.). **Feminicídio:** #InvisibilidadeMata. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

QUEM matou Eloá? Direção de Lívia Perez, Produção de Giovanni Francischelli e Patrícia Gomide Recoder. São Paulo: 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4IqIaDR_GoQ>. Acesso em: 05 maio 2020.

SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentário a Lei de Combate à Violência Contra a Mulher**.2ed. Curitiba: Juruá, 2010, p.56.

VÍTIMA de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua. **G1**, Rio de Janeiro, 26 maio 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html>. Acesso em: 04 maio 2020.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: 2015. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 02 abr. 2020.

UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DA PIRATARIA E FALSIFICAÇÃO DE PRODUTOS EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE VESTUÁRIO

Prof. Me. Ricardo Akihiro Toda

Ana Carolina de Araújo Monteiro

RESUMO

Esse trabalho teve como principal objetivo observar como a pirataria cresce e se desenvolve atualmente no Brasil. A exploração da pirataria desencadeia diversas consequências graves e sérias que afetam diversas esferas do mundo global. Nota-se que parte da culpa da rapidez com que se deve ao aumento da pirataria, diz respeito ao conceito de status social que é rigorosamente imposto na sociedade. A investigação foi direcionada a uma empresa de vestuário e moda do Rio de Janeiro, de forma qualitativa, através de um roteiro semiestruturado explorando como o problema afeta a organização. O resultado da pesquisa mostrou que a empresa possui iniciativas de combate à pirataria, e com isso, pode-se afirmar que, ao se criar diferenciais competitivos atribuindo qualidade e atributos sociais aos produtos e serviços ofertados, torna-se possível diminuir a pirataria significativamente.

PALAVRAS-CHAVE: Pirataria; Consumo; Decisão de compra; Perfil do consumidor.

RESUMEN

Este trabajo tuvo como objetivo observar cómo la piratería crece y se desarrolla hoy en Brasil. La explotación de la piratería desencadena varias consecuencias graves y graves que afectan a diversas esferas del mundo global. Cabe señalar que parte de la culpa de la velocidad con la que aumenta la piratería es el concepto de estatus social que se aplica estrictamente en la sociedad. La investigación se dirigió a una empresa de ropa y moda en Río de Janeiro, cualitativamente, a través de un guión semiestructurado que explora cómo el problema afecta a la organización. El resultado de la investigación mostró que la compañía tiene iniciativas para combatir la piratería, y se puede decir que al crear diferenciales competitivos al atribuir atributos sociales y de calidad a los productos y servicios ofrecidos, es posible reducir significativamente la piratería.

PALABRAS LLAVE: Piratería; Consumo; Decisión de compra; Perfil del consumidor.

INTRODUÇÃO

A pirataria de produtos e serviços está em alta nos dias atuais, vem se alastrando no decorrer dos anos e com isso vem se tornando o crime do século. Vale ressaltar que o tal termo é bem antigo e vem sendo praticado desde os tempos passados, inclusive com o seu início em meados do século XVI e XVII, períodos representados por piratas e grandes navios, que tinham a função de saquear mercadorias, especiarias ou riquezas dos mercadores, navios do Estado, da população e até mesmo de cidades adjacentes de onde a tripulação desembarcava.

Com o passar dos tempos, a pirataria teve um grande e importante papel na era da revolução industrial, quando as primeiras máquinas têxteis foram criadas na Inglaterra e em seguida reproduzidas e confeccionadas pelos Estados Unidos sem qualquer autorização. Com isso o consumo passou a se tornar um fator de extrema importância, como nos mostra Barbosa (2006), ao afirmar que o consumo é um mecanismo produtor de identidades, de aceitação e de status para a devida integração em grupos sociais. São formas de expressão e estilos de vida de pessoas e grupos.

Para Miller (2002), a atividade mais importante na experiência de comprar é principalmente, além de levar para casa o que compra e a economia, o ato de envolver a população e as organizações que se comprometem a desenvolver produtos e serviços regularizados no mercado consumidor.

Diante de tantos produtos e serviços falsificados, a população recebe mercadorias que são ofertadas de péssima qualidade, colocando em risco a saúde de quem consome, além de tais indivíduos deixarem de pagar os devidos tributos e impostos aos varejistas e ao Estado.

Diante do exposto, o problema a ser pesquisado relaciona-se à análise da problemática falsificação e pirataria, cuja pergunta é: Como criar na empresa Reserva um perfil único e personalizado para que o seu diferencial competitivo dificilmente seja alcançado ou copiado por seus concorrentes dentro do mercado consumidor?

Com isso, supõe-se que criar formas de autenticar e diferenciar o que é ofertado torna uma inovação mais difícil de ser copiada e pode amenizar os impactos sofridos pela pirataria e falsificação de produtos.

O principal objetivo deste trabalho é sugerir condições para que a empresa Reserva como provedora de bens de consumo de produtos e serviços, elabore formas de tornar suas ofertas de produtos um diferencial dentre as outras ofertantes e desta maneira, alcançar uma maior parcela do marketshare.

Os objetivos específicos do presente estudo são:

- Entender a estratificação social que classifica os indivíduos por seus status social;
- Analisar as formas do Estado e das empresas provedoras de bens em tentar combater a pirataria;
- Propor um plano de sugestões e melhorias para o combater o problema.

Como delimitação, esse artigo terá enfoque em uma empresa específica, não podendo assim, ser abordado os mesmos meios ou melhorias em outras organizações ou segmentos.

Como justificativa, para a elaboração da pesquisa, pode-se enumerar as razões:

- O combate da pirataria envolvendo o mercado consumidor propiciando melhorias para a economia do país e benefícios para o consumidor;
- Para o pesquisador, o estudo é relevante já que permite ter um conhecimento aprofundado do assunto.
- Para a organização, permitindo a possibilidade que resulte em melhores rentabilidades e se diminua os impactos gerados pela pirataria e falsificação de seus produtos.

A metodologia deste trabalho a ser desenvolvida será descritiva e exploratória, através de um estudo de caso sobre uma empresa do ramo de vestuário. Os dados serão coletados: a) conforme pesquisa qualitativa que será aplicada junto ao analista da organização; b) análise bibliográfica; c) análise documental; d) observações. Os dados serão tratados através do relato de uma entrevista semiestruturada.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pirataria Contemporânea em um Mundo Globalizado:

A pirataria é um tema bem antigo, que vem sendo discutido e cada vez mais difundido ao longo dos anos. Atualmente considerada uma prática ilegal intitulada e conhecida como “o crime do século”, vem acarretando grandes problemas e consequências muito graves que vão desde os seus consumidores, passando pelas organizações que produzem os bens de consumo e chegando ao Estado.

Conforme Medeiros (2005, p.21), “Assim, considera-se pirataria a atividade ilícita de copiar, reproduzir e utilizar sem autorização do autor ou do fabricante original, qualquer produto, com o objetivo de lucro”.

Quando se aborda o tema pirataria é possível analisar que a globalização ajudou a concretizar e ampliar esse conceito ao decorrer dos anos, de modo que conforme os países e populações interagiam e se tornavam em uma escala global cada vez mais próximos, o caminho para a reprodução de mercadorias e serviços falsificados se tornou mais fácil e de livre acesso.

A globalização pode ser algo muito benéfico para o mundo, já que é por meio dela que descobrimos novas formas de nos comunicarmos, exigindo assim o entendimento de “um novo paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea” (SANTOS, 1997, p.48).

Convém ressaltar também que conforme a metáfora de Ianni (2002, p.19), “A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, videoclipes, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo".

Esse fenômeno já vem acontecendo a muitos anos e tomando dimensões e proporções inerentes. Não é algo que está para acontecer no futuro, mas uma realidade que já se perpetua na sociedade. Dessa forma, afirma Giddens que “vivemos num mundo de grandes transformações, que afetam tudo o que fazemos. Para melhor e para pior, estamos a ser empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade” (GIDDENS, 2000, p.19).

Ainda de acordo com Giddens (2000), é importante ter em mente que conforme os países vão se conectando e permanecem interligados todos da população sofrem mudanças que afetam o mundo todo. Como se vivêssemos em uma revolução global, onde as sequelas desse ato são independentes e interligadas.

Em seu crescimento contínuo, nota-se que a desigualdade toma novas proporções e com isso a hierarquia entre as classes aumenta.

Falsificações propendem a fortalecer especialmente em países em desenvolvimento, onde o ambiente institucional tende a ser menos consolidado. De acordo com a afirmativa, conseguimos compreender que a pirataria se estabelece predominantemente em países que não possuem um alto grau de crescimento econômico. Pela visão de Kempen (2003), há consumidores que compram produtos de luxo falsificados porque, não podendo pagar o genuíno, contentam-se com o falso.

É possível identificar que a pirataria teve suas nuances desenvolvidas por conta do poder de consumo que sempre existiu e que sempre foi valorizado dentro da sociedade por conta do capitalismo exacerbado e consequentemente de um mundo globalizado. Desse modo, o sistema fabril mecânico passou a regular o trabalho do homem em torno do funcionamento da máquina, exigindo ritmo e jornada de trabalho maior (MOTTA; VASCONCELOS, 2013).

Assim, a fabricação dos produtos e oferta dos serviços se tornavam mais rápidos, pois já foi constatado que a concorrência não depende apenas, das capacidades de empresas individuais, mas também da capacidade de uma cadeia de suprimentos integrada entre os membros que nela compõem.

Observa-se que o crescimento da globalização em sua escala mundial de produção, nota- se que o mesmo não acontece com o consumo, uma vez que esse crescimento só se dá em países desenvolvidos ou países subdesenvolvidos que implementam dentro de suas estruturas empresas multinacionais. Com isso a população mais carente de recursos econômicos não tem condições de possuir as mesmas aquisições de consumo de uma população bem estabelecida economicamente (FURTADO, 2000).

Existem diversos outros problemas que coexistem por conta da globalização. Em razão dos efeitos da globalização, tais como o aumento da concorrência, mudança de hábitos de consumo, inovações tecnológicas mais rápidas e alterações de valores, de crenças e de comportamentos sociais, a administração das organizações tornou-se ainda mais complexa, sendo indispensável que elas sejam competitivas para sobreviverem (YEN-TSANG; CSILLAG; SIEGLER, 2012).

A globalização é um movimento que causa muita controvérsia, por levar em sua essência elementos que geram muita discussão, como o capitalismo conforme mencionado anteriormente, além do livre mercado e maiores liberdades individuais. Juntamente com esses elementos a globalização causa muitas mudanças, às vezes de forma rápida e impactante, fazendo com que grupos sociais e intelectuais

questionem ou assumam uma posição contrária ao fenômeno. Cada vez mais é preciso uma economia social e solidária, que corresponda a outros critérios necessários à vida em sociedade e não somente aos resultados econômicos. (ROALEM e CARLOS, 2010).

Com isso o aumento da pirataria se dá através de diversos fatores e aspectos, como exemplo do aumento da tecnologia que gera falta de empregos e como consequência a diminuição do poder aquisitivo de compra dos consumidores ou indivíduos, aumentando também a desigualdade e monopólio do poder aquisitivo entre uma classe comparada a outra.

DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DO MERCADO CONSUMIDOR

Uma análise detalhada sobre o mercado e seu desenvolvimento torna-se necessária na medida em que o capitalismo cresce e toma proporções exacerbadas relacionadas ao consumo de produtos e serviços.

No mercado, há a existência de diversas empresas que colaboram para a economia mundial permanecer aquecida, mas tudo isso começou em tempos muito antigos, na época da revolução industrial. Dessa forma, Masiero (2009) disse que com a revolução industrial, artesões e homens comuns foram agrupados em fábricas para produzir bens e serviços que, uma vez vendidos, produziram lucros para empresários, os capitalistas. Da união entre trabalho e capital surge a empresa.

Numa antiga época, de acordo com Kotler (2000) e os tempos de hoje a ideia de mercado nada mais é, do que um conjunto de diversos compradores com inúmeras diferenças e necessidades que expressam vontade e desejo de uma oferta demandada do mercado. Visto que, é nesse raciocínio que a economia vai se desenvolvendo.

Com os avanços tecnológicos e com o surgimento significativo de novas empresas, a concorrência tem ficado cada vez mais aflorada e exacerbada. A competitividade é o que confere às empresas a capacidade de competir com sucesso nos ambientes concorrenciais em que atuam (LACERDA, 2012).

É importante ficar claro que para ter destaque em um mundo onde existem tantas concorrentes, a vantagem competitiva é primordial. Com isso entendemos que, as vantagens competitivas sustentáveis de uma organização são aquelas que os concorrentes não podem comprar, se apropriar ou copiar (HOLLENBECK, 2009).

Em uma época onde tudo o que vivemos se volta como ponto de partida para o capitalismo, é necessário entender como funciona esse sistema e como se dá suas diretrizes, onde a venda de produtos e serviços se tornou o pivô da existência humana.

Com isso entendemos que para existir mercado consumidor, deve haver por trás dessa teoria, pelo menos três pilares: a) algum indivíduo ou consumidor com necessidades ou desejos que sejam satisfeitos com a compra de um determinado produto ou consumo de um determinado serviço; b) o indivíduo deve obter o poder aquisitivo para possuir ou comprar esse determinado produto ou serviço; c) condições para efetuar a compra.

Compreende-se que "nos encontramos com uma mescla realista de manipulação e liberdade de compras, de impulso e reflexão, de comportamento condicionado e uso social dos objetos e símbolos da sociedade de consumo. E ao fazer do consumidor não um ser isolado e desconectado do resto de seus contextos sociais, e sim portador de percepções, representações e valores que se integram e completam com o resto de seus âmbitos e esferas de atividade, passamos a perceber o processo de consumo como um conjunto de comportamentos que recolhem e ampliam, no âmbito privado dos estilos de vida, as mudanças culturais da sociedade em seu conjunto" (ALONSO, 2006, p.99).

Ao ressaltar a importância do capitalismo no mundo de hoje, é preciso ter a noção de que dentro do mercado consumidor e de acordo com as necessidades e vontades de cada indivíduo existente uma variação significativa de requisitos que podem vir a ser de enfoque cultural ou não, que afetam a oferta e a demanda de um produto ou serviço, dessa forma surgiu- se então a ânsia de segmentar o mercado, para que o "público alvo" fosse facilmente atingido.

Para Churchill e Peter (2000), segmentação de mercado é dividi-lo em grupos de compradores potenciais que tenham semelhantes necessidades e desejos, percepções de valores ou comportamentos de compra. Diante disso se faz a compreensão de que com esse conceito bem aplicado e enraizado nas organizações, facilmente se terá um diferencial competitivo de destaque referente aos seus concorrentes.

Deste modo, "na economia moderna são consideradas também cinco mercados básicos: fabricantes (mercados produtores) se dirigem a mercados de recursos (mercados de matérias primas, de mão de obra, de recursos financeiros), compram recursos e os transformam em mercadorias e serviços. Então eles vendem os produtos acabados a mercados intermediários, que os vendem aos mercados consumidores finais. Os consumidores vendem sua capacidade de trabalho e recebem dinheiro, com o qual pagam por bens e serviços. O governo (mercados

governamentais) arrecada impostos para adquirir bens dos mercados de recursos, produtores e intermediários e utiliza esses bens e serviços para oferecer serviços públicos" (KOTLER, 2000, p.31).

É importante ressaltar que o mercado que hoje existe não é o mesmo de alguns anos atrás, com isso entendemos que o mundo atual está em constante e permanente mudança, de acordo com Zaoual (2006, p.203) que, consolida o nosso entendimento sobre o assunto ao dizer que "[...] observada de dentro e de baixo, a vida econômica se desdobra em universos fortemente híbridos, complexos e mutáveis".

Conforme essas mudanças ocorrem é possível analisar o mercado e compreender os pensamentos de Vieira e Carvalho (2003, p.12), ao explicarem que "as organizações sobrevivem ao compartilharem valores em um determinado espaço social". Com isso, é possível assimilar que as organizações sofrem influências tanto internas quantos externas de tudo o que as cercam a todo e qualquer momento. Diante do impacto sofrido pelas mudanças recorrentes, se torna importante buscar diversas alternativas para estar sempre à frente da concorrência que o mercado demanda.

Com isso, é preciso dar um enfoque maior as estratégias de crescimento que tem por objetivo aumentar a empresa em valor, participação no mercado ou vendas. Além de ser uma estratégia motivada principalmente pelo sentimento de preservação da cultura da empresa (WRIGHT, PARNELL, KROLL, 2000).

Sobre as teorias apresentadas é significante compreender que conforme o mundo vai mudando, os indivíduos e todo o resto mudam também. Dessa forma, a complexidade da gestão é muito maior, devido à variedade de empresas e instituições envolvidas, é necessário um amplo conhecimento do setor e uma integração de ações que permitam ser evitados desperdícios em função da duplicidade de estruturas de controle e supervisão da implementação de políticas, diretrizes e estratégias de desenvolvimento do destino. Não se pode parar no tempo e para isso, é preciso evoluir e estar sempre antenado as constantes modificações que tornam o mercado mais competitivo e diversificado e com consumidores cada vez mais exigentes e determinados ao que querem.

PERFIL DO CONSUMIDOR E DECISÃO DE COMPRA

O mundo sofre com constantes mudanças na medida em que a tecnologia vai evoluindo e a globalização vai tomando novas proporções. Desse modo, a elaboração de novos produtos e serviços se torna mais difícil e exigente, pois o consumidor com o passar dos anos, está mais específico e o mercado muda conforme a demanda.

Dessa forma é necessário elaborar verificações e pesquisas constantes feitas geralmente pelo setor de marketing para avaliar como as organizações podem satisfazer o consumidor e estar sempre na frente da concorrência. Com isso é importante ter o entendimento de que o marketing possui diversas tarefas, pois esse departamento ou setor é extremamente significativo dentro das empresas, portanto "marketing também envolve analisar as necessidades do consumidor, garantir informações precisas para desenhar ou produzir produtos ou serviços que estão de acordo com as expectativas dos consumidores e fornecedores" (BOONE & KURTZ, 2009, p.09).

Reforçar a importância do ambiente de atuação e os impactos nesse tipo de relação do marketing, favorece a organização a possuir bons resultados. Por conseguinte, essa ferramenta "engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores visando alcançar determinados objetivos de empresas ou indivíduos e considerando sempre o ambiente de atuação e o impacto que essas relações causam no bem-estar da sociedade" (LAS CASAS, 2012, p.10).

Estudar o comportamento do consumidor não é uma tarefa fácil e para Solomon (2016, p.06) "é o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, usam ou descartam produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazer necessidades e desejos".

A proporção que o universo da concorrência evolui e se torna mais aguçado, estudar e entender o que o cliente precisa ou deseja vai se tornando uma árdua tarefa, conforme Schiffman e Kanuk (2009), o indivíduo como consumidor, sofre influências psicológicas, pessoais, sociais e culturais. Tal que de todas as formas o processo de compra sofrerá influências tanto internas, quanto externas.

Para uma organização conseguir criar um contato direto com o consumidor, se tornando mais próximo e até mesmo o fidelizando, é necessário que se crie o conceito de geração de valor, que segundo Giovanoni (2010) viabiliza a entrega dos produtos e serviços inovadores desenvolvidos para a satisfação total do cliente e superando suas expectativas. É interessante que as empresas trabalhem desenvolvendo essa estratégia internamente para aplicar com sucesso e obter retornos prósperos.

Tudo o que vivemos e nos rodeia, nos torna consumidores de acordo com Karsaklian (2011), já que todos nós temos necessidades como seres humanos e essas conveniências nos fazem consumir produtos ou serviços.

Se o cliente for compreendido, a atitude é favorável e a recompra é quase certa. A probabilidade de o indivíduo voltar a usufruir do mesmo produto ou serviço é

consistente. Além da recompra, a atitude do cliente é de se sentir fidelizado com a marca.

Nessa árdua tarefa prestar um bom atendimento ao público se torna substancial para não somente manter os compradores que já são fidelizados, pois para também atrair novos clientes, já que o consumidor fidelizado conhece o produto ofertado, gostou e por isso volta, atingindo assim a confiança desejada (MOURA, 2014).

As empresas precisam se tornar próximas de seus clientes, criar laços e até mesmo se tornarem parte da rotina desse indivíduo. Essa aliança, requer tempo, dedicação e persistência, mas aos poucos as organizações compreendem esse sistema e aplicam em suas estratégias para um crescimento efetivo e exponencial dentro do mercado consumidor.

ESTRATÉGIAS DE DIFERENCIAÇÃO E INOVAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

A diferenciação de produtos e serviços é uma técnica inovadora das organizações contemporâneas, além de ser uma estratégia que maximizam o lucro final das empresas, ao oferecerem “pacotes de serviço completo” (UNIDO, 2008, p.26). A estratégia competitiva das corporações está ligada a tornar o consumidor mais próximo à marca, buscando a fidelização desse cliente e diminuindo assim os custos (RÉVILLION, 2011).

Nos países em desenvolvimento, dos quais o Brasil faz parte, as políticas públicas de inovação tomam forças e crescem a cada dia (ARAUJO, MOHNEN, 2009).

Quando as organizações possuem rapidez e flexibilidade contínua nos processos, os produtos e serviços vão se tornando potências de venda e possuem rápida absorção no mercado, criando dessa forma uma alta vantagem competitiva, além de empresas que se adaptam às ameaças e oportunidades que encontram no ambiente organizacional evoluírem constantemente (TIGRES, 2006; FORSMAN, 2011; SALUNKE, 2011).

Outro fator atrelado a diferenciação e inovação de produtos e serviços gerados por organizações é o conhecimento, sendo uma característica inovadora e até primordial para o destaque frente a concorrência, frequentemente também associados ao empreendedorismo (BOWONDER, 2010; PISCOPO, 2010). Temas que ganham destaque e evoluem conforme o tempo sendo centro de reconhecimento das empresas.

Inovar significa ampliar seus horizontes e tomar novos rumos perante ao mercado, pode ser bem arriscado no início, mas se analisado e planejado com bastante antecedência, as chances de dar certo são significativas.

Com isso “o processo de inovação, da invenção até o lançamento no mercado, requer um grande número de conhecimentos, habilidades e recursos distintos, tais como conhecimentos sobre produção, marketing, sistemas de logística e distribuição, mercados financeiros, entre outros, que serão combinados pelo inovador (OLIVEIRA JUNIOR, 2009, p.142).

A criatividade aplicada ao mercado é sinônimo de sucesso, pois para isso é preciso ter “a geração de uma ideia ou de uma abordagem singular que resolva um problema ou crie uma nova oportunidade” (SCHERMERHORN, 2007, p.302).

O alcance de novas metas, possuem relação direta com a quebra de grandes e constantes obstáculos que aparecem no caminho de empresas de todos os portes, pois se engana quem pensa que organizações de grandes portes não precisam mudar se quiserem continuar no topo da pirâmide, estando sempre no topo das posições de destaque e de alta visibilidade do mercado. Caso deixem de inovar e criar novos métodos de serviços e modelos de produtos, tornam-se em algum momento do ramo em que se situam, esquecidas pelos compradores. Nenhuma empresa quer perder sua margem de lucro, ainda sendo para a concorrência, desta forma, procuram se manter aquecidas e focadas em seus objetivos de ampliação.

Uma organização que tem medo e nunca muda fica estagnada no tempo, pois “Quando os mercados mudam, as tecnologias proliferam, os concorrentes se multiplicam e os produtos se tornam obsoletos quase da noite para o dia, as empresas de sucesso são aquelas que, de forma consistente, criam novos conhecimentos, disseminam-nos profusamente em toda a organização e rapidamente os incorporam em novas tecnologias e produtos. Essas atividades caracterizam a empresa criadora de conhecimento, cujo negócio exclusivo é a inovação contínua (NONAKA, 2008, p.27).

Evoluir significa ampliar-se e com isso ganhar novas proporções saindo da zona de conforto e dessa maneira levando esse tipo de pensamento a diante e aplicando essa linha de raciocínio na cultura organizacional, certamente a empresa progrida continuamente.

DESENVOLVIMENTO

Caracterização da Organização:

A marca Reserva foi criada em 2004, por um dos seus fundadores Rony Meisler (engenheiro de produção) e seu sócio Fernando Sigal (publicitário). Tudo começou a partir de um dia qualquer em uma academia no Rio de Janeiro onde tiveram a percepção de que havia cinco rapazes usando a mesma bermuda no mesmo ambiente, e brincaram ao dizer que "deveria ter um problema de demanda reprimida ou de demência".

Assim tiveram a genuína ideia de criarem a sua própria bermuda com o slogan “Be yourself but not always the same”, com uma segmentação diferenciada. O resultado foi que venderem tudo e o que no início era apenas curtição, ao longo dos anos foi se tornando um empreendimento sério e crescente, dando origem a marca Reserva, nome que foi dado em homenagem à praia preferida dos sócios fundadores.

Atualmente, a Reserva tem sua sede localizada em São Cristóvão, no Rio de Janeiro. É um grupo de vários nichos, que não atua mais somente na moda masculina adulta, pois atua também através da Reserva Mini (moda infantil), a Eva (moda feminina), a Ahlma (voltada para o segmento 100% sustentável) e a Oficina Reserva (moda feita sob medida para o consumidor), com base de 1.580 colaboradores, soma de 65 lojas próprias nas principais capitais do Brasil, 8 franquias e com presença em 1.400 multimarcas pelo país.

Figura 1 Figura 02 Figura 03

Fonte: http://www.usereserva.com/

Os fundadores da marca tiveram a grande ideia de criarem, além de produtos inovadores, formular experiências de consumos, portanto os consumidores da Reserva, ao adquirirem um produto, encontram lojas diferenciadas, onde podem cortar o cabelo, tomar um café, jogar jogos interativos e suprir todas ou algumas das

suas necessidades dentro da loja enquanto compram, sendo essa uma forma muito simples e integradora de fidelizar o cliente.

Os precursores da Reserva dizem que entendem a roupa como um vínculo de comunicação, onde quem a usa quer passar uma ideia ou dizer algo e não apenas como um pedaço de tecido. É dessa maneira que em pouco tempo, cresceram tanto e almejam tomar novos rumos do empreendedorismo, a marca enfatiza além de tudo que o amor e a paixão são o que os move e não existe objetivo nem meta, a única preocupação deles é apreciar a caminhada para que ela seja duradoura.

a) Análise e Exploração da Pesquisa:

Para um melhor entendimento sobre o presente assunto desse trabalho, foram elaboradas algumas perguntas com a marca de roupas brasileira Reserva. Com o objetivo de entender melhor o processo de falsificação e como essa determinada organização atua e lida com essa problemática. As informações extraídas, foram analisadas e aplicadas de forma eficiente e eficaz para melhorias e modificações futuras necessárias.

Foi criado um roteiro semiestruturado com diversos questionamentos que atendem a esse artigo, a fim de estabelecer uma relação direta com a cultura da organização, com o consumidor e as falsificações de produtos e serviços, tema do qual o presente artigo enfatiza.

O colaborador da Reserva localizada na sede de São Cristóvão, atua na empresa há mais de três anos e já passou por diversos setores, entre eles: estagiário de E-commerce, analista de marketing e atualmente situado no marketplace, colaborou a concluir essa pesquisa e a responder os tópicos de forma clara e objetiva.

b) Como a Reserva enxerga os aspectos relacionados à pirataria nos dias atuais:

A pirataria é algo muito ruim para a marca, já que é por meio desse fator que os lucros da empresa diminuem, entretanto através das falsificações existe uma certa publicidade da marca. Visto que, mesmo que seja de forma incorreta, é interessante aos consumidores recorrerem de outras formas, mesmo que ilegais a marca.

c) O que a Reserva deseja transmitir ao seu público:

A Reserva quer passar muito mais que um "lifestyle", a marca passa através das suas confecções comunicação, informação e conectividade. A organização tenta ouvir os consumidores e idealiza as peças em forma de resposta.

d) Estimativa geral em relação a perda da Reserva com falsificações e pirataria:

A Reserva perde muito com certeza, pois além da perda no faturamento, a marca fica veiculada com a péssima qualidade das réplicas, algo que é de extrema importância e até mesmo um diferencial competitivo.

e) Relação da economia estagnada com a pirataria e falsificação:

A economia causa influencia diretamente nos casos de pirataria, pois por venderem um bem supérfluo (algo que não é essencial para a sobrevivência), muitas pessoas deixam de adquirir os produtos da marca ou consumir menos. Com isso os casos de pirataria aumentam, pois, as pessoas querem continuar usando Reserva e possuindo "status social" mesmo com a economia quebrada.

f) Motivações dos consumidores por falsificações da marca:

As pessoas consomem falsificações da Reserva por ser uma marca conceituada e com preço elevado, onde nem todos têm acesso. Todos querem ser aceitos na sociedade e de uma forma indireta, o modo como nos vestimos, visualmente extrai quem somos.

g) Mercado, público alvo, segmentação da Reserva e estratégia para criação de uma marca alternativa mais barata:

O mercado em que a Reserva atua é de vestuário, começou com roupas e se expandiu pelos calçados também. Porém, não tem público alvo ou segmentação específica, já que uma de suas maiores lojas fica localizada no subúrbio do Rio de Janeiro, na zona norte e atende públicos B e C. Lá no Norte Shopping, a Reserva possui uma loja específica e diferenciada para quem

gosta de ter estilo próprio, dando alternativas para que o público crie e personalize sua própria blusa. Com isso,

entendemos que o conceito da marca é vender onde tem potência de venda, independentemente do local.

h) Posicionamento da Reserva decorrente de o Estado buscar alternativas para combater a pirataria de forma eficiente no Brasil:

Empreender no Brasil é algo muito complicado e complexo, já que as taxas, tributos e até mesmo a burocracia são muito altas e atrapalham o desempenho das organizações. O Estado acaba de certa forma influenciando todo esse trabalho ilegal, já que cria barreiras alfandegárias para que a população se sinta pressionada a querer comprar somente produtos nacionais.

Entretanto, isso faz com que quem tem condições de comprar ou adquirir tais produtos, geralmente viajem para o exterior e importem de forma inapropriada sem pagar as devidas taxas de importação. E as pessoas que não possuem as mesmas condições comprem os produtos piratas. Com isso, o Estado deve buscar maneiras de combate à pirataria, pois é uma consequência que atrapalha a todos, contudo chegamos à conclusão que as empresas também precisam agir de maneira conjunta para a diminuição de falsificações, buscando alternativas próprias, pois mesmo o país buscando meios de inibir essas práticas não é suficiente.

i) Pensamento da marca Reserva sobre a possibilidade do preço de suas mercadorias acarretarem de alguma forma no aumento do consumo das falsificações:

O fato de a precificação da marca que muitos acreditam ter relação direta com essa questão e ser elevada, diz respeito a forma de produção da Reserva. Pois, maior parte da matéria prima nacional, mesmo viabilizando que importar tudo da China seria mais barato. Dessa forma, o preço do produto final aumenta, porém são gerados mais empregos e poder de compra do consumidor, além de aquecer a economia Brasileira.

j) Medidas tomadas pela Reserva:

A organização em questão se previne muito em relação a pirataria, já que a empresa tem um sistema interno para todos os colaboradores

sinalizarem aonde tem falsificação. Além disso, todas as peças possuem uma etiqueta e meios específicos que fazem com que o consumidor diferencie uma peça original da falsificada.

k) Diferenciais da Reserva como possível solução:

Além da qualidade atribuída ao produto, que vem por trás de todo um estudo e evolução tecnológica, a Reserva oferece lojas de customização de blusas, o cliente escolhe como a blusa ficará sendo feita sob medida.

PLANO DE SUGESTÕES E MELHORIAS

a) Consumo de Forma Sustentável

Em um mundo onde o capitalismo se torna algo primordial na evolução das empresas e no crescimento econômico que envolve a globalização é necessário consumir e continuar obtendo recursos disponíveis no futuro para permanecer consumindo sem que um dia as matérias primas se esgotem, inclusive as primordiais para a nossa sobrevivência. Dessa forma se faz imprescindível criar meios e estratégias que estimulem as organizações e os consumidores a aderirem essa ideia, estimulando assim a sustentabilidade.

Através de um consumo mais consciente por meio da reciclagem e reutilização dos meios de produção, todos os envolvidos ganhariam. As empresas gastariam menos com matérias primas, e o Planeta deixaria de acumular tanto lixo, porém, os consumidores com isso pagariam um valor maior no preço da mercadoria final, por conta da alta tecnologia que seria utilizada na produção.

Além de todas essas influências de melhorias e sustentabilidade positivas que estão ligadas ao meio ambiente que o presente artigo científico esclarece, podemos entender também que ao conectar a Reserva a esses fundamentos, os casos de pirataria podem vir a diminuir. O consumidor da atualidade entende que não é algo bom, estar diretamente ligado com empresas que não pensam no futuro e tentando participar de alguma forma dessa nova implementação sustentável.

A Reserva pode dessa forma, criar uma linha de roupas voltadas para a reciclagem, com materiais descartáveis, além de autenticar no selo de suas roupas essas informações e propagar através da publicidade, para tornar tudo o mais claro possível para o consumidor. Com isso, essa alternativa pode ajudar as organizações a se destacarem no mercado de forma sustentável e econômica, além de diminuir consequentemente a pirataria das marcas. Dessa

forma a empresa ao ofertar um produto e serviço precisa deixar claro que está vinculada com a sustentabilidade, através de etiquetas nos produtos, maior fluxo e visibilidade de informações por meio da publicidade e multimídia. Assim o cliente consciente, vai se tornar propício a

consumir aquela determinada marca, a fim de ajudar na sustentabilidade e futuramente diminuindo a comercialização de réplicas, já que não possuem esse mesmo programa de incentivo que o consumidor gostaria de fazer parte.

PENSAMENTO ESTRATÉGICO

A empresa Reserva que serve como base de estudo do presente artigo, inclui também em suas estruturas alguns meios que a fazem se tornar uma organização envolvida e preocupada com os fatores e riscos externos que a expõem. Dessa forma, criou e desenvolveu um projeto social chamado de 1P5P. Funciona de uma maneira bem pertinente, já que ao comprar uma peça da marca em qualquer loja física ou diretamente do site, viabiliza a doação de cinco pratos de comida através de uma parceria com a Associação Civil Banco de Alimentos e Projeto Mesa Brasil, com o objetivo de levar alimentos em regiões decadentes, levantando a bandeira da responsabilidade social de empresas privadas. Com isso a Reserva se destaca, pois, faz o produto ofertado ter um valor percebido de sua mercadoria, além de conseguir dessa forma atingir os clientes por meio da emoção.

Figura 04

Fonte: http://www.usereserva.com/

Apesar de ser uma bela iniciativa e viável para o combate da pirataria, a Reserva precisa de mais divulgação em uma estratégia conjunta com o marketing. O sentido de dar início ao desenvolvimento de meios que façam o consumidor pensar antes de adquirir um produto, só possui força se ele estiver bem informado e certo da sua decisão de compra. Canais de comunicação, como: televisão, smartphones, sites, blogs e tantos outros, são importantes aliados para espalhar as informações necessárias.

É importante que a marca use a tecnologia ao seu favor para se tornar mais forte e combater as falsificações, pois o cliente que antes comprava falsificações por uma questão de não terem condições e ao mesmo instante terem o desejo de se enquadrar em um determinado status social, preferem atualmente por vezes, pagar até um pouco mais ao visualizarem que o engajamento da organização em busca por projetos sociais e sustentáveis ajuda de muitas formas, a solucionar as dificuldades e crises que o País em que habitam vem passando, o mundo tá se tornando mais consciente e todos querem participar disso.

SEGMENTAÇÃO INDIVIDUAL TECNOLÓGICA

Seria interessante que a Reserva oferecesse alternativas de diferenciação ou segmentação específica por consumidor. É uma estratégia muito difícil de ser implementada em empresas, mas que estudando e trabalhado a longo prazo, teria grandes chances de dar certo e uma grande retorno ao funcionar de forma correta. O consumidor dos tempos modernos quer ser visto e tratado como único, quer algo que seja criado, pensado e confeccionado somente para ele, que ninguém mais possua igual. Com isso, as empresas precisam se desdobrar e estarem atentas aos gostos e preferencias individuais de cada cliente, até mesmo a fim de fidelizar os consumidores a marca.

O cliente não quer mais ser padronizado, ele quer ser único e incomparável. Seria interessante implementar uma realidade virtual através até mesmo de um aplicativo, onde o consumidor no conforto do seu lazer criasse a sua roupa e se tornasse de certa forma seu próprio estilista em conjunto com a marca Reserva.

a) Produção Inteiramente Nacional

Em relação ao preço que não é diferencial competitivo e nem a grande causa de falsificações de produtos e serviços, é importante que a Reserva crie

um vínculo maior com o país onde demanda, comprando e recorrendo a matérias primas, mão de obra e tecnologias nacionais, pois é por meio dessa ponte que a burocracia será amenizada, além de se pagar menos taxas e tributos. Com isso o preço da mercadoria final será um pouco maior do que seria se todo o resto fosse importado, entretanto, novos postos de trabalho são gerados e a economia continua aquecida, fazendo todo o resto funcionar.

É de grande valor, estimular a venda de produtos e serviços nacionais para que a economia evolua e o País cresça, vindo a romper grandes obstáculos e barreiras inerentes de problemas derivados da falta de estímulo que as grandes e pequenas empresas sentem ao empreender no mercado nacional.

b) O Produto Atrelado ao Serviço

A Reserva no intuito de diferenciar seus produtos da concorrência e das falsificações, pode atribuir valor percebido a eles, seria como uma experiência convertida em vendas. Com isso é interessante que ao ofertar um produto, associa-se diretamente a um serviço. O cliente ao comprar, pode ser recebido de diferentes maneiras que tornam o ato da compra bem mais interessante, além de fidelizar o consumidor. Causar estímulos no cliente é algo valoroso, já que pode levá-lo até mesmo a consumir em maior quantidade e em mais vezes.

Oferecer vantagens como: a) Cortesias ou descontos para clientes Reserva, em parceria com outras marcas que ofertam serviços; b) Oferecer um serviço interativo de lazer para os clientes, quando ao comprar, consigam se divertir e relaxar; c) Criar uma espécie de pacote de produtos para que o consumidor possa escolher entre quais peças e estilos gostaria de receber durante determinado período em seu endereço, com roupas e calçados previamente selecionados ou até mesmo sortidos, gerando expectativa por parte do cliente e o levando a consumir constantemente.

Destacar-se no mercado fazendo algo diferente onde, o cliente se sinta satisfeito precisa ser essencial, mas para isso é preciso inovar de todas as formas possíveis e imagináveis.

c) Identificação da Pirataria

A pirataria vem sendo uma das maiores causas de prejuízos e até da falência de grandes organizações, com isso é necessário criar meios ou

barreiras que impeçam que tal exploração se proliferem e cause proporções avassaladoras. Uma

das formas de diminuir tal acontecimento, seria criando etiquetas em produtos e meios visíveis de serviços, que fosse facilmente identificado um produto original à marca.

As pessoas precisam ter a certeza de que o que estão comprando é original. Seria uma forte estratégia também, se a Reserva criasse uma plataforma de denúncia de falsificações das suas marcas aberta ao público, onde qualquer indivíduo ao ver tal produto ou serviço sendo pirateado, pudesse por conta própria denunciar diretamente para quem demanda, sendo através de uma plataforma digital, aplicativos, telefonemas ou outros meios interativos e diretos com a organização.

CONCLUSÃO

A pirataria é um mal que afeta muitas esferas da sociedade e causa proporções irreparáveis até mesmo na economia nacional onde o PIB é prejudicado, por conta de tantos casos de falsificações. Além disso, as organizações também sofrem, já que suas mercadorias e serviços são vendidas ilegalmente e consequentemente perdem bastante receita nessa situação, visto que não arrecadam para cobrir o custo produtivo e operacional.

Com isso, ao se criar um plano de ação que identifique e enfraqueça esse mercado, diminuímos de todas as formas esse tipo de comércio.

As informações obtidas pela pesquisa foram suficientes para obter uma análise quanto ao desempenho da marca Reserva no mercado, criando um plano para indicar estratégias de marketing, melhorias de atendimento e de serviço, com o intuito a longo prazo de fidelizar o cliente à marca.

É importante que o estudo sobre a pirataria permaneça e se amplie. Conforme os tempos passam e a tecnologia alcança novos patamares, a caracterização de produtos e serviços falsificados se torna mais semelhante aos originais e com isso a falta de retorno para as empresas é lastimável, acarretando em desemprego e desestruturação econômica nacional.

Conclui-se que será necessário investir em diferentes recursos para que a marca desvie das falsificações, buscando alternativas sustentáveis, sociais e diferenciação dos produtos e serviços oferecidos. A Reserva busca a todo instante deixar sua marca no mercado como referência, mas para isso deverá

recorrer ao plano de ação proposto, para criar um serviço e atendimento diferenciado e com isso ganhar maior destaque.

Nota-se que a empresa busca aproximar-se do público para se potencializar no mercado e pretende cada vez mais criar inovações que a diferencie de suas concorrentes, para que seus clientes se sintam atraídos e motivados a consumir a marca Reserva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Luís Henrique. **La era del consumo.** Madrid: Siglo XXI, 2006, p. 99.

ARAÚJO, Bruno César; MOHNEN, Pierre. **Inovação em Países em Desenvolvimento.** Brasília: Revista Desafios do Desenvolvimento, 2009.

BARBOSA, Lívia; CAMPBELL, Colin. **O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas.** In: CAMPBELL, Colin; BARBOSA, Lívia (Orgs.). Cultura, consumo e identidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 21-44.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida de Consumo**. Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica, 2007, p. 151.

BOONE & KURTZ. **Marketing Contemporâneo.** 12ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. P. 09.

BOWONDER, B. **Estratégias de Inovação para a Criação de Vantagem Competitiva.** Gestão de tecnologia de pesquisa, v. 53, n. 3, 2010. p. 19-32.

CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J. Paul. **Marketing: criando valor para o cliente.** São Paulo: Saraiva, 2000.

FORSMAN, H. **Capacidade de Inovação e Desenvolvimento de Inovação em Pequenas Empresas: Uma Comparação entre Setores de Manufatura e Serviços.** Política de investigação, v. 40, P. 739750, 2011.

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização.** Lisboa: Presença, 2000, p.19.

GIOVANNONI, O. **Distribuição funcional da renda, desigualdade e incidência da pobreza.** UTIP, Working Paper 58, jan. 2010.

HOLLENBECK, J. R. **Comportamento Organizacional: Criando vantagem competitiva.** 2.ed, Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2009.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2002, p. 19.

KARSAKLIAN, E. **Comportamento do consumidor.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KIRCHHOFF, Marcos; REGNI, Anita. **Novas direções em mercados globais de alimentos. Boletim informativo sobre agricultura** n. 794. Washington: departamento de agricultura dos Estados Unidos, 2005. Galapossui em: <http://www.ers.usda.gov/publications/aib794/aib794.pdf >. Acesso em: 25 de julh. 2019.

KOTLER, Philip - **Administração de Marketing** - 10ª Edição, 7ª reimpressão – Tradução Bazán Tecnologia e Linguística; revisão técnica Arão Sapiro. São Paulo: Pretice Hall, 2000. p. 31.

LACERDA, Leonardo. **Logística Reversa: uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas operacionais.** Mai, 2009. Disponível em: <http://www.sargas.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=78&Itemid=29>. Acesso em: 02 de julho 15:00:30

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Excelência em Atendimento ao Cliente: Atendimento e serviço ao cliente como fator estratégico e diferencial competitivo.** São Paulo: M. Books, 2012. P. 10.

MARTINELLI, O. **Indústria de Alimentos e bebidas.** In: GARCIA, R. (Org.) Perspectivas de investimento no Brasil. UFRJ/Unicamp, 2009. Disponível em: <http://www.projetopib.org/arquivos/ds_benssalario_alimentos_bebidas.pdf>. Acesso em: 20 julho 19:59:02

MASIERO, Gilmar. **Reglobalização Sul-Coreana: Evolução dos Conglomerados e da Economia a partir da Crise Asiática.** Disponível em: <http://www.ieei.com.br/scp/arqspublicos/pt/Reglobalizacaosul_coreana_GilmarMesiero.pdf; acesso em: 03 jul. 2009, p.08.

MEDEIROS, Luiz A. CPI da Pirataria: **Os Segredos do Contrabando e da Falsificação no Brasil.** São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 21.

MILLER, Jerry P. **O milênio da inteligência competitiva.** Porto Alegre: Bookman, 2002, p. 293.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. G. de. **Teoria Geral da Administração.** 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MOURA, Andréia Cássia de et al. **Marketing de relacionamento via redes sociais: uma análise de sua aplicação.** REA-Revista Eletrônica de Administração, 2014.

NONAKA, I. **A empresa criadora do conhecimento.** In: Aprendizagem organizacional: os melhores artigos da Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Elservier, 2006. p.27-49.

OLIVEIRA J., M.M; BOEHE, D.M.; BORINI, F.M. **Estratégia e inovação em corporações multinacionais: a transformação das subsidiárias brasileiras.** São Paulo: Saraiva, 2009. p. 142.

OLIVEIRA, S.; MATOS, J.; MCCOLL-KENNEDY, J. R. **Rumo a um modelo de capacidades dinâmicas em estratégia competitiva baseada na inovação: insights de empresas de serviços orientadas para o projeto.** Gestão de marketing industrial, v. 40, p. 1251-1263, 2011.

PISCOPO, M. R. **Empreendedorismo corporativo e competitividade em empresas de base tecnológica.** Revista de Administração e Inovação, v.7, n.1, 2010. p.131-150.

RÉVILLION, Jean Philippe Palma. **Gestão e Planejamento de Organizações Agroindustriais.** Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2011.

ROSALEM V, CARLOS A. **Globalização social: desafio do XXII**. p. 183-190, mai./ago. 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico.** 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 48.

SCHERMERHORN, Jr. John R. **Rumo a um modelo de capacidades dinâmicas na estratégia competitiva baseada na inovação: insights de empresas de serviços orientadas para o projeto.** Gestão de marketing industrial, v. 40. Rio de Janeiro, 2007. p. 302.

SCHIFFMAN, Leon G.; KANUK, Leslie Lazar. **Comportamento do consumidor.** 6ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SOLOMON, Michael R. **O Comportamento do Consumidor: comprando, possuindo e sendo.** 11ª edição. Porto Alegre: Bookman Editora, 2016, p. 06.

TIGRES, P.B. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia do Brasil.** Rio de Janeiro: Elservier, 2006.

UNIDO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Melhorando a competitividade global da indústria de couro latino-americana. Ramo de desenvolvimento** Agri-Business, unidade têxtil e indústria do couro, Unido, Fev. 2008. p. 26.

VAN KEMPEN, Luuk. **Enganar o olho do beholder: sinalização de status enganosa entre os pobres em países em desenvolvimento.** Jornal de desenvolvimento internacional. Vol. 15, ISS. 2, Chichester, mar., 2003, p.157-194.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. **Campos organizacionais: de wallpaper à construção histórica do contexto de organizações culturais em Porto Alegre e Recife.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, Atibaia, 2003. Anais... Rio de Janeiro: Anpad, 2003.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração Estratégica Conceitos. Brasil:** Atlas Editora, 2000.

YEN-TSANG, Chen; CSILLAG, João Mário. SIEGLER, Janaina. **Teoria da ação fundamentada para as capacidades de melhoria contínua: uma abordagem comportamental.** Revista de Administração de Empresa – RAE, v. 52, n. 5, set./out. 2012.

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global.** Rio de Janeiro, DP&A/Consulado Geral da França/COPPE/UFRJ, 2006. p. 203. <https://www.ignicaodigital.com.br/comportamento-do-consumidor-5-fatores-que-influenciam-decisao-de-compra/> Acesso em 22 de junho. 19:36:07 <https://www.usereserva.com/?msclkid=84fa7c5520aa1315340e2116832c6034&utm_source

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE PRÁTICAS GERENCIAIS EM UMA IES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNISIGNORELLI

Daniela Ferreira da Silva Suarez
Administradora, Mestre em Gestão e Estratégia em Negócios/RJ, Brasil
Coordenadora do Curso de Graduação em Administração
Centro Universitário Internacional Signorelli
E-mail: danyadm1@uol.com.br

Letícia Dias Lavor
Psicóloga, Mestre em Gestão e Estratégia em Negócios/RJ, Brasil
Coordenadora do Curso em Tecnologia em Gestão de RH
Centro Universitário Internacional Signorelli
E-mail: ledias.la@hotmail.com

RESUMO

As instituições educacionais atentas às mudanças escolhem novos caminhos para produzir conhecimento de forma eficaz. Novas metodologias proporcionam o envolvimento dos estudantes de forma mais ativa, proporcionando uma forma de ensino inovador. Com esse objetivo, a Unisignorelli implantou o Laboratório de Práticas Gerenciais para os cursos de Gestão. O objetivo do presente estudo é analisar esse processo de implantação com vistas a aprimorá-lo a partir da percepção dos estudantes. Esse é um estudo qualitativo que usa a metodologia de estudo de caso.

PALAVRAS CHAVE: Metodologias Ativas, Laboratório de práticas gerenciais e Estudo de Caso

ABSTRACT

Educational institutions attentive to changes choose new ways to produce knowledge effectively. New methodologies provide a more active involvement of students, providing an innovative way of teaching. With this objective in mind, Unisignorelli implemented the Management Practices Laboratory for Management courses. The objective of the present study is to analyze this implementation process with a view to improving it from the students' perception. This is a qualitative study that uses the case study methodology

KEYWORDS: Active Methodologies, Laboratory of managerial practices and Case Study

INTRODUÇÃO

O Ensino Superior vem passando por profundas transformações ao longo dos últimos e as empresas desse setor estão inseridas em ambientes cada vez mais competitivos. Atualmente existe um grande número de IES (Instituições de Ensino Superior) oferecendo cursos na modalidade presencial e a distância. Essa grande oferta de IES privadas dificulta, tanto para os futuros discentes quanto para o mercado, identificar as instituições que possuem maior qualidade.

Sobreviver nesse ambiente em constante transformação é um desafio; é preciso estar preparado para atuar neste cenário competitivo, desenvolvendo postura estratégica na busca de vantagem competitiva.

E o que os futuros profissionais e as empresas que atuam no mercado esperam das IES? Certamente, o produto que esperam está relacionado à qualidade do ensino e à formação de profissionais capacitados para o atendimento às demandas do mercado.

Pensando no atendimento a essas demandas, a Unisignorelli, uma IES privada, que atua no Rio de Janeiro na modalidade presencial e a distância, e em outros Estados brasileiros na modalidade à distância, busca adaptar suas metodologias de ensino para ofertar processos de ensino/aprendizagem adequados à nova realidade com foco em processos inovadores.

Priorizando a qualidade do ensino ministrado aos seus estudantes e no desenvolvimento de atividades práticas relacionadas aos cursos da área de gestão, o Centro Universitário Unisignorelli implantou o Laboratório de Práticas Gerenciais, no período da pandemia do COVID19. A proposta inicial e, que está sendo testada, foi promover desafios, atividades, simulações de problemas organizacionais para os estudantes vivenciarem simulações da realidade organizacional. Através desse método de ensino, os estudantes podem desenvolver competências e habilidades que combinam percursos pessoais com participação significativa em grupos.

Sendo assim, a problemática do presente estudo fica traduzida na questão: a implantação do Laboratório de Práticas Gerenciais foi percebida pelos estudantes como uma prática-pedagógica exitosa que contribuiu para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à tomada de decisão?

Entendemos que a aprendizagem através do Laboratório de Práticas gerenciais é um diferencial competitivo para os nossos estudantes, pois por meio da análise dos problemas semelhantes aos que ocorrem nas organizações, está sendo desenvolvido o aprendizado em diversos níveis, auxiliando os futuros gestores nos processos de tomada de decisões.

De acordo com Sauaia (2008), em um Laboratório de Gestão os participantes poderão testar os seus limites tomando decisões empresariais e, em seguida visualizar os resultados produzidos por elas. Os dados produzidos ainda podem ser comparados com as teorias existentes, assim os estudantes são estimulados a integrar teoria e prática em gestão.

Sendo assim, o objetivo do presente estudo é analisar se a experiência de implantação do laboratório de práticas de gestão em uma IES no Rio de Janeiro foi percebida pelos estudantes como um processo capaz de oferecer um ensino/aprendizagem eficaz e entregar ao mercado profissionais mais capacitados.

Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia empregada como instrumento de coleta e tratamento dos dados privilegiou a abordagem qualitativa e como procedimento metodológico foi adotado o estudo de caso. A pesquisa foi realizada em uma IES de pequeno porte, sediada no Rio de Janeiro. A escolha da empresa se deveu à facilidade de acesso das pesquisadoras, que trabalham coordenando cursos na área de gestão nesta Instituição. A coleta de dados aconteceu no primeiro semestre de 2022, durante o semestre letivo, com as turmas que estavam cursando a disciplina Estágio Supervisionado, tanto na modalidade presencial como em EaD. Foram realizadas entrevistas com os estudantes durante e depois do término do semestre letivo.

O estudo torna-se relevante porque servirá de instrumento de gestão para a instituição avaliar seus processos internos. Impactará os estudantes de forma positiva, identificando novos caminhos para o desenvolvimento de estratégias de ensino diferenciadas.

Após a análise e interpretação das entrevistas foi elaborado um relatório do caso. A pesquisa foi apropriada para alcançar o objetivo proposto, no entanto, apresenta como limitação a dificuldade de generalização dos achados da pesquisa, pois trata da realidade de uma empresa.

De acordo com Yin (2005) o presente estudo de caso é classificado como exploratório, caso único e fornece informações para que um conjunto de decisões sejam tomadas, a partir dos resultados da pesquisa.

A seguir será apresentado um panorama do ensino superior no Brasil e o uso de novas metodologias para o ensino/aprendizagem. Na descrição do estudo de caso, foi realizado a contextualização da IES, assim como a apresentação do projeto do Laboratório de Práticas Gerenciais. Em seguida, foi elencado as percepções dos estudantes, seguido das considerações finais.

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

As primeiras escolas de ensino superior foram fundadas no Brasil em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao país, mas não avançou muito em termos de ampliação e diversificação. Até a Proclamação da República, em 1989, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente (MARTINS, 2002).

Segundo Cunha (2000) até os anos de 1960, houve predomínio das instituições públicas, em função do processo de federalização e do incentivo dado às universidades federais no regime militar. Somente nos anos de 1960, inicia-se um movimento em favor de criação e da manutenção de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB (BRASIL, 2007), em seu artigo 52, define as universidades como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais em nível superior, de pesquisa e extensão e de domínio e cultivo do saber humano”.

Conforme o Art. 44 da LDB (BRASIL, 2007), o ensino superior se subdivide em cursos sequenciais, de graduação e pós-graduação onde: I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; III – de pós graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Recentemente, a educação no nível superior tem passado por profundas transformações. Segundo o último Censo da Educação Superior 2020, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação (MEC), de 2011 para 2020 as instituições de educação superior (IES) alcançam o número de 2.457 que preencheram o Censo, registrando crescimento desde 2011 de 3,9%. No entanto, quando a comparação é feita entre 2020 e 2019 há diminuição de 151 IES, o que representa decréscimo de 5,8%,. O fato pode representar um importante impacto da do Covid19, pandemia que aconteceu a partir de 2020.

Em relação à oferta de cursos de graduação, aconteceu uma evolução ascendente ao longo do período de 2011 a 2020, partindo de 30.420 e alcançando 41.953 cursos, o correspondente a um crescimento geral de 37,9%. Essa evolução apresenta especificidades conforme a modalidade de ensino. Os cursos à distância,

menos numerosos, cresceram de maneira bem mais expressiva em termos percentuais (485,8%), comparativamente aos cursos presenciais (22,0%). Na tabela 1 temos o total de cursos de graduação por área de conhecimento.

Tabela 1 Percentual e número de cursos de graduação, por categoria administrativa, segundo a área geral do conhecimento

ÁREA GERAL DO CONHECIMENTO	TOTAL	% TOTAL	CATEGORIA ADMINISTRATIVA			
			PÚBLICA	% PÚBLICA	PRIVADA	% PRIVADA
TOTAL	**41.953**	**100,0**	**10.806**	**100,0**	**31.147**	**100,0**
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	1.299	3,1	637	5,9	662	2,1
Artes e humanidades	1.888	4,5	593	5,5	1.295	4,2
Ciências naturais, matemática e estatística	960	2,3	634	5,9	326	1,0
Ciências sociais, comunicação e informação	2.173	5,2	583	5,4	1.590	5,1
Computaçãoetecnologiasda informação e comunicação (TIC)	2.862	6,8	639	5,9	2.223	7,1
Educação	7.746	18,5	3.836	35,5	3.910	12,6
Engenharia, produção e construção	6.522	15,5	1.687	15,6	4.835	15,5
Negócios, administração e direito	10.679	25,5	1.144	10,6	9.535	30,6
Saúde e bem-estar	6.527	15,6	864	8,0	5.663	18,2
Serviços	1.297	3,1	189	1,7	1.108	3,6

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior.

Pode-se averiguar que as três áreas com maior percentual e número de cursos de graduação – Negócios, administração e direito, Educação e Saúde e bem-estar – somam, combinadas, 59,6%, ou seja, mais da metade do total de cursos. Por outro lado, as áreas de Artes e humanidades; Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária; Serviços; e Ciências naturais, matemática e estatística somam, conjuntamente, 13,5%, isto é, pouco mais de 10% do conjunto de cursos. Na categoria pública, as áreas gerais numericamente mais expressivas são Educação (35,5%) e Engenharia, produção e construção (15,6%). Na categoria privada, por sua vez, destacam-se Negócios, administração e direito (30,6%) e Saúde e bem-estar (18,2%).

Assim, o ensino superior no Brasil, apesar de marcado por seu caráter tardio, apresenta um desenvolvimento expressivo tanto no sistema de ensino privado quanto no do setor público nos últimos anos.

Essa acelerada expansão do ensino superior privado brasileiro acaba por suscitar indagações no que se refere à garantia da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão praticadas por IES's, no contexto de um setor altamente competitivo (JUNIOR e MUNIZ, 2004).

As IES privadas que estão atentas aos movimentos do mercado, da concorrência, ao atual momento disruptivo, estão adaptando suas metodologias de ensino para ofertar processos de ensino/aprendizagem adequados à nova realidade e estruturado em inovações.

De acordo com Moran (2015), a educação formal está num impasse diante de tantas mudanças na sociedade: como evoluir para tornar-se relevante e conseguir que todos aprendam de forma competente com vistas a conhecer, a construir seus projetos de vida e a conviver com os demais? Os processos de organizar o currículo, as metodologias, os tempos e os espaços precisam ser revistos.

A complexidade do atual cenário implica na mudança de paradigma, para um ensino e aprendizagem centrado no estudante, enquanto ator neste processo. Assim, desenvolver atividades práticas como estratégias de ensino/ aprendizagem é relevante.

NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO/ APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR

Apesar de existir um modelo de ensino predominante no cenário brasileiro, os métodos estão mudando e já se percebem novas maneiras de ensinar conteúdos, especialmente a partir do desenvolvimento de habilidades e competências com base em desafios reais.

Para Abreu e Masetto (1985), a metodologia tradicional é aquela na qual primeiro o professor apresenta a teoria, para depois realizar a prática. Os conteúdos precisam ser adquiridos através de aula expositiva geralmente ensinado por meio de livros, e o estudante se limita exclusivamente a escutá-lo.

Freire (1987) caracteriza essa educação como "bancária" entendendo que os estudantes são passivamente posicionados no processo de aprendizagem. Dessa forma, não são seres de transformação, e sim de adaptação àqueles conteúdos, programas e didáticas que lhes são impostos, aprendendo como espectadores e sendo mantidos ingênuos. Por isso, essa forma de educação recebe críticas.

De acordo com Moran (2015), novas práticas no Ensino Superior seguem diversos modelos de metodologias ativas, tendo em comum a centralidade e autonomia do estudante, a flexibilização e articulação curriculares. A mediação do

professor em sala de aula, conjugando uma diversidade de vertentes pedagógico-didáticas, passou a incidir na motivação do estudante e no trabalho de equipes, para a realização de tarefas de descoberta e construção colaborativa do conhecimento, inerentes à resolução de problemas e ao trabalho de projeto.

O estudante passa a assumir um papel mais ativo, deixando de ser um simples receptor de conteúdo, buscando conhecimentos voltados aos problemas e objetivos da aprendizagem. Como consequência dessa nova postura, o estudante passa a desenvolver em seu perfil, características como responsabilidade, autoavaliação, ética, trabalho em equipe, ser mais crítico-reflexivo, criatividade e curiosidade científica (MITRE et al., 2008).

Moran (2015) apresenta metodologias ativas que podem ser aplicadas na educação tais como: jogos colaborativos e individuais, atividades e leituras combinando tempos coletivos com individuais, sala de aula invertidas (os alunos estudam o conteúdo em casa, na sala de aula o docente promove a problematização, ou seja, que estimula a pesquisa e a transposição do conhecimento para problemas reais - com isso, o tempo em sala de aula é usado para que os temas sejam debatidos mais profundamente e também para a realização dos projetos do semestre).

Dessa forma, nas metodologias ativas de aprendizagem, o ensino se dá a partir de problemas e situações reais; os mesmos que os alunos vivenciarão posteriormente na prática profissional.

Pensando na qualidade do ensino ministrado aos seus estudantes e no desenvolvimento de atividades práticas relacionadas aos cursos da área de gestão, o Centro Universitário Unisignorelli, implantou o Laboratório de Práticas Gerenciais, no período da pandemia do COVID19. A proposta inicial e, que está sendo testada, foi a de promover desafios, atividades, simulações de problemas organizacionais para os estudantes vivenciarem simulações da realidade organizacional. Através desse método de ensino, os estudantes podem desenvolver competências e habilidades que combinam percursos pessoais com participação significativa em grupos.

A seguir, apresenta-se o projeto de implantação do Laboratório de Práticas Gerenciais, elencando as principais dificuldades e facilidades desse processo, e a percepção dos estudantes frente à experiência.

ESTUDO DE CASO: LABORATÓRIO DE GESTÃO E PRÁTICAS GERENCIAIS DA UNISIGNORELLI - LAGPG

A implantação do LaGPG foi realizada pelo Centro Universitário Unisignorelli, uma IES que tem como missão: “Oferecer, com excelência nacional e internacional, serviços e produtos educacionais inovadores, nas diferentes modalidades de ensino, que desenvolvam competências e habilidades necessárias à qualificação e preparação de um profissional empreendedor” e como visão “Ser reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência e pioneirismo na criação e na gestão de programas e projetos educacionais e na geração e difusão de conhecimento, nas diferentes modalidades de ensino, com responsabilidade social, ambiental e de autossustentabilidade, desenvolvendo, de forma integral e harmônica, as múltiplas potencialidades dos estudantes, preparando-os para serem profissionais empreendedores”. O Centro universitário Unisignorelli foi criado como Faculdade Internacional Signorelli – FISIG, em 2006, por “um grupo de professores e demais profissionais liberais, interessados no aspecto cultural e educacional do Rio de Janeiro e de todo o território nacional”.

De acordo com o disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PCCs , documentos institucionais oficiais revistos em 2022, esse grupo de pessoas se reuniu em outubro daquele ano, em Cabo Frio, e elaborou o primeiro Planejamento Estratégico– PE da Faculdade.

No mesmo ano, para abrigar a instituição, foram adquiridos 2 (dois) prédios: “um localizado na Avenida Geremário Dantas nº 1.286, onde fica instalado o Instituto de Gestão Educacional Signorelli, Entidade Mantenedora da Faculdade Internacional Signorelli, e o outro imóvel localizado na Rua Araguaia, nº 3, sede da Instituição”.

Em 2006, também foi protocolado junto ao MEC pedido para credenciamento dos cursos de Bacharelado em Administração e Licenciatura em Pedagogia e, junto ao Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, autorização para implantação do Colégio Internacional Signorelli, que seria utilizado como laboratório para os cursos de licenciatura.

Em 2009, foi publicado no Diário Oficial o credenciamento da Faculdade Internacional Signorelli, bem como a autorização para oferta dos cursos demandados; em 2010, com foco no fortalecimento nos campos técnicos e científicos, a Faculdade lançou o seu primeiro periódico científico e firmou uma série de parcerias com Universidades latino americanas e europeias, cumprindo a meta inicial para a internacionalização; em 2012, foi ofertado o programa de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância, “com projetos avançados em educação, utilizando tecnologias modernas em Educação a Distância - EaD e estratégias inovadoras”; em

2013, a autorização obtida foi para a oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, fazendo com que a Instituição passasse a ter o credenciamento pleno. Em 2015, foi a vez da autorização para a oferta do Curso de Direito.

Em maio de 2021, a Instituição foi "avaliada para mudança de *status de* Faculdade para Centro Universitário, pela via do recredenciamento, obtendo nota máxima (cinco) pela avaliação do MEC - Portaria MEC nº 901, de 16 de novembro de 2021, publicada no dia 19 de novembro de 2021, no Diário Oficial da União, nº 217 página 123.recredenciada, avaliada pelo MEC com nota máxima" (UNISIGNORELLI, 2022).

Hoje, o Centro Universitário UNISIGNORELLI oferece 13 (treze) cursos superiores e 38 (trinta e oito) cursos superiores na modalidade EaD, ofertados em 55 polos, nos quais procura-se sempre implantar, em todos as modalidades, experiências acadêmicas, como: fóruns de debates, seminários, aulas simuladas em laboratórios, conferências virtuais, *webinares,* que representam oportunidades únicas de transmitir e correlacionar conhecimento prático e teórico. Essas são ferramentas que despertam inquietação nos estudantes e que, portanto, são exitosas.

Tendo clareza de que, dentre outros, os objetivos como:

1. formar profissionais em nível superior, nas modalidades presencial e a distância das diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores produtivos e à participação ativa no desenvolvimento da sociedade brasileira;

2. oferecer oportunidades de aperfeiçoamento, de especialização e de formação continuada;

3. garantir o domínio de métodos, de técnicas e de recursos tecnológicos indispensáveis ao desempenho da profissão na pós-modernidade; e

4. adotar ferramentas que integrem os cursos da graduação com a pesquisa e extensão

precisam ser alcançados, a proposta para a implantação do Laboratório de Práticas Gerenciais – LaGPG - foi aceita e incorporada sem restrições.

Assim, o LaGPG se constitui como

> "espaço didático-pedagógico aberto a todos os estudantes de todos os cursos presenciais e a distância do Centro Universitário Internacional Signorelli. É um espaço para compartilhamento de conhecimentos teóricos e práticos, que visa propiciar a todos que desejarem – discentes, docentes, tutores, comunidade do entorno, empresários da região, egressos, etc - a oportunidade de se ater sobre um determinado tema de gestão ou estudo de caso para refletir, discutir e identificar as melhores práticas de gestão existentes, subsidiando uma tomada de decisão mais assertiva.

É espaço onde a pesquisa e a criação do saber são exercitadas de forma distinta da predominante. Nele, os estudantes usufruem de um ambiente propício para enfrentarem problemas, questionarem e criarem soluções e novas teorias, ainda que transitórias, desenvolvendo as práticas de aprender e de produzir conhecimento.

Constitui-se, ainda, como um ambiente onde o estudante coloca em prática os conhecimentos adquiridos nas diversas matérias do curso, por meio de atividades de levantamentos e cenários e consultorias a instituições públicas e privadas, com a orientação e acompanhamento de professores e tutores" (PDI, 2022).

O PROJETO DO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS GERENCIAIS

Em janeiro de 2022, as Coordenações Acadêmicas dos cursos de Administração e Gestão Tecnológica do Centro Universitário Signorelli apresentaram um projeto de atividade pedagógica para ser realizado no Laboratório de Gestão e Práticas Gerenciais – LaGPG a partir de março 2022, tendo como objetivo proporcionar vivência da prática profissional e o desenvolvimento de competências organizativas e de gestão aos estudantes por meio da metodologia de Estudo de Caso.

Essa metodologia se constitui como um método ativo de ensino-aprendizagem, no qual os alunos trabalham em grupo, expondo suas ideias, atuando como colaboradores responsáveis pela tomada de decisão. Nessa metodologia, segundo Gomes (2006), o professor assiste as atividades e intervém somente se for necessário. Ainda segundo o autor, o método tem por objetivo desenvolver a capacidade analítica do grupo, o relacionamento interpessoal, a comunicação oral e escrita, e a criatividade. Além disso, estimula a equipe a gerenciar o seu tempo de trabalho, a propor soluções tendo por base a teoria e o uso de ferramentas de gestão para entender uma situação-problema real e a buscar soluções adequadas para problemas complexos. Cabe ressaltar, ainda, que a solução proposta pelo grupo é irrelevante, já que é no processo de discussão que está centrada a aprendizagem.

Para realização do projeto foi estabelecido um total de 20 (vinte) vagas, destinadas prioritariamente para os alunos inscritos na disciplina Estágio, constante na grade do 7º período do Curso de Administração, e para os alunos inscritos no 4º período dos Cursos de Gestão, nas modalidades de ensino a distância e presencial. Esta estratificação foi definida considerando dois fatos: 1. a oferta de atividades de extensão prevista em lei; 2. a necessidade de que os alunos já tivessem conhecimento sobre ferramentas de gestão para propiciar uma substanciada discussão dos problemas organizacionais e 3. pela primeira vez o projeto estava sendo oferecido de modo síncrono para estudantes das duas modalidades de ensino para todo o Brasil e não havia parâmetro anterior para determinar a adesão dos estudantes. Em caso de vagas remanescentes, estas seriam facultadas aos demais alunos interessados, convocados por meio de plataforma de comunicação institucional e esses seriam

aceitos de acordo com a ordem de inscrição, independente do período que estivessem cursando, até atingir o limite de vagas estipulado. Quinze vagas foram preenchidas, sendo 8 (oito) alunos provenientes da modalidade presencial e 7 (sete) da modalidade a distância

Os encontros aconteceram quinzenalmente, às segundas-feiras, no período compreendido entre 28 de março a 4 de julho de 2022. Foram realizados 7 (sete) encontros. Embora a Instituição tenha um espaço destinado exclusivamente para o Laboratório, localizado no térreo do prédio, por orientação dos profissionais de Tecnologia da Informação da IES, os encontros foram realizados no auditório da instituição porque aquele espaço possui uma sonorização com maior qualidade e garantiria uma melhor interlocução com os alunos da modalidade a distância, que pela primeira vez participavam de forma síncrona de evento semelhante, via plataforma zoom.

Os alunos foram, então, convidados a participarem de um primeiro encontro durante o qual receberam as informações sobre como seria desenvolvido o projeto ao longo do semestre e a carga horária de extensão vinculada aos encontros. Foi esclarecido que o projeto não era obrigatório, mas considerado essencial à formação de um gestor e que a proposta inicial era de se trabalhar com um estudo de caso desenvolvido pelo Professor Gomes (2006), mas que, caso algum aluno em sua prática profissional estivesse enfrentando algum problema de gestão, este poderia ser apresentado às Coordenadoras, que o adequariam para substituir o Estudo de Caso proposto.

O grupo acordou que: 1. Seguir-se-ia com o Estudo do Caso Comabem, um caso de baixa complexidade; 2. que os interessados deveriam confirmar a sua inscrição até o dia 25 de março; 3. que deveriam autorizar a sua inclusão em um grupo de WhatsApp; e 4. que o projeto teria início em 28 de março de 2022.

Aos participantes foi solicitado que se comprometessem com os princípios para a realização de um bom estudo de caso, a saber: preparação, presença, pontualidade e participação, e que produzissem um relatório final sobre o trabalho que foi desenvolvido durante o projeto, contendo o registro dos principais pontos abordados nas discussões quinzenais em grupo (GOMES, 2006). Para os alunos inscritos em estágio, esse relatório cumpriria também um requisito da matéria, correspondendo ao Caso Concreto, com valor até 2,0 pontos na média da disciplina.

Durante esse primeiro encontro, foi apresentado aos estudantes o monitor Diego Caló, graduando de administração, que seria responsável pela organização dos encontros, elo de ligação entre o Professor e os inscritos no projeto. Quinze (15) alunos se inscreveram no projeto.

No encontro do dia 28 de março receberam novas instruções de trabalho. A metodologia de trabalho seguiria as seguintes diretrizes: eles trabalhariam em grupo, deveriam ler e reler o caso inúmeras vezes, deveriam identificar o problema principal do caso Comabem e propor soluções utilizando ferramentas de gestão. Eles deveriam imaginar que aquele caso tivesse sido apresentado a eles em situação real de trabalho e que eles estivessem ali para discuti-lo e apresentar soluções. A professora interferiria o mínimo possível, estimulando o trabalho autônomo.

Ainda para subsidiar o trabalho, receberam um material em .pdf onde há algumas ferramentas de gestão e a sugestão de analisar individualmente algumas questões do cenário, antes de partirem para a discussão em grupo, tais como as mencionadas no slide abaixo.

Material de aula: slide produzido para o Projeto do LaGPG (Lavor, 2022)

Apesar dos encontros presenciais e síncronos serem quinzenais, foram informados que poderiam realizar quantas outras reuniões julgassem necessárias, ainda que o professor não estivesse presente. Bastaria que comunicassem ao monitor, para fins de registro. Poderiam ainda consultar quaisquer outros profissionais, se achassem pertinente. Dúvidas técnicas poderiam ser inseridas no grupo de WhatsApp e seriam tratadas nos encontros presenciais, desde que embasadas, ou seja, acompanhadas de pesquisa sobre o tema.

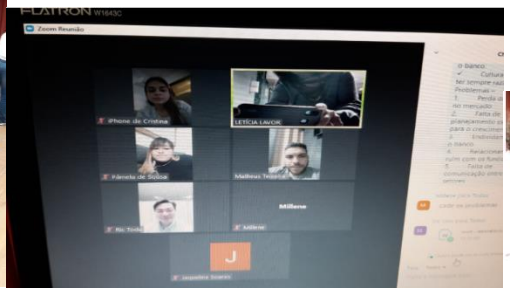
As reuniões aconteceram como programadas e no dia 27 de junho os alunos apresentaram um relatório final sobre o trabalho que foi desenvolvido durante o projeto, contendo o registro dos principais pontos abordados nas discussões em grupo.

A ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA

Apesar das atividades terem sido realizadas como programadas, alguns desafios foram enfrentados pelos participantes e foram registrados pela Professora condutora durante os encontros, enquanto observava o andamento dos trabalhos e as discussões do grupo.

Os mais relevantes estão registrados abaixo:

a) No primeiro encontro de trabalho efetivo do grupo de forma autônoma, após o encontro do dia 28 de março, percebe-se uma dificuldade de integração entre os estudantes que estão no auditório do UNISIGNORELLI e os que estão a distância. A professora que estava conduzindo o encontro, passados 25 minutos do início do encontro sem que houvesse uma organização com foco no trabalho, intervém, pede a todos que abram suas câmeras e que se apresentem uns aos outros. Após a apresentação, sem interferência externa, há uma nova disposição física no ambiente. Os alunos do presencial passam a se posicionar junto ao computador e não mais nas cadeiras do auditório.



b) Eles estão motivados. Durante os encontros 3 e 4, discutem de forma aleatória o conteúdo, trocam experiências, procuram o problema central, sem, no entanto, fazer qualquer correlação com a teoria ou metodologias de gestão. Identificam problemas, mas não geram uma priorização dos mesmos. Descobrem os colegas nos outros estados.

c) Apesar de terem recebido todas as instruções para a realização do estudo de caso num arquivo em pdf e terem esse material à disposição, eles não o utilizam como norteador da ação.
d) Os alunos que estão a distância trazem contribuições muito importantes; muitos deles já trabalham. A troca é rica, mas não seguem a metodologia de estudo de caso.
e) No quinto encontro, há a busca por respostas, mas ainda sem o aporte dos conceitos indispensáveis à tomada de decisão. Eles identificam que o problema central está no fato da empresa ter crescido sem acompanhar as mudanças no ambiente externo e no comportamento do consumidor, mas não apresentam soluções técnicas/ferramentas de gestão para alterar a situação. Usam muito a palavra "acho". Estão sem um fio condutor.
f) Ao final do quinto encontro eles relatam para a professora que estão tendo dificuldades para encontrar a resposta certa. A professora reforça que não há resposta certa e pede autorização para retomar o material em pdf, no qual há indicação, inclusive, de uma série de metodologias que poderiam ser utilizadas/pesquisadas. Fala um pouco sobre elas, reforça que eles já tiveram contato com elas durante o curso e repassa a condução dos trabalhos novamente para eles. Enfim, desenvolvem uma comunicação assertiva, combinam uma estratégia de ação, dividem tarefas e percebem que querem a solução sem realizar um levantamento de cenário.
g) No sexto encontro, eles apresentam uma matriz SWOT e um mapa de valores da organização. Marcam, pela primeira vez, um encontro extra, em um domingo, dia em que todos podem, já que a maior parte trabalha, inclusive aos sábados.
h) Entregam o trabalho no prazo correto. Ao final do encontro os alunos reclamam do tempo do projeto. Acham que foi muito pouco tempo.
i) O encerramento se deu no dia 4 de julho de 2022. De forma espontânea, os alunos do presencial trouxeram um lanche. As propostas deles para o Caso Comabem são discutidas e é feita uma avaliação do projeto durante a qual apresentam suas percepções:

" A gente conhece a ferramenta, mas a gente não sabe como usar"
Aluno 1

" É processo de gestão: tem que fazer primeiro o diagnóstico, depois roda o PDCA"
Aluno 3

"Existem muitas ferramentas. Qual usar?"
Aluno 5

“O projeto deu isso pra gente. Tem um problema, aí a gente olha a situação crítica e entender o porquê e quais são as ferramentas que a gente pode ajudar (...) deu a visão de não olhar para criticar. Eu olho para solucionar o problema”

Aluno 6

“ você visa o problema e dá solução. Traz a solução, não deixa rolar” .

Aluno 7

Na percepção dos estudantes acima, o estudo de caso desenvolvido através do LaGPG foi fundamental para relacionar teoria com a prática. O conhecimento desenvolvido na academia através das teorizações auxilia na gestão das empresas evitando erros desnecessários e o estudante deve estar apto para fazer essa relação. Em um cenário competitivo como o atual, ter uma gestão profissional auxilia as organizações a consolidar sua posição no mercado e garantem a sobrevivência no longo prazo.

“ Hoje, lá no trabalho, a pessoa veio reclamando, falando de problema. Falei pra ela: aprendi que o foco tem que ser a solução!”

Aluno 2

“ Essa aula de laboratório foi muito boa pra mim porque ás vezes a gente tem um conhecimento em aulas, divididas, separadamente, e a gente não consegue juntar tudo.

O Laboratório deu essa visão pra gente”

Aluno 4

Na percepção dos estudantes acima, o conhecimento da academia está refletindo nas práticas do profissional no mercado de trabalho. Esse estudante apresenta uma nova postura diante das dificuldades que enfrenta, nesse sentido o educando deixa de ser um mero objeto e não sujeito da ação educativa e passa pela conscientização gerando uma educação libertadora (Freire, 1987).

“Professora, não dá tempo. Precisa de mais”

Aluno 9

As transcrições das falas dos alunos reforçam que o Laboratório permite uma experiência relevante e exitosa para a formação do estudante, fica aqui registrado o interesse dos estudantes no projeto e sua importância como instrumento de ensino/aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a experiência do Laboratório de Práticas vem ao encontro da necessidade de se realizar atividades que unam a teoria à prática, em ambiente simulado, sem que os alunos precisem se preocupar com o risco de que erros de gestão tragam consequências reais, mas possibilitando a troca de saberes entre as pessoas, situação indispensável à construção do conhecimento. Essa é uma prática pedagógica valiosa para a educação gerencial.

No discurso dos alunos, o Laboratório surge como oportunidade para que lacunas no desenvolvimento de competências sejam eliminadas, permitindo que compreendam a gestão como processo integrado e contínuo. Dessa forma, pode-se afirmar que a implantação do Laboratório de Práticas foi percebida pelos estudantes como uma prática-pedagógica exitosa, que contribuiu para o desenvolvimento de competências e habilidades gerenciais necessárias à tomada de decisão.

O discurso dos alunos reforça também a ideia de que é fundamental a disponibilização de ambientes indutores da criatividade que possibilitem a mobilização das competências técnicas e comportamentais tão almejadas nos profissionais que virão a disputar oportunidades num mercado competitivo.

Potencializar o espaço do Laboratório como lócus de produção de conhecimento exigirá o aporte de mais recursos e a aquisição de novas tecnologias. Nesse sentido, sabe-se que novos investimentos serão necessários para que outras funcionalidades sejam alcançadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula**: práticas e princípios teóricos. 5. ed. São Paulo: MG Ed. Associados, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de outubro de 1988. 34.ed. São Paulo: Atlas; 2011.

BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação : Lei 9.394/96 e legislação correlata. 2.ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2007.

CUNHA, L. A Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DURHAM, Eunice Ribeiro et al. O ensino superior no Brasil: público e privado. 2003.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GOMES, J. S. O método de Estudo de Caso aplicado à gestão de negócios. São Paulo: Atlas, 2006

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020). Resumo técnico: Censo da educação superior 2022. Brasília, DF:

JUNIOR, A. S.; MUNIZ, R. M. **A regulamentação do ensino superior e os impactos na gestão universitária**. 2004.

LAVOR, L. Material Didático elaborado para o Laboratório de Práticas Gerenciais do Unisignorelli. Centro Universitário UNISIGNORELLI. Slide 11, março de 2022

MARTINS, A. C. P.. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, p. 04-06, 2002.

MITRE, S. M.; BATISTA, R.S.; MENDONÇA, J.M.G.; PINTO, N.M.M.; MEIRELLES, C.A.B. ; PORTO, C.P. ; MOREIRA, T. ; HOFFMAN, L.M.A. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. Ciência e saúde coletiva,** v.13, n.2, p. 2133-2144, 2008.

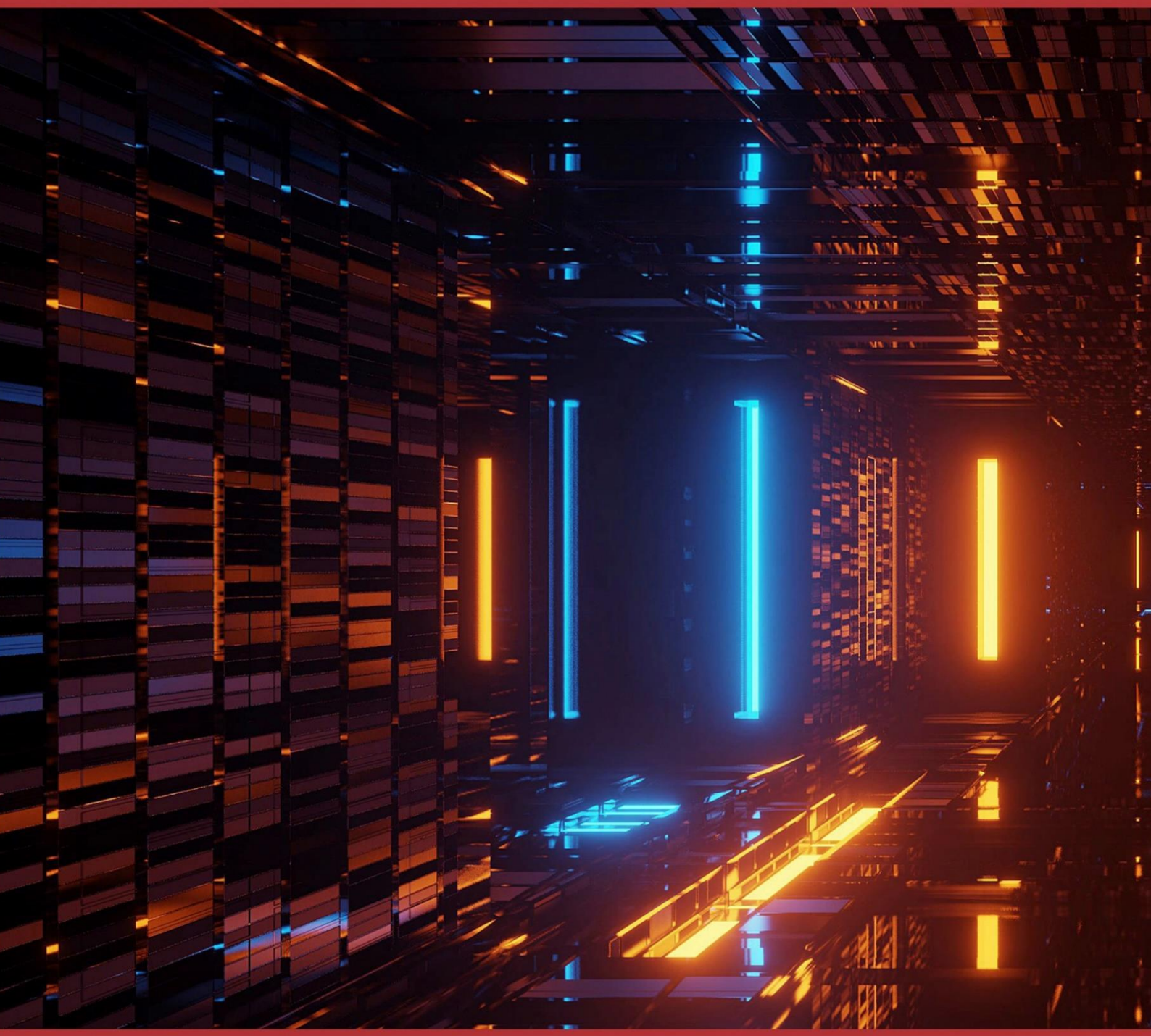
MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015.

SAUAIA, A. C. A. **Laboratório de Gestão**: simulador, jogos de empresas e pesquisa aplicada. Barueri, São Paulo: Manole, 2008.

UNISIGNORELLI. **Histórico de Fundação e Criação.** Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Recursos Humanos, 2022

YIN, Robert K. **Estudo de Casos**: Planejamento e Métodos. São Paulo: Editora Bookman, 2005, 212p.

UNISIGNORELLI
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL



CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL SIGNORELLI
Rua Araguaia, 3 - Freguesia - Jacarepaguá
CEP: 22745-270 - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 3312-3012
www.faculdade.signorelli.edu.br